



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

GISELE CRISTINA COELHO DE OLIVEIRA, Maj. Av.

O *ethos* militar na Força Aérea Brasileira:

o ingresso de mulheres na aviação

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

GISELE CRISTINA COELHO DE OLIVEIRA, Maj. Av.

O *ethos* militar na Força Aérea Brasileira:

O ingresso de mulheres na aviação

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Política e Relações Internacionais com ênfase em Defesa e Poder Aeroespacial do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA), modalidade Profissional, na Universidade da Força Aérea.

Orientadora: Claudia Maria Sousa Antunes

Coorientadora: Andréa Costa da Silva

Rio de Janeiro

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da UNIFA

Oliveira, Gisele Cristina Coelho de.

O048 O Ethos Militar na Força Aérea Brasileira: o ingresso de
mulheres na aviação / Gisele Cristina Coelho de Oliveira. –
Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2021.

137 p.: il.; enc.

Orientadora: Claudia Maria Sousa Antunes.

Dissertação (mestrado) – Universidade da Força
Aérea, Rio de Janeiro, 2021.

Referências: f. 122-129

1. Forças armadas. 2. *Ethos*. 3. Gênero. 4. Mulheres.
5. Combatentes. I. Título. II. Antunes, Claudia Maria
Sousa. III. Universidade da Força Aérea.

CDU: 355.431

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família.
Meu alicerce e porto seguro.
Ainda que possa alçar voos longos,
meu coração busca sempre a proa de
volta para casa.

AGRADECIMENTOS

Quis o destino que meus caminhos seguissem uma jornada que parecia impossível aos meus pensamentos. E esse caminho foi permeado por amizades e sentimentos únicos no céu azul anil deste país.

Nesse momento me invisto de toda gratidão possível, aquela que, como abordada por Tomás de Aquino, vai muito além de um simples reconhecimento de uma atitude ou que dá graças ao outro. Dessa forma, eu me sinto comprometida com esse trabalho e com o caminho trilhado para alcançá-lo.

Primeiramente agradeço a Deus pela saúde, pela perseverança e pela fé que se renovou a cada dia.

Agradeço a minha família, que me deu suporte incondicional e compreendeu os momentos de minha ausência.

Aos meus amados professores André, Andréa e Claudia que caminharam comigo nessa jornada de crescimento com afeto e amizade. Vocês me conduziram com perseverança para que eu alcançasse o melhor de mim, quando nem eu mesmo acreditava. Sinto-me grata por chegar até aqui e perceber que sem as devidas correções recebidas no começo dessa jornada, não seria possível caminhar e aprender.

Agradeço aos meus comandantes, pois acreditaram no meu potencial, além de sempre me orientarem na escolha do melhor caminho.

Agradeço ainda à companhia de todos os colegas de jornada que também se lançaram ao desafio nesse gratificante Curso e à Universidade da Força Aérea por nos conduzir até aqui.

Nesse espírito, sigo plena da mais profunda gratidão por tudo que vivi, aprendi e cresci nesse Mestrado e ávida por novos aprendizados e desafios.

EPÍGRAFE

“Àquelas que tocaram o céu gloriosamente e abriram caminho para a igualdade nos céus”¹ (A TENENTE de Cargil, 2020)

1

Trecho adaptado do filme, que relata a história da primeira aviadora na Força Aérea indiana.

RESUMO

O presente estudo propõe uma observação das possíveis alterações do *ethos* militar da aviação da Força Aérea Brasileira (FAB) a partir do ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Aviadores, que se iniciou em 2003. São trazidas perspectivas de gênero e um histórico da participação de mulheres nas Forças Armadas brasileiras, além de aspectos sobre as políticas de gênero no cenário nacional e internacional a fim de contextualizar como essa temática torna-se presente no campo dos Estudos de Defesa. Foram tomados por base pressupostos teóricos dos Estudos de Gênero, considerando desde os contextos político e social para que fosse possível compreender a inserção das militares nas Forças Armadas, até o cenário que conduziu à abertura para a função de combatente. A metodologia incluiu a realização de grupos focais com os Oficiais Aviadores que se encontravam em Unidades Aéreas quando se deu a chegada das aviadoras, a fim de coletar, enquanto observadores do processo de integração, suas percepções. Como possuidores de um lugar de fala específico nesse processo, a observação dos seus discursos permitiu a abordagem de perspectivas sobre o *ethos* militar, bem como suas relações no plano discursivo. Pode-se pensar ainda no deslocamento proporcionado pela entrada das primeiras aviadoras na Força Aérea Brasileira, haja vista que os aviadores pertencem ao quadro de combatentes e desempenham outros papéis de ordem material e simbólica dentro da hierarquia militar, os quais, conjugados às percepções sociais acerca do gênero, constituem o cenário do ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Aviadores da FAB. Para a análise, foram utilizadas teorias de Discurso de linha francesa. Ao se analisar as modificações ocorridas na entrada deste novo contingente de mulheres na FAB, foi possível observar que o *ethos* militar da aviação passou por ressignificações, ao se considerar o ambiente de desempenho da atividade de combate.

Palavras-chave: forças armadas; gênero; *ethos*; mulheres; combatente.

ABSTRACT

The present study proposes an observation of the possible changes in the military ethos of aviation of the Brazilian Air Force since the entry of women in the Aviation Officers Staff, which began in 2003. Gender perspectives and a history of female participation in the Brazilian Armed Forces are brought, in addition to aspects of gender policies in national and international scenario in order to contextualize how this theme becomes present in the field of Defense Studies. Theoretical assumptions of gender studies were taken, considering from the political and social contexts so that it was possible to understand the female insertion in Armed Forces, up to the scenario that led to the opening to the role of combatant. The methodology included the realization of focal groups with Aviation Officers who were in Air Units when female aviators arrived, in order to collect, as observers of the integration process, their perceptions. As possessing a specific place of speech in this process, the observation of their reports allowed the approach perspectives on the military ethos, as well as their relations in the discursive plane. One can also think about the displacement provided by the entry of the first women aviators into the Brazilian Air Force, given that aviators belong to the combatant staff and play other material and symbolic roles within the military hierarchy, which, combined with social perceptions about of the gender, constitute the scenario of the entry of women in the FAB Aviators Officers Staff. For the analysis, French Discourse theories were used. When analyzing the changes that occurred in the entry of this new female contingent in the FAB, it was possible to observe that the military ethos of aviation went through resignifications, when considering the performance environment of the combat activity.

Keywords: armed forces; gender; ethos; women; combatant.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Distribuição de mulheres nas Forças Armadas por círculos hierárquicos.....	35
Gráfico 2. Inscritos no processo seletivo para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores e número de vagas disponíveis.....	39
Gráfico 3. Inscritos no processo seletivo para admissão à EPCAR e número de vagas disponíveis.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição por sexo em cada Força Armada no Brasil.....	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- 4GW** – Guerra de Quarta Geração (*Forth Generation Warfare*)
- AD** – Análise do Discurso
- AFA** – Academia da Força Aérea
- AMAN** – Academia Militar das Agulhas Negras
- BCT** – Básico em Controle de Tráfego Aéreo
- CFOAv** – Curso de Formação de Oficiais Aviadores
- CFOInt** – Curso de Formação de Oficiais Intendentes
- CPIDM** – Curso de Preparação de Instrutores Militares
- CSONU** – Conselho de Segurança da ONU
- EB** – Exército Brasileiro
- EEAR** – Escola de Especialistas de Aeronáutica
- EN** – Escola Naval
- EPCAr** – Escola Preparatória de Cadetes do Ar
- EsAEX** – Escola de Administração do Exército
- EsFCEX** – Escola de Formação Complementar do Exército
- FAB** – Força Aérea Brasileira
- FFAA** – Forças Armadas
- GF** – Grupo(s) Focal(is)
- GF1** – Primeiro Grupo Focal
- GF2** – Segundo Grupo Focal
- GF3** – Terceiro Grupo Focal
- GF4** – Quarto Grupo Focal
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MB** – Marinha do Brasil
- MPS** – Mulheres, Paz e Segurança
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PND** – Política Nacional de Defesa
- P1** – Primeiro participante do GF (P2, segundo participante e assim sucessivamente)
- PN** – Participante do GF que não foi possível identificar na transcrição
- TAPMIL** – Teste de Aptidão para pilotagem militar
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MULHERES, ETHOS E FORÇAS ARMADAS	18
3 PERSPECTIVAS DE GÊNERO E A MULHER MILITAR	23
3.1 A mulher militar no Brasil: contexto e atualizações	32
4 POLÍTICAS DE GÊNERO PARA A DEFESA	42
5 O COMBATENTE: CONCEITUAÇÕES E O CONTEXTO ATUAL	52
6 <i>ETHOS</i> MILITAR E O DISCURSO	58
7 METODOLOGIA	68
7.1 Desenho metodológico	72
7.2 Limites do método	76
8 ANÁLISE DOS DADOS	78
8.1 Atores e lugares	79
8.2 Análise do Discurso nos Grupos Focais	84
8.2.1 Marcação gendradas	86
8.2.2 Maternidade e operacionalidade	92
8.2.3 Família militar	97
8.2.4 Ressignificações	101
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
10 PRODUTO PROPOSTO	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	126
APÊNDICE B - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL	128
ANEXO A - POSTOS E GRADUAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS	131
ANEXO B – TABELA DE EFETIVO FEMININO	132

1 INTRODUÇÃO

O papel da mulher nas sociedades vem passando por diversas modificações, tendo, a cada dia, novos cenários e possibilidades acessíveis a elas. A participação feminina, que outrora se encontrava limitada ao escopo particular e familiar, passa a alcançar também, de maneira mais abrangente, a esfera pública (BIROLI, 2018) e a abarcar as mais diversas profissões. Um exemplo dessa ampliação nos papéis sociais das mulheres se deu com a integração feminina em quartéis, um marco para essas instituições que eram tidas como hegemonicamente masculinas e, até então, um ambiente considerado gendrado² (CASTRO, 2004; LAURETIS, 2019).

Diante desse novo contexto de modificação no perfil das sociedades, em especial da sociedade brasileira, o presente estudo propõe uma reflexão acerca do processo de integração feminina nos quartéis, especificamente em funções operacionais ou ligadas ao combate, as quais podem ter modificado os “modos de ser” e “modos de agir” desses grupos de profissionais. Assim, a Força Aérea Brasileira (FAB) foi escolhida para o desenvolvimento do presente estudo por ter sido a primeira entre as Forças Armadas a efetivar a formação de combatentes³ de ambos os sexos, a partir de 2003. Destaca-se que, no caso da FAB, o ingresso se efetivou por meio do quadro de aviadores.

Tradicionalmente, a formação dos militares⁴ é baseada em valores e princípios que integram o “modo de ser” militar, seu *ethos*. Costuma-se argumentar que, diferentemente de outras profissões, a profissão militar tem como característica ser uma “[...] atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípuas das Forças Armadas, denominada atividade militar” (BRASIL, 1980, p. 2). Imersos em um

2

A autora utiliza o termo “gendrado” para aqueles ambientes que apresentam perfis marcados pelas normas sociais relacionadas ao gênero.

3

A abordagem do termo “combatente” vem mudando ao longo da história, e permite diversas perspectivas. Invariavelmente, está associada à atuação direta em guerras. Esse conceito será abordado mais à frente para algumas considerações complementares.

4

O militar citado em todo trabalho, refere-se aquele integrante das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica (BRASIL, 1988), não abrangendo as Forças Auxiliares.

ambiente marcado por normas e simbologias, os militares constituem um grupo, dentre outros, que estão sujeitos a uma carga horária variável e intensa. Possuem obrigatoriedade de dedicação exclusiva, com vistas ao cumprimento dos deveres e das especificidades da carreira, que vão além de uma escolha profissional⁵.

Nesse íterim, cabe ainda citar que as Forças Armadas possuem estrutura cujos pilares são a hierarquia e a disciplina. Poder-se-ia pensar que esse cenário corroboraria, mesmo que indiretamente, para um constante reforço das tradições e das características culturais, sendo tais aspectos marcantes no ambiente castrense. Um contexto, portanto, pontuado por convenções, tradições e assimetrias.

Com isso, pode-se pensar que os modos de ser e de agir dos militares, ou o *ethos* militar, à medida que se tornam características marcantes destes indivíduos, se relacionam com suas tradições culturais e podem ser tratados como uma “maneira militar de agir” (ANTUNES, 2017). Entretanto, como será tratado no desenvolvimento deste estudo, ao se abordar o *ethos*, deve-se considerar que este é entendido como um conceito híbrido, social/discursivo, ligado ao processo interativo de influência sobre o outro (ANTUNES; PAULIUKONIS, 2018) e dessa forma, também se faz presente nos discursos produzidos.

Assim, ao se pensar a integração de mulheres nas Forças Armadas, cabe compreender o cenário ao qual se insere e os fatores que podem atuado como catalisadores para que isso ocorresse. Após a Guerra Fria, diante das novas demandas militares, os exércitos passaram por um processo de mudança no qual apresentaram uma tendência de saírem de um perfil de exército moderno, com orientação muito forte para a guerra, para um exército pós-moderno, com orientações mais amplas e outras possibilidades de emprego, como, por exemplo, em missões de paz (MOSKOS; WILLIAMS; SEGAL, 2000).

A abertura gradual das Forças Armadas brasileiras para as mulheres, iniciada na década de 1980, seguiu paralelamente às mudanças quanto aos papéis social e profissional da mulher, que são reflexo das conquistas feministas e do contexto democrático no qual se inserem. Somem-se a isso as exigências implicadas para as

5

Como exemplo, pode ser citado o “[...] solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida” (BRASIL, 1980, p. 6).

instituições de Estado, que, como propõe Escobar (2009), trouxeram o debate sobre igualdade de gênero do ambiente público para os quartéis.

Ao se considerar o processo de construção de identidades dos militares, pode-se observar o aspecto destacado por Woodward (2014) de que essas identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Contudo, elas não são o oposto da diferença, mas sim dependem da diferença para existirem e cabe considerar, nos diversos grupos sociais, em específico no dos militares, que modificações, como a inserção de mulheres no desempenho das mesmas atividades, poderiam vir a acarretar ajustes na identidade desse grupo.

Nessa observação do ingresso das mulheres no ambiente operacional⁶ da aviação militar, convém uma reflexão quanto às identidades, tradições e culturas sociais envolvidas, bem como quanto à percepção desse processo pelo grupo. Assim, ao se observar e refletir sobre os aspectos sociais e culturais do ingresso de mulheres no quadro de oficiais aviadores da FAB, leva-se em conta que esse inédito papel da mulher nas Forças Armadas brasileiras representa não apenas a participação feminina na estrutura militar em um quadro que permite maior ascendência profissional, como também estabelece um marco na capacitação de mulheres como combatentes⁷ a partir do uso do vetor aéreo.

Com o objetivo de contextualizar as motivações para o presente estudo, esclarece-se que esta pesquisadora é Oficial da Ativa da Força Aérea Brasileira, do Quadro de Oficiais Aviadores, tendo ingressado na Academia da Força Aérea (AFA) em 2003 para compor a primeira turma de formação neste quadro que contaria com mulheres. E como parte desse processo, pairavam questionamentos pessoais quanto à entrada e de como de fato estariam impactando nesse “mundo” predominantemente masculino.

6

Diz-se na aviação que operacional seria o ambiente (ou Esquadrão de voo) em constante operação ou daquele militar que está pronto para desempenhar (dentro de sua especialidade) qualquer missão específica do vetor aéreo e da Força Aérea. **Nesse caso, refere-se aquele que está diretamente ligado à atividade aérea com objetivo militar.**

7

Algumas perspectivas acerca do assunto serão abordadas no Capítulo 5.

Diante deste cenário, cabe então refletir sobre as representações dos “papéis femininos”, como seriam tratadas as características tidas como “de menina”, e se essas características poderiam influenciar no desempenho da atividade operacional, na maternidade e na família. Ainda, cabe a reflexão acerca das formas como esses aspectos foram percebidos, incorporados e possivelmente ressignificados pelo grupo.

Nesse contexto, este estudo pretende observar o *ethos* militar na aviação da FAB a partir do ingresso de mulheres no ambiente operacional, como aviadoras, a partir da percepção dos demais aviadores do sexo masculino que acompanharam o processo de integração. Dessa forma, este trabalho busca a observação por meio daqueles que já compunham as fileiras nos quartéis.

Essa observação, a partir do ingresso de mulheres, não busca definir o *ethos* militar da aviação, apontando especificamente suas características e as possíveis incorporações e modificações ocorridas. Por se tratar de um conceito que permeia o grupo dos aviadores, mutável e que acompanha seus discursos, modos de agir e pensar, o presente estudo busca analisar a forma como esse processo de integração de mulheres foi percebido pelos colegas e como possíveis modificações ou ressignificações foram percebidas pelo grupo.

Antes de serem delineadas as etapas percorridas para o desenvolvimento do presente estudo, torna-se relevante pontuar que ocorrerão, eventualmente, marcações linguísticas de primeira pessoa, as quais encontram-se relacionadas ao método bem como à proximidade da pesquisadora ao seu objeto de pesquisa.

Para o desenvolvimento então, optou-se por uma abordagem qualitativa, não cabendo generalizações aos apontamentos resultantes. Dessa forma, acredita-se que as pontuações que serão tratadas nesse texto representem o pensamento de um sujeito (discursivo) coletivo e, por isso, poderão subsidiar futuras ações relativas ao efetivo de mulheres nas Forças Armadas, em especial quanto ao desempenho de funções operacionais.

Outro aspecto de relevância a ser considerado é quanto à comunidade acadêmica, no que tange aos estudos de Defesa. Este trabalho apresenta um olhar específico em relação à “mulher militar”, ao considerá-la no ambiente de desempenho da atividade de combate. Frequentemente, as mulheres militares são consideradas um conjunto uniforme, e o assunto é tratado de forma ampla, considerando-as como um objeto de estudo único.

No presente estudo, será apresentado um sucinto panorama histórico da mulher militar, como foram as primeiras participações nas Forças Armadas e quais funções lhes eram atribuídas ou permitidas. Nessa mesma perspectiva, são trazidos aspectos relacionados à integração das militares no Brasil, a partir dos anos 1980, bem como uma contextualização do cenário quanto à participação de mulheres em dados percentuais.

Esse processo de inclusão nas Forças Armadas, dentre outros motivos, é resultante das políticas de gênero também na área da Defesa. Cabe, porém, destacar que a implementação de políticas de gênero na Defesa, enquanto elemento propulsor para a participação feminina nas Forças Armadas, não foi resultante de uma decisão exclusiva brasileira, mas se encontrava inserida num grande cenário mundial voltado para as ações de igualdade de gênero.

No contexto internacional, a Organização das Nações Unidas vem atuando, dentre todas as suas linhas de ação, de forma a promover e fomentar, junto aos seus países signatários, a igualdade de gênero, constituindo um marco internacional a partir da criação da agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, com a publicação da Resolução 1325 do ano de 2000. Essa resolução propõe uma mudança de paradigma quanto ao papel das mulheres nos conflitos armados, pois, até então, a percepção associava-se exclusivamente à condição de vítimas e, a partir de então, foi incentivada a atuação feminina como elemento de promoção e consolidação da paz.

Um outro aspecto a ser abordado durante o desenvolvimento deste trabalho é quanto ao significado do termo “combatente”, que é frequentemente utilizado de maneira ampla. Entretanto, as implicações de seu significado tornam-se relevantes para melhor compreensão de como as primeiras aviadoras, dentro do conjunto dos militares da Força Aérea, se relacionam com esse termo. Essa análise é proposta a fim de compreender por que o ingresso de mulheres no quadro de Oficiais Aviadores foi considerado um marco nas Forças Armadas brasileiras também quanto aos aspectos culturais do grupo.

Em relação às características dos militares, por serem um grupo com aspectos culturais e tradições marcantes, apresentam características específicas que representam suas imagens de si. O *ethos*, ou o *ethos* militar como proposto no presente estudo, apresenta um conceito amplo, o qual se relaciona fortemente com o discurso. Enquanto detentor de significado além do texto, o discurso deve considerar

alguns aspectos como a enunciação, os sujeitos, os contratos comunicativos e a *mise-èn-scene*⁸, sob a luz da teoria Semiolinguística de Charaudeau (2009, 2013).

Feita essa estruturação, torna-se possível seguir para a metodologia adotada, que, no capítulo seguinte, aborda os aspectos considerados para a definição do *corpus* do trabalho e do desenho metodológico seguido para a realização da coleta de dados. Assim, essa coleta foi realizada por meio de Grupos Focais com os Oficiais Aviadores que se encontravam nas Unidades Aéreas e foram observadores da chegada das primeiras aviadoras no ambiente operacional. Ainda nesse capítulo, serão abordados alguns limites relativos ao método proposto, face ao ambiente para o desenvolvimento da pesquisa, bem como as especificidades do estudo.

Em continuidade, é trazida a análise do *corpus* do estudo, a qual tomou por base a teoria de linha francesa da Análise do Discurso. Nesse sentido, e a partir das transcrições dos quatro Grupos Focais realizados, foi possível pontuar quatro principais categorias de análise, a saber: marcações gendradas; maternidade e operacionalidade; família militar; e ressignificações. Cabe ressaltar que as categorias que foram apontadas não esgotam o tema, tampouco as possibilidades de investigação do *corpus* obtido.

Após a análise, o presente estudo apresenta às considerações finais da pesquisa, com a pontuação do que foi observado no decorrer do estudo, bem como a verificação quanto aos objetivos da pesquisa e à condição do estudo perante a hipótese proposta. E, como etapa do Mestrado Profissional, no Capítulo 10, serão pontuados os produtos do Mestrado já executados e aqueles possíveis de serem desdobrados a partir do trabalho desenvolvido. Os produtos propostos como decorrência deste estudo têm o intuito de contribuir para os debates acerca do tema “gênero” nas Forças Armadas, além da reflexão sobre possíveis ajustes ou adequações ao se considerar a crescente participação de mulheres em quartéis.

A fim de dar prosseguimento, o capítulo a seguir traz uma breve revisão bibliográfica realizada sobre o tema, cuja reflexão e interlocução com as inquietações da pesquisadora permitiram o desenvolvimento de todo o texto subsequente.

8

Conceito alçado do contexto teatral e central da teoria Semiolinguística, a qual assume a linguagem como uma encenação na qual participam vários parceiros (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

2 MULHERES, ETHOS E FORÇAS ARMADAS

A fim de ampliar os conhecimentos sobre o papel da mulher nas demais Forças Armadas, deve-se considerar os estudos realizados por Forças Armadas estrangeiras, pois, apesar das diferenças culturais e sociais de cada país, essas Instituições simbolizam, em sua essência, a capacidade que um país tem de se opor a ameaças. Mesmo aqueles Estados que não possuem uma história permeada por guerras, acabam por compartilhar características culturais e sociais próximas, e por isso, os textos relativos a outras nações, foram considerados para o levantamento em questão. Assim, ao se observar pesquisas em outras Forças Armadas, não nos distanciamos, em sua essência, do nosso tema.

Como um primeiro marco nos estudos sobre as características militares, Celso Castro, em seu livro “O espírito militar” (2004), apresenta o ambiente castrense, com o escopo na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) – do Exército – em virtude de sua pesquisa etnográfica. O autor apresenta a diferenciação feita pelo militar entre o “civil” e o “paisano” os quais dentre os vários apontamentos, se destacam por valores e marcações peculiares.

Traçando-se um paralelo com o que Castro propõe, a Força Aérea também apresenta aspectos intrínsecos em seus cursos de formação em sua academia e, apesar de possuir nuances diferentes do EB, também se diferencia do civil a seu modo. Assim, o texto enquanto desdobramento da pesquisa de Doutorado do autor, com informações apresentadas no livro correspondam ao final da década de 1980, as proposições trazidas no livro são relevantes ao estudo, pois reiteram características de um ambiente tradicional e conservador (com hábitos, tradições, ritos etc.), e, principalmente, evidenciam a construção e existência de um “mundo” a parte do “mundo” civil: “o mundo militar”. Essas noções podem ser aplicadas ao presente estudo.

Buscando estudos em interface ao tema proposto nessa dissertação, realizou-se levantamento no portal de periódicos da CAPES⁹ desde as fases preliminares desta pesquisa. Em março de 2019, foram realizadas buscas por artigos relacionados ao

⁹

<https://www.periodicos.capes.gov.br/>

tema com os descritores detalhados e, em julho de 2020, o mesmo levantamento com os mesmos filtros no intuito de se verificar atualizações ou novos textos. Em ambas as buscas foi aplicado o refinamento da pesquisa para “últimos 5 anos”, dentro do escopo de textos relativos à área de Ciências Sociais, Ciências Políticas ou de Relações Internacionais, e com isso foram obtidos sete artigos de significativa afinidade com o assunto abordado neste estudo, conforme serão descritos a seguir.

Inicialmente, foram utilizadas as palavras-chave GENDER, “MILITARY WOMEN”, COMBAT, GENDER que foram alternadas entre si. Dos resultados obtidos, pode-se citar o artigo de Schwether e Pagliari (2018) intitulado Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil, o qual apresenta um comparativo entre os países no período de 2005 e 2015 quanto às políticas de gênero para defesa, adotadas por seus respectivos governos, a partir da inserção de mulheres nas academias militares e em funções estratégicas, como o ministério da Defesa, na Argentina.

A partir desse texto foi possível observar como a análise temporal e comparativa permite perceber a influência das políticas governamentais quanto à inserção feminina em questões militares, dentro de um cenário geopolítico comparativo com o brasileiro.

A seguir, com o artigo de Duncanson e Woodward (2015) sobre a teorização da mulher militar, aborda ainda sobre o aumento da participação de mulheres nas instituições militares, a partir das transformações contemporâneas, citando as estratégias feministas para esse aumento nos quartéis e demais órgãos, com foco nas políticas de igualdade de gêneros, paz e justiça.

Desse modo, foi possível refletir quanto à participação de mulheres nas instituições militares, dadas as mudanças contemporâneas na sociedade e assim, compreender como o Brasil e em especial a FAB se apresenta nesse contexto. A apresentação da abordagem acadêmica das questões feministas para a igualdade de gênero, serviu de subsídio e base para uma teorização similar para o desenvolvimento do presente estudo.

Como outro resultado dentro do levantamento proposto, obteve-se o artigo de Badaró (2014) no qual o Autor apresenta uma análise das transformações ocorridas no exército argentino, da perspectiva das mulheres soldados, dando ênfase nas mudanças institucionais que elas produziram sem intenção. A experiência das

militares no exército argentino, refletiria mudanças na Instituição militar com as ambiguidades e contradições do processo de democratização na sociedade argentina.

Assim, o texto permitiu observar as transformações ocorridas, em especial nas culturas e valores da Instituição. A problematização trazida quanto à participação de mulheres e as discussões para a relação entre as Forças Armadas, Estado e sociedade foram primordiais para a reflexão acerca das interrelações existentes na temática.

Dando sequência, apesar desse texto ser de um período maior que dos últimos cinco anos, o artigo de Taber (2013) mostrou-se de interesse para a pesquisa pois apresenta um projeto de pesquisa explorando experiências de militares mães. Apresenta ainda a literatura e o contexto organizacional das mães e mulheres militares ocidentais. Aborda a história de vida e os relatos das entrevistadas, bem como a correlação de seus relatos e a opção de seguirem na condição de militares, sendo "empurradas" aos papéis tradicionais na sociedade.

No texto a maternidade, foi considerada um paradigma quando se aborda a questão da mulher militar e da igualdade de gêneros nas Forças Armadas. Permitiu refletir sobre a percepção de dualidade entre profissão e maternidade ocorre nas sociedades ocidentais, e se reforça ao observa as características da atividade militar.

O artigo de Ombati (2015) ilustra as realidades complexas e contraditórias das mulheres nas Forças Armadas abordando a relação entre masculinidade e feminilidade, guerra e as instituições militares. Apresenta ainda abordagem etnográfica das operações das Forças de Defesa do Quênia na Somália, com mulheres combatentes e a atribuição de papéis femininos não tradicionais, cruzando as fronteiras de gênero.

Assim, a partir das particularidades apresentadas a partir da inserção feminina nas Forças de Defesa do Quênia, é possível perceber a formatação de gênero presentes nas diversas sociedades e em especial nas instituições militares. A partir desse artigo é possível pontuar a relação entre Forças Armadas e os papéis tradicionais e não tradicionais associados ao gênero.

Como último texto dentro do levantamento preliminar sobre mulheres nas Forças Armadas, temos o artigo estratégico de Gianinni, Folly e Lima (2017) no qual autoras apresentam um histórico quantitativo da participação feminina nas Forças Armadas brasileiras bem como uma evolução histórica quanto à efetividade na participação das atividades operacionais e estratégicas de cada Força. Trazem ainda

um comparativo quanto aos pontos de vista de cadetes/aspirantes do sexo feminino, masculino e instrutores de ambos os sexos sobre essa participação e integração nas Academias militares.

A abordagem histórica apresentada pelas autoras bem como a comparação entre os discursos, permite observar uma mudança nos aspectos relevantes para a formação do oficial de carreira, como a possibilidade de atingir os mais altos postos de cada Força. O texto aponta as percepções sobre uma alteração na formação, competitividade e relações entre instruendo/instrutor, os quais nos remetem a aspectos do *ethos* militar envolvido.

De maneira geral, foi possível perceber que as produções acadêmicas, ao tratarem da mulher militar brasileira, abordam-na como um objeto de estudo homogêneo e com características semelhantes. Para o desenvolvimento do presente estudo, cabe considerar que as funções desempenhadas, as atuações, postos e atividades militares variam e, com isso, também as influências e relações no grupo.

Apesar dessa consideração mais generalista, cabe especial destaque ao artigo estratégico “Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas Brasileiras”, das autoras Giannini, Folly e Lima (2017), que aponta a diferenciação nos objetos de estudo, ao tratar sobre os aspectos referentes ao ingresso de mulheres nas Academias, com abordagem histórica e comparativa a partir dos discursos de militares envolvidos no processo.

O texto permite ainda observar mudanças em aspectos da formação do oficial de carreira, a partir da inserção feminina, citando alterações quanto à competitividade entre colegas e modificações nas relações entre alunos e instrutores. Assim, para a revisão de literatura ora apresentada, este artigo constituiu o segundo marco agora quanto aos aspectos referentes às mulheres nas Forças Armadas e que sinaliza para a atuação na linha de frente.

Para que fosse possível também revisar a literatura disponível quanto ao *ethos*, foram realizadas buscas no portal de periódicos da CAPES sob os mesmos critérios de período com os descritores “ethos” e “Charaudeau”, uma vez que já se pretendia seguir a linha francesa da Análise do Discurso (AD), com foco na teoria Semiolinguística do autor Patrick Charaudeau. Nessa busca inicial, realizada em 10 de maio de 2020, foram obtidos 32 resultados, que, ao ser acrescentando o descritor “gender”, foram reduzidos a 2 artigos.

Destes artigos obtidos, um relacionava-se a legitimação da liderança da presidente Cristina Kirchner em seu discurso inaugural (VITALE, 2015) e o outro a perspectivas retórico-discursivas para o estudo da patemização (ALVES JUNIOR; TOMAZI, 2018). O primeiro citado permitiu uma observação de como o *ethos* pode se relacionar ao gênero, bem como das possíveis construções para análise. O segundo artigo, voltado para a linguística, reforçou os aspectos da teoria de Análise do Discurso inicialmente proposta.

Dessa forma, foi possível observar de que forma estavam sendo desenvolvidos os estudos na área de interesse. Isso permitiu supor, até de forma ousada, que este estudo em andamento tem o intuito de dar prosseguimento ao artigo estratégico de Giannini, Foly e Lima (2017), uma vez que pretende abordar aspectos culturais e sociais após o ingresso de mulheres para o desempenho de funções na linha de frente, ou seja, como combatentes, sob a perspectiva após a formação na Academia da Força Aérea, a partir dos discursos de militares que vivenciaram a chegada das aviadoras no ambiente operacional.

3 PERSPECTIVAS DE GÊNERO E A MULHER MILITAR

Ao se pensar sobre a mulher militar, torna-se necessário, antes, lembrar a perspectiva oferecida pelos estudos de gênero¹⁰, a fim de compreender alguns aspectos que permeiam o assunto. Mudanças na história e nas sociedades, de maneira geral, permitiram uma ampliação na participação feminina no mercado de trabalho e no meio acadêmico. Nesse sentido, temos ainda a conjugação da expansão da busca das mulheres pela igualdade e liberdade de direitos, numa conquista do espaço público que derivou da afirmação dos movimentos feministas (MATOS, 2006).

Entretanto, cabe ainda observar que quando o

[...] discurso é centrado na “igualdade” tornaria difícil para as mulheres argumentarem em torno de questões específicas delas no local de trabalho, por medo de que isso pudesse prejudicar o argumento de que são essencialmente “iguais” aos homens (PAINTER-MORLAND, 2011, p. 443, tradução nossa)

Assim, ao problematizar o tema, propondo-o com uma abordagem que considere as diferenças uma vez que as mulheres não são essencialmente “iguais” aos homens, a autora aponta para a relevância dos estudos na área.

Nesse aspecto, a fim de situar o movimento feminista, em breve salto temporal, sabe-se que, apesar dos intentos precedentes, no Brasil,

[...] suas reivindicações voltaram ao cenário somente em 1975, quando a ONU instaurou o Ano Internacional da Mulher. [...] Os temas referentes à mulher reapareceram: violência sexual, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho (a dupla jornada de trabalho) e à cidadania das mulheres. Somaram-se a essa luta outros canais de participação da mulher, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida que ocuparam o espaço social e político a partir da segunda metade da década de 1970 (MATOS, 2006, p.282).

A participação de mulheres nos diversos setores da sociedade é algo recente na história do país e ainda em pleno desenvolvimento na maioria das sociedades atuais. Pensar essa mudança de perspectiva de atuação “[...] entre público e privado,

10

Existem diversas possibilidades de abordagens ao se tratar de estudos de gênero. Scott (2019) cita que o uso do termo “gênero” inicialmente por feministas americanas deu-se por sua capacidade de exprimir o aspecto relacional entre homens e mulheres uma vez que não seria possível uma compreensão por meio do estudo inteiramente separado.

supervalorizando as atividades relativas ao espaço público, portanto, masculinas, e desvalorizando as atividades relacionadas ao espaço privado, destinado às mulheres” (RODRIGUES; ARAS, 2011, p.124-125), torna-se pertinente uma vez que existem novos papéis que até pouco tempo não eram desempenhados por mulheres.

Mas por que são abordados como “novos” papéis para a mulher? Uma possível abordagem para esta problemática se dá ao analisar a divisão sexual do trabalho, que nos remete a “[...] tocar no que vem sendo definido, historicamente como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher” (BIROLI, 2018, p.21). Sob essa perspectiva, a ampliação da participação de mulheres em diversos setores representaria uma ruptura com o que vinha sendo estabelecido na história, saindo do âmbito doméstico e privado.

Apesar de ser um estudo anterior a diversos avanços na área, o artigo “*The Doubled Vision of Feminist Theory*”, de Kelly (1979), apresentava aspectos e proposições clássicas sobre a teoria feminista, que apontam que esses papéis domésticos e sociais são percebidos de formas diferentes por estarem intimamente relacionados ao gênero, não podendo se desvincular dele. Sendo assim, o desempenho econômico, inclusive, dependeria do binômio sexo-gênero.

O uso do termo sexo-gênero tem sido utilizado com o intuito de evidenciar a diferença e ampliar os significados dos termos. Gênero não é sexo (algo biológico) e sim a representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição “conceitual” e que estaria ligada aos sexos biológicos. Assim, ao abordar esta estrutura conceitual, entendida academicamente por “sistema de sexo-gênero” (LAURETIS, 2019), busca-se o entendimento sobre as construções sociais em torno do sexo, que estaria relacionado à atribuição de comportamentos e funções sociais.

Segundo essa perspectiva, o gênero se mostra como resultado do que é mostrado na sociedade, ou resultado da performatividade do indivíduo. Como uma importante referência nos estudos de gênero, Judith Butler (1993) constrói, em sua teoria, o conceito de performatividade, desvinculando-a da concepção de algo voluntário, único e binário ao representar um “papel de gênero”, e assim se estabelecendo de forma que expresse e represente uma escolha do indivíduo, adotando uma identidade. Foi pelo viés da crítica às dicotomias que a divisão sexo/gênero produz que Butler (1993) chegou até sua teorização voltada à desconstrução e crítica ao sujeito único. A autora propõe que “A presunção aqui é que

o ‘ser’ um gênero é um efeito” (p. 58, grifo da autora), ou seja, com isso, volta-se o olhar para o sujeito como efeito e não somente como essência e consequentemente a identidade, como uma expressão, mas não somente como o sujeito em si.

O que Butler buscou evidenciar foi que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, o gênero seria um acontecimento contingente, e que não denotaria um ser substantivo, “[...] mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (p. 29).

Em sua teoria, Butler aborda ainda que a performatividade resultaria da reiteração de normas e regras sociais anteriores ao sujeito e que, sendo constantemente repetidas, acabam por materializá-las. Nesse ínterim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já normatizadas, materializando-se nos corpos, e assim, marcando o sexo (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007), além de exigir práticas mediante as quais se produzem as marcações “gendradas” (LAURETIS, 2019), podendo gerar o que comumente denominamos por “estereótipos”.

Assim, cabem algumas considerações acerca desse modo de representação da alteridade, o qual é trazido por Silva (2000) sob a seguinte definição:

Estereótipo - Opinião extremamente simplificada, fixa e enviesada sobre as atitudes, comportamentos e características de um grupo cultural ou social que não aquele ao qual se pertence. O etnocentrismo, o racismo, o sexismo, a homofobia, baseiam-se, todos, em grande parte, na produção e reprodução de estereótipos sobre os respectivos grupos sociais atingidos por essas atitudes tendenciosas. Na análise cultural contemporânea, o conceito é visto com certa desconfiança, por suas conotações psicológicas, ao focalizar o indivíduo e não processos sociais e históricos. Os Estudos Culturais têm preferido utilizar, na análise do etnocentrismo, do racismo, do sexismo e da homofobia, o conceito de “representação”, por permitir ressaltar as relações de poder envolvidas nesses processos, bem como o papel central da linguagem na produção de visões específicas sobre a alteridade. (SILVA, 2000, p.54)

Complementarmente, Amossy (2011b) aborda ainda este conceito relacionado ao *ethos*. Em suas considerações, aponta a construção de uma imagem de si e sua relação com a representação coletiva cristalizada, ou o estereótipo. Sob a perspectiva de Ferreira e Valente (2015) que argumentam sobre esse conceito em seu artigo,

[...] a estereotipagem consiste num processo de reconstrução de dados preexistentes e integrados a um modelo cultural, o qual, por sua vez, dá a forma ao estereótipo de um “esquema” ou “representação” partilhada por uma

comunidade, grupo, numa dada situação. (FERREIRA; VALENTE, 2015, p.299)

De forma simplificada, os estereótipos podem remeter a uma forma reduzida de representação, se tornando algo que se encaixe em um determinado padrão. Assim, ao se tratar de “papéis de gênero” e das normas reguladoras do sexo como resultados de uma performatividade do gênero sendo passíveis de deslocamentos para os estereótipos, temos as questões abordadas neste estudo. Nessa perspectiva, é cabível pensar se haveria atitudes, comportamentos e discursos que seriam “esperados” de homens e não de mulheres, conforme as normas sociais relacionadas ao sexo (homem/mulher).

Como abordado por Kelly (1979), e posteriormente trabalhado em diversos estudos contemporâneos brevemente pontuados acima, esses papéis, bem como a divisão sexual do trabalho, estão fortemente relacionados ao gênero e, em virtude das reiteraões sociais e suas marcações gendradas, não se desvinculariam facilmente dele.

Ainda no contexto da alteridade, agora relativo às relações de grupo, ao se observar a construção de identidades dos aviadores, bem como o ingresso de mulheres nesse grupo, podem ser trazidas algumas observações. Inicialmente, considera-se que as “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2014, p. 8). Dessa forma, pode-se pensar o ambiente castrense marcado por simbologias e tradições voltadas para o masculino e encontra-se voltado para identidades nesse mesmo sentido.

Ao se abordar a construção de identidades, cabe ainda considerar que, embora elas sejam marcadas pela diferença, pode haver diferenças que são vistas como mais importantes que outras (WOODWARD, 2014). Nessa relação, considera-se ainda que a

[...] afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. [...] A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. (SILVA, 2014, p. 82)

A problematização quanto às identidades envolvidas nesse processo de inserção das mulheres no ambiente operacional torna-se, portanto, um aspecto

relevante quanto à construção e afirmação das identidades envolvidas. O fato de o “novo integrante” do grupo ser “mulher” poderia adquirir um peso diferente nesse processo, uma vez que o gênero, comumente relacionado aos estereótipos, abarcaria diversas características e pressupostos alheios às características do grupo.

Outro tópico relevante, que se relaciona ao sexo feminino, é a maternidade. Essa condição pode acarretar reflexões e questionamentos acerca da sua (in)compatibilidade com a carreira profissional da mulher e, no nosso escopo, à militar combatente. Cabe ainda destacar que os questionamentos sobre o binômio carreira-maternidade não se referem a um debate exclusivo do meio militar, mas amplamente problematizado em diversas esferas profissionais.

Sobre esse aspecto, antes de serem apresentadas considerações específicas, torna-se necessário problematizá-lo pois, atualmente, uma mulher pode ainda desejar não ser mãe. Em seu livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Badinter (1985) argumenta no sentido de desconstruir a mãe em seu estereótipo conhecido, ao questionar a lei (ou regra) que regeria o amor materno, ao considerar que “[...] a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina” (p. 15) e ainda contestando se esta relação seria sempre verdadeira, uma vez que haveria “[...] demasiadas exceções à regra do amor materno para que não sejamos forçados a questionar a própria regra” (p.15).

Em uma resenha referente à obra desta autora, que se debruça sobre os assuntos afetos à maternidade, Tatagiba (2011) apresenta o seguinte contexto sobre a maternidade:

Ela rememora ainda “a inconstância e a não universalidade do desejo das mulheres conceberem, avaliando que o fato de “pôr um filho no mundo” é “a decisão mais perturbadora que um ser humano é levado a tomar na vida” (18) – obviamente referindo-se às situações na qual a geração de um ser humano envolve a reflexão prévia dos envolvidos. (TATAGIBA, 2011, p.437)

A despeito disso, ao se considerar a liberdade pela escolha da mulher quanto à maternidade, cabem ainda reflexões quanto à divisão sexual do trabalho (doméstico) e o cuidado dos vulneráveis (no caso crianças pequenas). Este assunto foi problematizado por Biroli (2018), uma vez que esta autora aponta a atribuição praticamente exclusiva à mulher de tais atribuições, reforçando a preocupação com os papéis “naturalizados” socialmente.

Através da historiografia, Badinter (1985) procura desconstruir o “mito do amor materno” com a história da maternidade na França a partir do século XVII,

evidenciando a ausência ou ambivalência deste sentimento, nas sociedades do Antigo Regime. Tal perspectiva permite problematizar sobre a maternidade enquanto um sacerdócio, exigindo da mulher paciência e total dedicação. Entretanto, a dignificação da maternidade, alerta Badinter, possibilitou às mulheres encontrarem uma função determinada, desfrutando de um prestígio até então desconhecido na esfera social. Mas o grande perigo foi que, com esse devotamento integral da "natureza" feminina, passou-se a investir em um destino certo para toda mulher; e, se a mulher não possui naturalmente esse altruísmo, apelava-se para o discurso moralizante. O espírito do sacrifício passa a ser definido não só como natural, mas também como obrigatório.

Com a importância do amor materno, a percepção do "ser mãe" foi naturalmente vinculada à feminilidade e ao desdobramento de novas possibilidades que o exercício da função materna permitia às mulheres. A importância adquirida pela criança na sociedade, entre outras transformações, desencadeou essas mudanças, segundo a autora. Embora o panorama oferecido pela autora possa ser considerado eurocêntrico e elitista por outros autores, com Badinter (1985), seria possível compreender as movimentações inerentes à sociedade ocidental no tocante às mudanças de perspectiva para a representação da mulher, ou ao seu contraponto: a transformação histórica da representação do homem.

Essa transformação da representação masculina poderia ainda ser problematizada sob a forma de uma reflexão quanto à paternidade e ao grau de envolvimento e comprometimento da carreira do homem em virtude do compartilhamento nos cuidados com os filhos pequenos, uma vez que, de maneira ampla, a carreira da mulher tenderia a ser comprometida diante das expectativas sociais envolvidas. Entretanto, em seu artigo sobre carreiras profissionais de mulheres, Mota-Santos, Carvalho Neto e Oliveira e Andrade (2019) citam, dentre outros aspectos, que uma divisão das tarefas domésticas de forma mais igualitária poderia, em contrapartida, auxiliar as mulheres no crescimento de carreira sem necessariamente precisarem renunciar à maternidade.

Em relação ao papel da mulher na sociedade, a esfera privada (família) pode ser percebida como detentora de uma amplitude significativa no ambiente castrense, em virtude da interdependência que esta estabelece com a carreira militar. As peculiaridades dessa atividade, os aspectos culturais, nos apontam que "de modo geral (e isso vale tanto para oficiais quanto para praças), as esferas social, do trabalho e da família tendem a interpenetrar-se no mundo militar" (GOLDSTEIN, 2009, p.5).

Nesse sentido, ao aproximar a observação para as aviadoras, agrega-se a esse cenário os papéis sociais naturalizados socialmente à mulher, além das suas incumbências como combatente mescladas no estreitamento entre as esferas pública e privada, potencializadas no ambiente castrense. Assim, a família militar, sob o contexto operacional e - num afunilamento desta - a maternidade, constituem aspectos diretamente relacionados ao gênero e que ganham um olhar específico quando relacionada à mulher militar, em especial à combatente.

Dessa forma, após a abordagem de breves aspectos sobre gênero, este trabalho passará a focar na mulher militar até chegar às combatentes, as quais, inseridas nesse cenário mais amplo, podem ser citadas como uma das profissões mais tardias a serem permitidas às mulheres.

Pesquisando na História, esta nos permite apontar, em diversos episódios, a presença de mulheres participando ativamente de batalhas, quer fosse por sua origem nobre, como mulheres-soldados que, por necessidade, defenderam com valentia vilas e castelos, ou aquelas que, disfarçadas de homens, alistaram-se nos exércitos (CAIRE, 2002). Esse autor cita ainda que houve um ponto marcante quanto à integração de mulheres nos exércitos durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar do ineditismo e dos desafios enfrentados pelas mulheres-soldados nos períodos anteriores, no momento quando

[...] a guerra se tornou total e mecanizada e as necessidades de mão-de-obra se multiplicaram para sustentar o esforço de guerra na retaguarda, foram convocadas todas as forças da nação. Houve mobilização ou requisição de mulheres, inclusive voluntárias, para servirem nas formações militares e até mesmo desempenharem missões como combatentes na Rússia e nos países da Europa Oriental. (CAIRE, 2002, p.55)

E, mesmo essa convocação que permitiu a participação das convocadas inclusive para as funções diretas ao combate, porém tais requisições se davam prioritariamente para as funções auxiliares e de apoio, a fim de desonerar os homens de atribuições administrativas, liberando-os para as funções diretas ao combate.

Na Segunda Guerra Mundial (II GM), com os significativos avanços tecnológicos e aperfeiçoamentos táticos para o combate, requereu apoio maior e variado para o progresso nas batalhas. Neste conflito, as numerosas baixas e a dimensão atingida no combate, geraram uma demanda de participação de mulheres em diversos setores: funções de apoio logístico, saúde, além da maior presença nas

funções técnicas - como comunicações, comboios aéreos e até diretamente no combate (CAIRE 2002).

Em relação à mulher com papel militar na II GM, fazer mulheres soldados foi de bastante significância para uma nova percepção dos papéis sexuais, pois, conforme Campbell,

Colocar essas mulheres soldados em combate constituiu uma inversão radical dos papéis tradicionais das mulheres como objeto passivo de namorada/ esposa/ objeto sexo cuja missão final era esperar que seus homens viris retornassem de sua missão masculina de lutar e morrer por "torta de maçã e maternidade "(ou seja, para os valores sociais tradicionais). (CAMPBELL, 1993, p. 302, tradução nossa)

Durante o período da Guerra Fria, entretanto, houve uma tendência mundial para a manutenção do *status quo* em diversos aspectos devido às tensões mundiais, entre eles, da estrutura e do poderio militares. Moskos, Williams e Segal (2000) tratam de uma transição que vem ocorrendo nas Forças Armadas americanas, bem como em outras forças ocidentais de países democráticos após a Guerra Fria, que pode ser entendida como uma mudança na forma da organização militar de Moderna para Pós-moderna.

Entre as diferenças citadas, a organização militar moderna possuiria orientação para a guerra como principal missão, *ethos*¹¹ voltado para as características masculinas e distanciamento, em relação à estrutura e cultura, da sociedade civil. Os militares pós-modernos, por outro lado, passariam a ter um formato de força voluntária, com uma perspectiva mais ampla em sua missão, cada vez mais andrógina quanto ao *ethos*, e com maior permeabilidade à sociedade civil. Essa permeabilidade, como etapa importante dessa aproximação, deve-se principalmente à nova imagem institucional que se mostraria mais "leve" e "humana" a partir da presença de mulheres nas Forças Armadas.

Tecendo uma análise sobre essa mudança nas Forças Armadas ocidentais, Escobar (2009) argumenta que essa transição para um exército com pautas mais flexíveis teria favorecido a presença de mulheres também na esfera militar, o que

11

O termo conhecido inicialmente pelos estudos da retórica aristotélica, possui características sociais e discursivas que remetem aos aspectos culturais específicos de um determinado grupo. O assunto será tratado com maior detalhamento no Capítulo 6.

poderia ser considerado com um indicador para o processo de transição para uma organização militar pós-moderna.

Entretanto, ao problematizar o tema, a autora apresenta alguns aspectos divergentes quanto ao processo de incorporação das mulheres nos quartéis. Ao se considerar que se trata de um processo que ocorre nacional e internacionalmente – em virtude das novas dinâmicas e estruturas entre os países e se justifica a partir da concepção de defesa e soberania – ao mesmo tempo, seria um fator complicador ao se falar de incorporação de mulheres, levando em conta os papéis tradicionalmente atribuídos aos sexos. Cabe considerar, ainda, que as mudanças pelas quais as instituições militares vêm passando, deve-se levar em conta que

Somente a possibilidade de que os países enfrentem menos guerras justifica reforçar as políticas de incorporação das mulheres nas Forças Armadas. No entanto, a realidade é mais complexa e implica uma série de adequações. Atualmente, para fazer guerra já não são tão importantes, como no passado, as condições físicas e psicossociais dos combatentes. Some-se a isso a dimensão humanitária dos exércitos e estar-se-á diante de novas instituições, com novas necessidades, entre as quais estaria presente a inclusão social e de gênero. (ESCOBAR, 2009, p. 53)

Complementarmente à argumentação proposta pela autora, a maioria dos estudiosos concorda que a incorporação de mulheres é resultante de diversas razões e que não reflete necessariamente um processo de modernização institucional. Podem ser listados como principais causas dessa questão os seguintes fatores: a necessidade de modernização e reestruturação dos âmbitos castrenses; e o contexto democrático com suas exigências e ajustes às instituições do Estado, considerando assim que a abordagem do tema igualdade de gênero não surgiria nos quartéis, sendo oriundo de um debate público (ESCOBAR, 2009).

Ainda quanto aos aspectos relacionados ao gênero, e ao se observar o objeto do presente estudo, deve-se considerar que “[...] se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino, subentende a totalidade daqueles atributos sociais” (LAURETIS, 2019, p. 126). Dessa forma, e ao se pensar os atributos relacionados ao gênero, como família e maternidade, esta perspectiva quanto aos papéis sociais relacionados ao gênero tornam-se fatores relevantes ao se considerar as atribuições de combatente, as relações profissionais e sua inserção nesse grupo que carrega em si características da hegemonia masculina na instituição (MATHIAS; ADÃO, 2008).

No Brasil, o processo de inclusão das mulheres nos quartéis vem ocorrendo de forma gradativa desde a década de 1980, como será abordado a seguir.

3.1 A mulher militar no Brasil: contexto e atualizações

O Brasil, seguindo a tendência mundial quanto à perspectiva que contemplasse a igualdade de gênero, vem vivenciando as prováveis razões para a inclusão da mulher nos quartéis, vindo a tomar características, ao longo do tempo, dos exércitos pós-modernos.

Traçando-se um panorama histórico quanto ao ingresso da mulher nas Forças Armadas brasileiras, temos primeiramente a Marinha do Brasil (MB), que, em 1980, criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Neste quadro, a atuação das mulheres era restrita a funções técnicas e administrativas em terra (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017), ou seja, essas militares não poderiam embarcar em navios de guerra ou participar de missões no mar.

No ano seguinte, em 1981, a Força Aérea Brasileira (FAB), pela Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981, criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA). Essa Lei determinava que o Corpo Feminino fosse constituído pelo Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO) e pelo Quadro Feminino de Graduados da Reserva da Aeronáutica (QFG)¹². Os respectivos Cursos se iniciaram em 1982 e eram compostos por especialidades voltadas para tarefas de apoio, tais como: administração, saúde, biblioteconomia, entre outras (INCAER, 2018).

No Exército Brasileiro (EB), o ingresso de mulheres deu-se a partir de 1992 no Quadro Complementar de Oficiais (QCO)¹³. O ingresso dessas militares de carreira do Exército ocorreu na Escola de Administração do Exército (EsAEX), atual Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX), sendo possível a atuação em diversas áreas voltadas ao apoio, incluindo administração, saúde e informática (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2017). Porém todas essas possibilidades de ingresso não

¹²

Tanto o QFO quanto o QFG foram as nomenclaturas adotadas pela FAB para definir o quadro (ou grupo interno) ao qual suas componentes pertenceriam.

¹³

Análogo ao QFO e QFG.

permitiam a formação nas Academias Militares brasileiras¹⁴ e com isso não era permitido o acesso aos mais altos postos da gestão militar: o generalato¹⁵. Como vanguardista no Brasil, em 1996, a Força Aérea iniciou em sua Academia de formação, a primeira turma que incluía cadetes¹⁶ mulheres, no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) e em 2003, a primeira turma de formação de Aviadores Militares com militares de ambos os sexos.

Todavia, cabe observar que, nas três Forças, até a abertura do Quadro de Oficiais Aviadores para mulheres, as possibilidades das interessadas na carreira, se restringiam às funções de apoio, logística e saúde. De 2003 em diante, diversos aspectos mudaram, e atualmente as três academias militares brasileiras – Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola Naval (EN) e Academia da Força Aérea (AFA) – responsáveis pela formação dos líderes das Forças Armadas – contam com discentes de ambos os sexos.

A possibilidade de ingresso nas Academias militares para as jovens brasileiras não ocorreu ao mesmo tempo nas três Forças. Como precursora, em 1996 a FAB iniciou sua primeira turma que incluía cadetes do sexo feminino no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt), na AFA. Em 2003, houve ainda, a possibilidade de ingresso para mulheres também no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) na mesma instituição¹⁷.

14

Organização militar que tem por incumbência a formação dos Oficiais de carreira de sua respectiva Força Armada, com abrangência técnica, científica e militar. Os Cursos de Formação de Oficiais das Forças Armadas possuem equivalência a cursos de nível superior do sistema civil de ensino.

15

De forma geral, os postos do generalato são exclusivos dos Oficiais formados em Academias. Entretanto, algumas especialidades na área da Saúde, tem a possibilidade de ascender aos postos de Oficiais Gerais. A Marinha do Brasil conta com duas e a Força Aérea com uma mulher militar, todas médicas, ocupando tais postos.

16

Posto relativo ao militar durante o curso de formação nas Academias Militares do Exército Brasileiro e Força Aérea. Na Marinha do Brasil, o militar na mesma condição é chamado de Aspirante.

17

Pelo menos até 2020, o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, da mesma instituição, ainda tinha seu acesso exclusivo ao sexo masculino.

Para a esfera e carreira militar realizar um curso de Formação em uma Academia Militar incorpora o sentido de “formação completa” do oficial, quer seja em aspectos profissionais, militares ou éticos. Dentro de cada Força, considerando-se aspectos funcionais e finalísticos os Quadros¹⁸ ganham maior ou menor destaque dadas as possibilidades da carreira naquele quadro.

Para o Exército Brasileiro, a Lei 12.705 (BRASIL,2012a), foi um importante elemento impulsionador do seu processo de inclusão de mulheres, em especial na AMAN, uma vez que, dentre outros assuntos, estipulava o prazo de cinco anos para o ingresso na linha militar bélica de ensino para candidatas. O ingresso dessas primeiras aprovadas para o curso na AMAN deu-se em 2017 com início do Curso do Formação na escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx).

Na Marinha, a entrada de mulheres em sua Academia, a Escola Naval, ocorreu em 2014, inicialmente restritas ao Quadro de Oficiais Intendentes¹⁹. Atualmente, esta instituição permite a opção por qualquer dos quadros pelas aspirantes em formação. Com o intuito de contextualizar a participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras, foram solicitadas informações ao Ministério da Defesa (MD), pelo e-SIC, Sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão, sob o protocolo número: 60502.002309/2019-23, tendo sido recebido como resposta uma tabela completa com postos e graduações divididos por Força Armada, conforme ANEXO B. Desta tabela primária, foram extraídos os dados apresentados abaixo com os efetivos percentuais (referendem-se ao ano de 2019).

Tabela 1. Distribuição por sexo em cada Força Armada no Brasil

PERCENTUAIS	HOMENS	MULHERES
MARINHA	89,37%	10,63%
EXÉRCITO	94,81%	5,19%

¹⁸

Categoria dentro das Forças Armadas, que pode representar o nível de formação ou grupo ao qual pertence. Cada quadro possui o também um plano de carreira específico, sendo certas funções, postos ou graduações possíveis ou vetadas de acordo com o quadro ao qual o militar pertence.

¹⁹

Desde 2019 as Aspirantes, como são chamadas as alunas da EN podem optar por qualquer quadro: Armada, Esquadra, Fuzileiros ou Intendência.

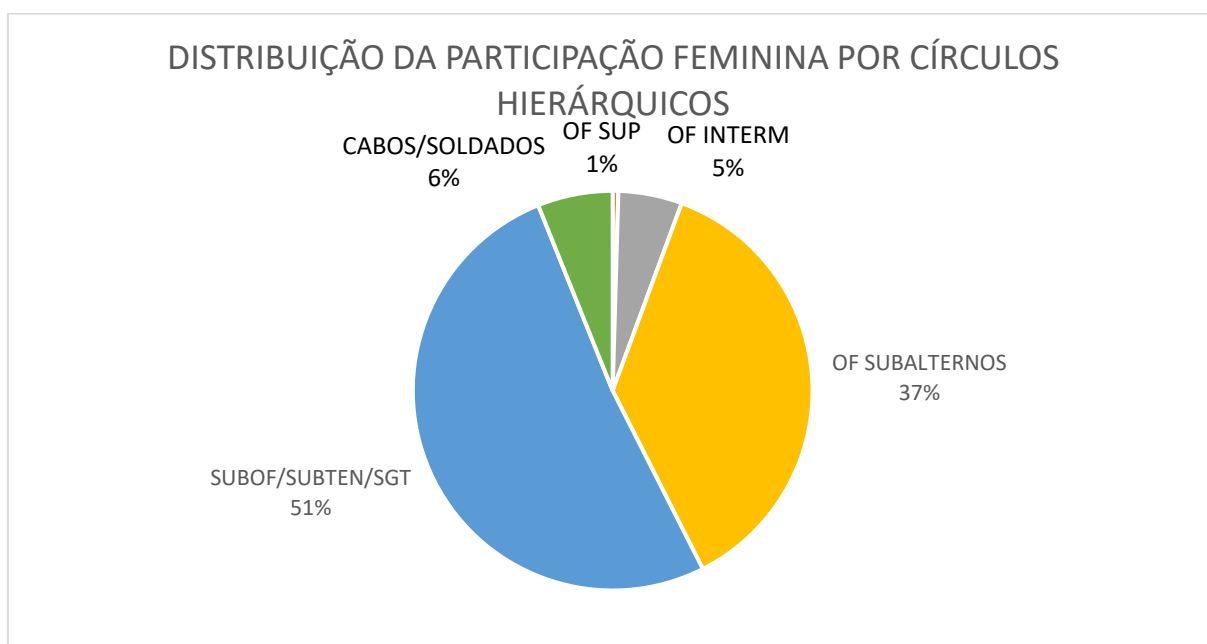
FORÇA AÉREA	81,96%	18,04%
FORÇAS ARMADAS	91,28%	8,72%

Fonte: Ministério da Defesa, 2019, adaptado pela autora.

Pode-se perceber que das três Forças, a FAB é a que conta com o maior contingente percentual de mulheres. Não é possível neste momento, entretanto, propor uma justificativa ou explicação para essa vantagem percentual perante as demais Forças, restando apenas suposições quanto às atividades técnicas desenvolvidas na FAB ou uma possível divulgação mais abrangente das possibilidades de ingresso para a mulher.

Dos dados percentuais de efetivos, cabe ainda observar o percentual da participação de mulheres por círculo hierárquico nas Forças Armadas brasileiras, como vemos a seguir:

Gráfico 1. Distribuição de mulheres nas Forças Armadas por círculos hierárquicos



Fonte: BRASIL, 2019, adaptado pela autora.

A observação da divisão dos círculos hierárquicos torna-se relevante uma vez que à medida que o posto ou graduação alcançados pelo militar durante a carreira (como detalhado no anexo A) impactam diretamente na influência e no nível de decisão de suas funções.

Na distribuição apresentada no Gráfico 1, é possível observar que a maior participação se dá nas funções de suboficiais (ou subtenentes) e sargentos, sendo 51% do total, os quais correspondem ao círculo hierárquico dos Graduados e equivalem à formação de nível técnico.

Há ainda significativa de mulheres nos postos de oficiais subalternos²⁰, representando 37% do contingente de brasileiras militares. Ocorre um “afunilamento” para os postos superiores, diminuindo para 5% entre os oficiais intermediários (que corresponde aos Capitães), apenas 1% de Oficiais superiores²¹ e ainda a porcentagem no gráfico de 0% de oficiais gerais. Esta redução à medida em se ascende na hierarquia militar, é reflexo da “recente” abertura das academias militares e demais cursos com possibilidade de ascensão profissional, sendo que com o passar do tempo, há a expectativa de formação de uma pirâmide um pouco menos restritiva para os postos superiores.

Cabe ressaltar, porém que a MB conta com duas oficiais gerais e a FAB com uma, todas pertencem ao quadro de Oficiais médicos, porém em virtude da quantidade de mulheres representadas no gráfico 1 (mais de 31 mil militares) o percentual de oficiais gerais foi representado como zero, por questões de arredondamento numérico. Este círculo hierárquico é responsável pelas decisões do mais alto nível de gestão na respectiva Força Armada.

Outra observação quanto ao gráfico, se deve quanto ao percentual de 6% para os postos de Cabos e Soldados que, apesar de estarem classificados como de um mesmo grupo, representam as mulheres no posto de Cabo²², uma vez que ainda não é possível o alistamento militar de mulheres ou o ingresso para o posto de Soldado nas Forças Armadas brasileiras.

²⁰

Corresponde aos postos de 1º Tenente e 2º Tenente.

²¹

Grupo dos militares nos postos de Major, Tenente Coronel e Coronel (ou correspondente, conforme anexo A).

²²

Refere-se somente à Marinha, pois as demais Forças possuem mulheres apenas a partir da graduação de 3º Sargento.

Trazendo o olhar para a Força Aérea Brasileira, e a fim de contextualizar o cenário ao qual o objeto deste estudo se insere, o ingresso da mulher na FAB iniciou-se em 1982, e desde então, essa participação na Força vem aumentando, sendo aquela com maior percentual de mulheres, de acordo com os dados do Ministério da Defesa (2019a).

Na FAB, atualmente as interessadas podem iniciar a carreira com curso de formação para sargentos ou oficiais, conforme o grau de formação e processo seletivo específico. Segundo o Ministério da Defesa (BRASIL, 2019a), um dos crescimentos mais notórios quanto à participação de mulheres ocorreu na FAB quando houve um significativo salto de 3.662, em 2003, para 9.299, em 2012.

Essa elevação significativa coincide ainda com a abertura de diversas especialidades no curso de formação de sargentos, para ambos os sexos a partir de 2002, além do aumento na procura pelo Quadro de Oficiais Convocados²³ a partir da década de 1990. Este quadro de oficiais é voltado para as demandas específicas da FAB, principalmente em áreas técnicas, como ensino e demais funções administrativas.

Dentre as 28 especialidades atualmente formadas na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), cabe destaque à especialidade de Controle de Tráfego Aéreo (ou BCT – Básico em Controle de Tráfego Aéreo), que se caracteriza por uma elevada especialização técnica para o desempenho operacional das funções. Desde a possibilidade de realização do curso por ambos os sexos, este curso apresenta significativa procura por mulheres. Em levantamento realizado por esta pesquisadora no sistema “Tico-tico”²⁴ da FAB, no ano de 2019 a especialidade BCT contava com mais de 45% de seu efetivo representado por mulheres. Por se tratar de uma análise

23

Este quadro é composto por oficiais temporários, os quais, após incorporados podem permanecer um período específico (e limitado) como militar da ativa, sem completar o ciclo da carreira militar. Este militar não é transferido para a reserva remunerada (não se “aposenta” pelas Forças Armadas).

24

Sistema “Tico-tico” é uma ferramenta disponível no Portal do militar (plataforma de dados cadastrais e administrativos da Força, para acesso individual, por login). Na qual é possível realizar consultas sobre os militares da ativa com opção de realizar filtros por postos, graduações, quadros ou especialidades dos militares da ativa. Todos os militares da ativa possuem acesso a esse sistema.

numérica parcial, uma vez que não há um ciclo de carreira militar²⁵ completo, é plausível propor uma estimativa de aumento desse percentual na área de controle de tráfego aéreo com o passar do tempo.

A FAB, como pioneira no ingresso de mulheres nas Academias militares, em 2003 também deu um importante passo para a promoção de políticas públicas quanto à igualdade de gênero, permitindo o ingresso das candidatas selecionadas para iniciarem o Curso de Formação para o Quadro de Oficiais Aviadores (QOAv), principal quadro e que permite a maior ascendência profissional da Força²⁶.

Atualmente, este quadro conta com cerca de 2% (dois por cento)²⁷ do seu efetivo composto por mulheres, que iniciaram com o ingresso na AFA em 2003. Uma outra possibilidade para o QOAv é o ingresso na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), sendo uma etapa anterior à AFA na formação do Aviador militar. A partir de 2017 esta escola permitiu o ingresso de jovens meninas, porém ainda com as vagas separadas por sexo.

Outro aspecto relevante sobre a participação de mulheres na FAB, pode ser observado a partir da busca pelos processos seletivos que dão acesso à formação de piloto na FAB. Atualmente existem duas formas de realizar o CFOAv, sendo a primeira forma por meio de processo seletivo para a AFA e a outra, como dito anteriormente, pela EPCAR.

Para que fosse possível tal observação, foram solicitadas informações pela pesquisadora junto à Divisão de Admissão e Seleção da EPCAR²⁸ em agosto de 2019, que prontamente foram repassadas por se tratarem de informações ostensivas, ou

²⁵

Ciclo completo se dá quando este compreende desde o ingresso nas Forças Armadas até a transferência para a reserva remunerada, após ser cumprido o tempo mínimo de serviço ativo (atualmente 35 anos).

²⁶

Somente os integrantes do QOAv podem atingir o posto de Tenente-brigadeiro do Ar e dessa forma atingir a última camada de gerenciamento da Força, com a possibilidade de ser Comandante da FAB.

²⁷

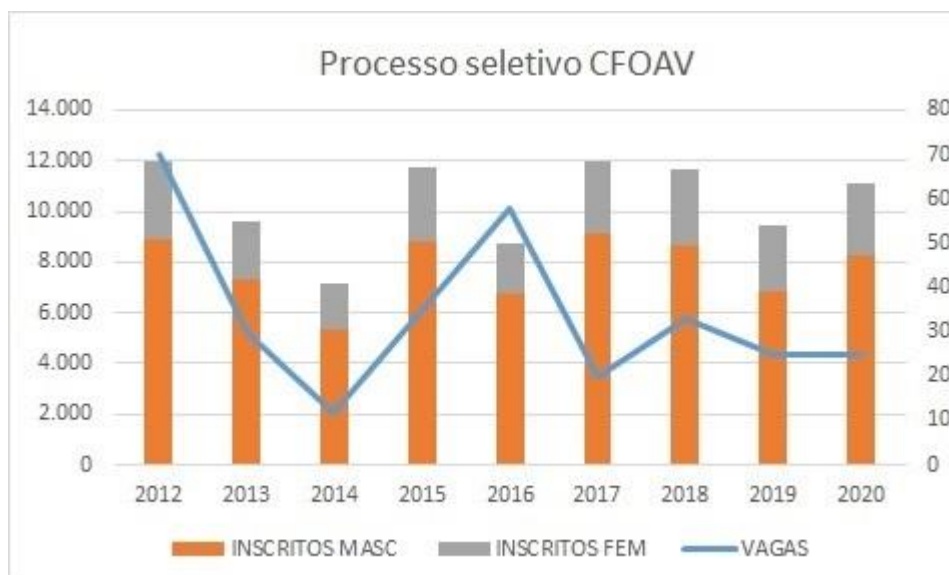
Dados obtidos pelo mesmo sistema Tico-tico, em 2019.

²⁸

A EPCAR controla, desde 2012, ambos os processos seletivos.

seja, não requerem grau de sigilo para seu trâmite. Os dados numéricos foram adaptados para representação gráfica e serão trazidos a seguir.

Gráfico 2. Inscritos no processo seletivo para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores e número de vagas disponíveis



Fonte: Divisão de Admissão e Seleção EPCAR, 2019, adaptado pela autora.

Quanto ao processo seletivo para a AFA, em seu curso de formação de Oficiais Aviadores, inicialmente cabe destacar que o número de vagas é variável a cada certame (processo seletivo), sendo planejado em função do número de alunos da EPCAR que deverão seguir para o referido curso. Este planejamento considera ainda o número desejado de oficiais aviadores formados ao final do curso, dentro das demandas da Força.

Outro aspecto quanto à concorrência para a AFA dá-se de forma homogênea dentro das vagas disponíveis, uma vez que podem ser preenchidas por ambos os sexos sem diferenciação ou estipulação de cotas. No período trazido, a taxa de inscrição das jovens teve uma média de 25,1% e uma variação entre 22,9% (2016) e 27,7% (2019)²⁹. A quantidade de vagas oscilou, no período, entre 12 (2014) e 70

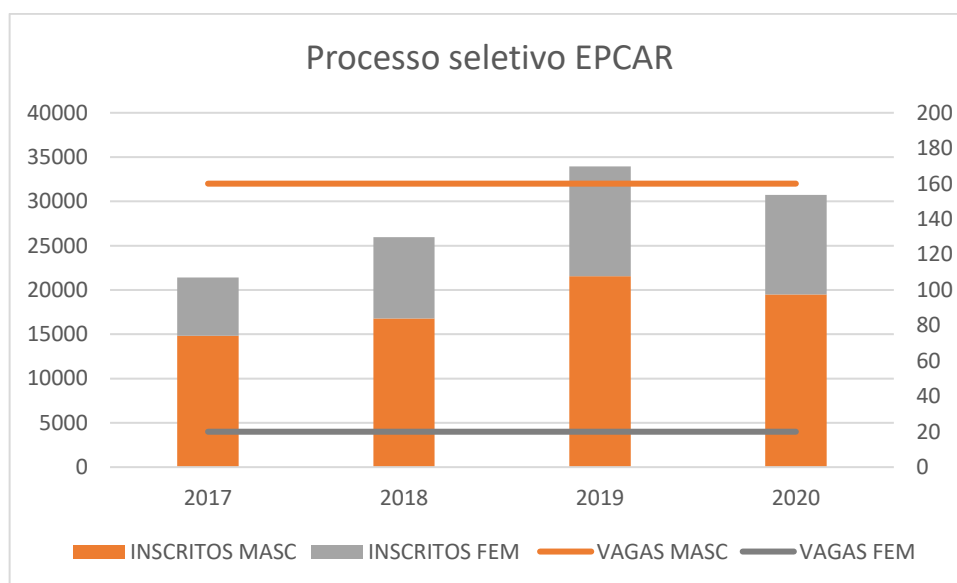
29

Os anos citados correspondem àquele de efetivação da matrícula, ou seja, as inscrições ocorreram no ano anterior, para matrícula no início do ano subsequente.

(2012), conforme demanda da AFA para a formação de aviadores segundo a política de pessoal estipulada pelos comandos superiores.

Sobre o processo seletivo para a EPCAR, e considerando a possibilidade de ingresso de mulheres, cabe reiterar que se iniciou para os certames com matrículas a partir de 2017. A seguir, segue um comparativo entre as solicitações de inscrições para ambos os sexos:

Gráfico 3. Inscritos no processo seletivo para admissão à EPCAR e número de vagas disponíveis



Fonte: Divisão de Admissão e Seleção EPCAR, 2019, adaptado pela autora.

Ao se observar os dados trazidos no gráfico, tem-se inicialmente a diferenciação das vagas destinadas aos homens daquelas destinadas às mulheres, as quais, no período observado mantiveram-se constantes em 160 (cento e sessenta) e 20 (vinte) vagas respectivamente.

Os percentuais de inscrições, entretanto, apresentam uma procura das jovens maior que a observada no certame para ingresso na AFA. O primeiro (2017) teve 30,7% e o último (2020) uma taxa de 36,6% das inscrições totais realizadas. Porém a observação desse percentual não se torna válido uma vez que com vagas separadas, não ocorre a concorrência direta entre os inscritos de sexo diferente. As vagas disponíveis para o ingresso de jovens mulheres, no período observado, corresponde a 12,5% daquelas destinadas ao segmento masculino.

Outro aspecto a ser considerado para a efetivação do ingresso na EPCAR e AFA, e a consequente ocupação das vagas ofertadas, deve-se ao conjunto de etapas que compõem o processo seletivo. Além de provas, são realizadas ainda avaliações médicas, psicológicas e um teste de aptidão física. Para a AFA, há ainda a realização de medidas antropométricas para fins de verificação quanto ao alcance dos comandos de voo e o teste de aptidão para pilotagem militar (TAPMIL)³⁰, todos em caráter eliminatório.

Essa observação comparativa entre os processos seletivos que culminam na mesma formação (piloto militar) no Brasil, permite observar, mesmo que num período curto, a intenção das jovens pela carreira na aviação militar na FAB.

Nesse contexto, apesar do vanguardismo da FAB quanto à inserção de mulheres em quadros de combatentes, pode-se citar que essa forma de condução das ações seria um “produto” da implementação de políticas de gênero na Defesa do Brasil, as quais tornaram o ingresso de mulheres, também na função de combatente, algo possível e aplicável, face às diversas mudanças no perfil da Guerra Contemporânea. Sendo assim, cabem algumas considerações acerca de tais políticas para o desenvolvimento da Defesa Nacional³¹.

30

Teste realizado com o auxílio de um software específico que tem por objetivo verificar se o(a) candidato(a) apresenta habilidades psicomotoras (conforme parâmetros específicos da ferramenta) compatíveis com a atividade de pilotagem militar.

31

É o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2015).

4 POLÍTICAS DE GÊNERO PARA A DEFESA

A forma como o país pensa a sua defesa, revela os aspectos que são considerados mais relevantes e prioritários. Ao se pensar a defesa como uma atividade típica do Estado, e que não pode ser delegada para o setor privado, seu uso somente é possível com intervenção de força estatal. Sob o aspecto político, deve constituir uma política de Estado e não uma política de governo, a fim de que seja conduzida acima de simples rivalidades, com participação ativa da sociedade (SCHWETHER; PAGLIARI, 2018). Nesse viés, no Brasil, a Política Nacional de Defesa (PND) é

o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. (BRASIL, 2012b, p. 11)

Apesar da PND apresentar observações mais voltadas para aspectos externos e possíveis ameaças, ao estabelecer objetivos e orientações para o preparo do setor militar, acaba por englobar também assuntos relacionados ao seu efetivo, abrangendo itens como capacitação, habilidades e perfil profissional.

Enquanto nação democrática, a sociedade brasileira caminha para que haja participação de mulheres em diversas áreas, sendo necessário, para isso, que sejam implementadas políticas públicas de gênero. De maneira geral, ao se tratar de equidade de gênero e das ações políticas necessárias para isso, percorre-se um caminho diferente das lutas feministas.

A função das Forças Armadas após a Guerra Fria passou por um cenário de modificação, com ampliação das suas possibilidades de emprego, de legitimação dessas instituições perante as sociedades e de um alinhamento das tendências entre os países ocidentais (MOSKOS; WILLIAMS; SEGAL, 2000).

Esses autores tratam de uma transição que vem ocorrendo nas Forças Armadas americanas, bem como em outras ocidentais de países democráticos, após a Guerra Fria. Essa transição pode ser entendida como uma mudança na forma da organização militar de Moderna para Pós-moderna. Entre as diferenças citadas, a organização militar moderna possuiria uma orientação para a guerra como principal missão, o *ethos* voltado para as características masculinas e um distanciamento em

estrutura e cultura da sociedade civil. Os militares pós-modernos, por outro lado, se voltariam para um formato de força voluntária, com uma perspectiva mais ampla em sua missão, cada vez mais andrógina quanto ao *ethos*, e com maior permeabilidade à sociedade civil.

Tecendo uma análise sobre essa mudança nas Forças Armadas ocidentais, Escobar (2009) argumenta que essa transição para um exército com pautas mais flexíveis teria favorecido a presença de mulheres também na esfera militar, o que poderia ser considerado com um indicador para o processo de transição para a organização militar pós-moderna.

Entretanto, ao problematizar o tema, a autora apresenta alguns aspectos divergentes quanto ao processo de incorporação das mulheres nos quartéis. Ao se considerar que se trata de um processo que ocorre nacional e internacionalmente – em virtude das novas dinâmicas e estruturas entre os países e se justifica a partir da concepção de defesa e soberania – ao mesmo tempo, seria um fator complicador ao se falar da incorporação de mulheres, levando em conta os papéis tradicionalmente atribuídos aos sexos. Cabe considerar, ainda, as mudanças pelas quais as instituições militares vêm passando, já que

Somente a possibilidade de que os países enfrentem menos guerras justifica reforçar as políticas de incorporação das mulheres nas Forças Armadas. No entanto, a realidade é mais complexa e implica uma série de adequações. Atualmente, para fazer guerra já não são tão importantes, como no passado, as condições físicas e psicossociais dos combatentes. Some-se a isso a dimensão humanitária dos exércitos e estar-se-á diante de novas instituições, com novas necessidades, entre as quais estaria presente a inclusão social e de gênero. (ESCOBAR, 2009, p. 53)

Complementarmente à argumentação proposta pela autora, a maioria dos estudiosos concorda que essa incorporação é resultante de diversas razões e que isso não reflete necessariamente um processo de modernização institucional.

Por essa via, Mathias (2005) elucida que,

Segundo os estudos empreendidos sobre o assunto, são três os principais fatores que levam à integração das mulheres às forças armadas. O primeiro é a democracia que cada vez mais exige maior igualdade na oferta de oportunidades para os cidadãos. Depois, está a mudança na forma de fazer a guerra, nisto compreendendo as mudanças tecnológicas (sophistication nos armamentos) e administrativas (gestão da guerra). O terceiro fator poderia ser chamado de psicossocial, pois é consequência da percepção dos agentes sobre a função dos militares, o que englobaria a questão econômica (proventos e benefícios) e também o prestígio da profissão, resultante tanto do grau de legitimidade castrense (crise de identidade e grau de confiança da sociedade) como da pouca atração que a profissão teria para o sexo masculino. Adicionalmente, o estabelecimento do voluntariado no

recrutamento militar também explica a abertura para as mulheres. (MATHIAS, 2005, p. 2)

Assim, ao analisar a inserção de mulheres nos quartéis latino-americanos, Mathias, (2005, p. 6) evidencia o seguinte: “Dos fatores indicados como motivadores da incorporação feminina, defende-se aqui que é o nomeado de psicossocial como o mais influente no que se refere à América Latina.” Ou seja, a autora argumenta que o contexto institucional e social de cada país seria um componente a mais para a inserção de mulheres nos quartéis. Dessa forma, podem ser listados como principais causas a necessidade de modernização e reestruturação dos âmbitos castrenses e o contexto democrático com suas exigências e ajustes às instituições do Estado.

Percebe-se, portanto, que a abordagem do tema equidade de gênero não surgiria nos quartéis, sendo oriundo de um debate público (ESCOBAR, 2009). Esse cenário despertou na realidade brasileira uma demanda para implantação de políticas de gênero também para sua defesa.

Entretanto, esse panorama de políticas de gênero da sociedade brasileira, e em especial na área de defesa, não se deve a iniciativas exclusivas e isoladas do país. Estas encontram-se inseridas num cenário mais amplo e tais passos seguem paralelamente ao contexto internacional. A ordem global, tida como um valor normativo fundamental na tradição da sociedade internacional (JACKSON; SORENSEN, 2009), refere-se ao sistema que rege as relações entre as nações. Esse, por sua vez, tem papel fundamental na propagação e ênfase das políticas sobre diversos assuntos. Entre eles, pode-se citar aqueles referentes ao papel da mulher na sociedade, suas possibilidades e necessidades.

Dessa forma, pode-se considerar que as ações de políticas públicas na área de defesa se deram por todo um cenário internacional voltado para o assunto, bem como pelas circunstâncias que envolvem o conflito contemporâneo. Conflito esse que vem modificando a forma de emprego e atuação das forças militares.

Esse cenário que se passa entre as nações também pode ser entendido como um sistema internacional, o qual é tido como o conjunto de Estados soberanos, independentes e que compartilham interesses e valores, ao se submeterem ao conjunto comum de regras e instituições, seguindo a ordem internacional (BULL, 2002). Dessa forma, ao se considerar os fatores que permitiram o ingresso de mulheres nas Forças Armadas, devem ser considerados não apenas como se

configurava o cenário interno do país, mas como a ordem internacional tratava o assunto.

Considerou-se essa perspectiva por contemplar a suposição apontada por Hedley Bull (2002) sobre a importância das instituições para a manutenção dessa sociedade anárquica internacional. Esse autor pode ser situado a meio caminho entre os pilares característicos do realismo, representados por ideias como a de anarquia internacional, balança de poder e projeção de força (MORGENTHAU, 2006; WALTZ, 1979; MEARSHEIMER, 2001) e alguns dos fundamentos liberais, representados pela importância dada a normas e regulamentos (KEOHANE, NYE, 2012).

Entretanto, não se pode deixar de levar em conta as possíveis contribuições de outras vertentes, pois, para ser duradouro, “[...] qualquer regime que proporcione ordem na política mundial precisará responder, pelo menos em certa medida, às demandas por mudanças justas.” (BULL, 2002, p. 111). Nessa visão, pode-se apontar a perspectiva trazida por Keohane e Nye (2012) relativa ao conceito de interdependência. A óptica desses autores se conjuga com a escolhida por também abarcar a ideia de que o comportamento dos atores seria pautado por normas e procedimentos que teriam o poder de regular as relações de interdependência. Em uma análise ampla do contexto, poder-se-ia encontrar apoio teórico ainda nas interpretações de base construtivista, cujo foco principal incide no fenômeno social, no que se refere à sua relação com normas, regras e instituições (WENDT, 1999). Entretanto, sem menosprezar tal corrente, para a perspectiva trazida no texto, optou-se por recorrer a um enfoque que leve em consideração a relevância do papel das normas e dos procedimentos existentes e aqueles estabelecidos no cenário internacional.

Como braço armado do Estado, a instituição militar, de forma geral, apresenta características mais aproximadas às correntes tradicionalistas do que as de cunho construtivista, por exemplo. Assim, e de forma permitir uma análise desse campo, optou-se por uma vertente que se aproximasse do objeto de estudo, mas sem desconsiderar a existência e influência desses fatores para o processo como um todo.

Como um marco no sistema internacional, ao se referir ao papel das mulheres nas Forças Armadas, torna-se relevante abordar a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), publicada em 2000, sobre a atuação de mulheres em conflitos armados. Trata-se da primeira resolução deste conselho a destacar a necessidade de participação plena e igualitária das mulheres em todos os processos

de prevenção e resolução de conflitos, promoção, manutenção e consolidação da paz. Este documento apresenta ainda os impactos desproporcionais dos conflitos armados sobre mulheres e meninas e a consequente necessidade de se incorporar a perspectiva de gênero na proteção de civis (BRASIL, 2020). A partir de então, esse conselho criou a agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, constituindo um importante passo para a participação feminina como elemento ativo para a garantia dos direitos de mulheres e crianças em regiões de conflito, bem como elemento promotor da paz.

Acrescenta-se que as ações internacionais, a fim de promover, nesse sistema internacional, as ações para igualdade de gênero, não se iniciaram somente no ano 2000. Em 1995, na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, o CSONU voltou suas atenções para o tema. Em seu artigo, Souza (2017) cita que, ao abordar os aspectos relevantes da plataforma de ação em Pequim, esta

[...] propunha como objetivos estratégicos [1] o aumento da participação de mulheres na resolução de conflitos em todos os seus níveis de decisão; [2] o avanço de formas não violentas de resolução de conflitos; [3] a promoção da contribuição das mulheres para o fortalecimento de uma cultura de paz, entre outros. (SOUZA, 2017, p. 1300)

Após essa Conferência, e reforçando os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU) na busca pela igualdade de gênero, o CSONU aprovou no ano 2000 a Resolução 1325, como forma de reconhecimento da importância do papel da mulher como elemento para alcançar e manter a paz (BRASIL, 2019b). Sintetizando, com a agenda “Mulheres, Paz e Segurança”, a resolução 1325/2000 trouxe para o cenário mundial um papel de protagonismo à mulher, uma vez que incentiva seus países membros a promoverem, nas ações humanitárias lideradas pela ONU, a atuação feminina, retirando-a da postura passiva de vítima nos conflitos para elemento ativo de promoção e manutenção da paz.

Nesse aspecto, pode-se perceber uma mudança significativa quanto aos discursos sobre o papel da mulher, partindo de um órgão internacional considerado de prestígio pelos seus países membros. Essa mudança de perspectiva do discurso internacional para a participação de mulheres na solução de conflitos vem por meio desse órgão da ONU, que traz consigo uma forte visão realista³² (poder bélico,

32

Visão ou perspectiva realista é aquelas em que prevalece o foco no poder e possível solução bélica dos conflitos (JACKSON; SORENSEN, 2009)

dissuasão, força militar) e apresenta um discurso com argumentos idealistas³³, abordando a igualdade de gênero e a promoção da paz. Os argumentos apresentados nessa resolução podem ser considerados um catalisador significativo para a ampliação da participação das mulheres nas Forças Armadas, ratificando, também nos ambientes castrenses, a ampliação dos papéis sociais da mulher.

Assim, cada país assimilou suas mudanças sociais internas e o contexto internacional, convertendo-o em políticas na Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Essa implementação depende de um conjunto de atividades e iniciativas, dentre elas pode-se pontuar o Plano Nacional de Ação (PNA). De maneira geral, os PNA são documentos que definem políticas e estratégias para operacionalização dos compromissos assumidos a partir da resolução 1325.

Cada Estado possui autonomia para elaborar seu PNA e, assim aponta as prioridades e estratégias para internalizar a agenda MPS. Da mesma forma, escopo e abrangência podem variar, ter foco no aspecto doméstico, voltar-se para o cenário internacional, ou ambos.

No cenário interno, o

[...] Plano Nacional de Ação (PNA), adotado pelo governo brasileiro em 08 de março de 2017, simboliza o compromisso normativo com a promoção da igualdade de gênero e representa uma oportunidade para que o Brasil assumira um protagonismo no avanço da agenda sobre mulheres, paz e segurança (MPS). (DRUMOND; REBELO, 2018, p.2)

Segundo as autoras ainda, o texto do PNA brasileiro trouxe em si uma importante mensagem: a convergência com o discurso internacional sobre igualdade de gênero, por meio da qual reitera suas obrigações como Estado-membro sobre à agenda MPS. O documento permitiu ainda que o país amplie suas estratégias quanto à temática de gênero em situações de ameaças, conflitos armados, ajuda humanitária e reconstrução pós-conflito (DRUMOND; REBELO, 2018)

Ao observar o cone Sul, Mathias (2009) tece um comparativo entre algumas nações dessa região e argumenta quanto à presença de políticas de gênero,

33

Idealista ou visão liberal extremada considera que as relações entre os Estados são harmoniosas e governadas por regras comuns, em um mundo perfeito de respeito mútuo e de estado de direito (JACKSON; SORENSEN, 2009).

apontando algumas possibilidades nas Forças Armadas sul-americanas. Como comparativo, abordar-se-á dois países em especial: Argentina e Chile.

Schwether e Pagliari (2018) apresentam uma análise comparativa entre Brasil e Argentina, no qual as autoras citam que, a partir de 2005, a temática de gênero assumiu papel de destaque no país, uma vez que contava com uma ministra da defesa, Nilda Célia Garré (2005-2010). Houve nesse período uma transversalização da agenda de gênero, o que acarretou diversas mudanças na execução de leis e na ampliação de direitos. Como exemplo de alterações no ambiente castrense, tem-se a resolução nº 781, de 2008, que

determinou a composição de uma comissão para sugestão de alterações nos uniformes, levando em conta a execução das atividades por mulheres. Readequações nas estruturas físicas também foram propostas, como a adequação de espaços para a amamentação, projeto em consonância com a Lei Nacional nº 26.873 de Promoción de la Lactancia e com a Lei nº 2958, da cidade de Buenos Aires, de Materna Implementación de Público, incorporando uma perspectiva Lactarios em Instituciones del Sector de gênero no ambiente de trabalho (SCHWETHER E PAGLIARI APUD BONIFAZZI 2015, p.7).

Em termos comparativos, ao direcionar o olhar para o Chile, que foi considerado o segundo país no *ranking* quanto ao poder militar na América do Sul, conforme escalonamento feito pela Military Power Review no biênio 2015/2016³⁴, observa-se outro passo significativo dado sobre a temática de gênero conjugado ao ambiente profissional. Desde 2011, a partir da publicação da Lei nº 20.545, que modificou o Código de Trabalho do Chile (inclusive para os militares) quanto às normas de proteção à maternidade, foi incorporado o “*permiso postnatal parental*” (traduzido livremente como afastamento parental pós-nascimento).

Nesse cenário, acredita-se que as mudanças sociais, oriundas da perspectiva internacional quanto à equidade de gênero, agregadas às modificações que se processaram no perfil das guerras, podem ter servido como elementos catalisadores para a implementação de políticas de gênero na Defesa em diversos países. A possibilidade de atuação além das funções de apoio, ou seja, para armas e quadros de maior prestígio e com possibilidades de ascensão profissional, ganhou forte

argumentação a partir dessa mudança estrutural quanto ao emprego nos conflitos contemporâneos e consequentemente quanto ao perfil do seu militar.

As ações de políticas públicas na área de Defesa ocorreram por todo um cenário internacional voltado para o assunto, considerando todas as circunstâncias que envolvem o conflito contemporâneo. Assim, considera-se então que as novas dinâmicas bélicas modificaram a forma de emprego e atuação das forças militares, o que reflete diretamente no perfil do “novo soldado”.

Desse modo, poder-se-ia refletir acerca dos efeitos e possíveis consequências nas Forças Armadas diante das inovações tecnológicas e diferentes formas de emprego tático e operacional em cenários de conflito. Nesse contexto, serão apresentadas tratativas sobre as classificações, as segmentações e sobre a definição temporal das guerras, as quais, segundo Monteiro (2017), não são um consenso entre os pesquisadores da área. Apesar do debate divergente no ambiente acadêmico quanto à nomenclatura e às abordagens do assunto, optou-se por abordar os conflitos armados contemporâneos como guerras da 4ª geração (*fourth generation warfare - 4GW*).

Essa denominação foi introduzida por William Lind com um conjunto de militares norte-americanos, no quadro de uma conceitualização sobre as várias gerações da guerra moderna (cf. LIND *et al.*, 1989). Mesmo se tratando de um conceito questionado e atualizado por diversos autores como Echevarria (2005), a abordagem propõe a argumentação necessária no que tange às mudanças que o combatente pode ter passado diante das modificações no perfil das guerras. Monteiro (2017) informa que a teoria de Lind *et alli* (1989) tem sido debatida e outras características foram acrescentadas às novas tipologias de guerra

[...] como formas evoluídas de insurreição que “utilizam todas as redes disponíveis – políticas, económicas, sociais e militares – para convencer os decisores políticos inimigos de que os seus objetivos estratégicos são inalcançáveis ou demasiado custosos, quando comparados com os benefícios percebidos”. Isso pressupõe também procurar destruir o apoio da população aos líderes políticos e corroer a vontade dessa mesma população em combater. Ou seja, ao contrário das gerações anteriores, o objetivo não é derrotar o inimigo militarmente, mas antes o seu enfraquecimento, mais psicológico do que físico, através de uma guerra de baixa intensidade, normalmente de longa duração. (HAMMES apud MONTEIRO, 2017, p. 1006)

Assim, surgem novos desafios e expectativas diante de conflitos não convencionais. Estes, por diversas vezes, são figurados por atores não-estatais, o que

torna o emprego militar mais complexo e específico. Apesar das mudanças tecnológicas e de perspectivas do combate contemporâneo, Visacro (2009) argumenta que a grande maioria dos militares, em virtude das tradições e do ceticismo de sua formação, é constituída por soldados de, no máximo, “segunda geração”. Em poucos exércitos predomina uma cultura de “terceira geração”, assim como são poucos os exércitos que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas e aptas a travarem uma guerra de “quarta geração”. Estas representam um segmento minoritário de suas Forças Armadas. Esse descompasso entre o tipo de militar e o conflito real como se apresentaria pode também acarretar uma disparidade entre o que uma Força Armada realmente precisa e o que é esperado dela. Isso, indiretamente, acaba por se tornar presente na cultura e nas relações sociais do grupo.

Nesse pensamento, utiliza-se a expressão *ethos* militar, que está relacionado ao “modo de ser” dos militares e às tradições culturais da caserna (ANTUNES, 2017). O termo *ethos* refere-se aos aspectos culturais específicos de um determinado grupo e encontra relação com o conceito de *habitus* de Bourdieu (2007). Para esse autor, muitas orientações sobre “escolhas” e “vocação” têm origem em um “[...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que [...] tende a produzir práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 201-202). Essas práticas abarcariam as ações dos indivíduos relativas ao estado de coisas vigente. A relação entre a estrutura e a conjuntura aparece na atualização do *habitus* (MICELI, 2007).

Segundo uma visão social, a noção de *ethos* se refere aos valores e hábitos consagrados por um determinado grupo (AMOSSY, 2011b), sendo assim, procura-se explorar o *ethos* como um modo de narrativa cultural (BAUMLIN; MEYER, 2018). Esse conceito guarda estreita relação com as qualidades que formariam a base da conduta do ser humano. A partir de uma concepção corporificada de *ethos* (MAINGUENEAU, 2008; 2011), pode-se argumentar que “qualquer ‘mapa’ ou modelo de *ethos* adequado incluirá uma versão do eu e de sua relação com a cultura e a linguagem” (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 4).

Seguindo essa linha de raciocínio, embora a assimilação das mudanças face ao novo perfil da guerra contemporânea seja um processo de adaptação e transformação constante e coletiva, essas alterações continuam promovendo uma mudança no perfil de seus “soldados”. Anteriormente associada à imagem masculina,

a figura do militar viril vem sendo substituída por outras características compatíveis a esse “novo militar” técnico que atua numa guerra que seria decidida nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, ao invés de somente nos níveis tático e físico (VISACRO, 2009).

Essa modernização dos conflitos corrobora a desvinculação de um perfil de militar combatente associado exclusivamente à força física e que geralmente remete ao masculino. Diante desse cenário dos conflitos contemporâneos, com uma nova perspectiva de guerra e da construção do seu “soldado”, cabe uma reflexão acerca do que viria a ser o combatente.

5 O COMBATENTE: CONCEITUAÇÕES E O CONTEXTO ATUAL

Amplamente utilizado no ambiente castrense, o termo “combatente” possui diversas interpretações e usos. Como eixo deste texto, torna-se necessário suscitar algumas considerações sobre a “função” de combatente nas Forças Armadas. Inicialmente, cabe especificar o escopo em que serão trazidas essas considerações, bem como pressupor que, para cada cenário tático, período temporal e recursos bélicos disponíveis, seu sentido e representação em cada Força Armada pode se alterar ou, ainda, ser percebido pelos próprios militares de forma diferente. Assim, combatente do Exército brasileiro não apresenta as mesmas características e habilidades daquele que é reconhecido como combatente na Força Aérea ou na Marinha do Brasil.³⁵

Com origem etimológica que remete a bater, brigar ou ainda chocar-se contra algo,³⁶ no senso comum, o termo “combatente” é frequentemente associado ao militar presente no combate. Porém, como pensar em “presença” no combate, diante das inúmeras mudanças táticas e tecnológicas dos conflitos contemporâneos? Apesar das diversas correntes teóricas existentes sobre as mudanças nos perfis das guerras, o fato de não haver uma definição de uma “linha de contato” entre as partes oponentes nem de um Teatro de Operações³⁷ delimitado, esse senso comum já seria refutado. Segundo Woodward (2014), a construção das identidades é dada relativamente a outras identidades, comparando-se ao que não é. A autora argumenta ainda que, ao serem estabelecidas posições binárias, esses elementos de dicotomia seriam um dos meios de fixação desse significado. Nesse caso, ao se pensar o combatente como

³⁵

Para fins de análise do presente estudo, bem como sua contextualização com o tema, será debatido o combatente na Força Aérea Brasileira, bem como considerados os recursos e meios disponíveis nesta Força atualmente.

³⁶

Significado extraído de Lopes (2013).

³⁷

Parte do cenário de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico (BRASIL, 2007)

resultado da construção de uma identidade, bem como da percepção do indivíduo dentro do grupo, ser combatente pressupõe a existência do “não-combatente”.

Dentre as possíveis interpretações e entendimentos quanto ao “combatente”, a definição de combate trazida pelo Glossário das Forças Armadas cita que este seria “[...] a ação militar de objetivo restrito e limitado, realizada de maneira hostil e direta contra o inimigo” (BRASIL, 2015, p. 66).

Uma outra perspectiva para a compreensão desse termo vem das normas internacionais das quais o Brasil é signatário e, dessa forma, deve cumpri-las em caso de engajamento em conflitos integrados pelos países contratantes. O Protocolo Adicional I à Convenção de Genebra (CICV, 2017) traz o Estatuto do Combatente e do Prisioneiro de Guerra. Nele, são expostas diversas regras, direitos e deveres que devem ser seguidos pelas partes quanto ao tratamento aos combatentes e, também, quando estes deixam de ser considerados combatentes e passam à condição de prisioneiros de guerra.

Com o intuito de complementar algumas lacunas deixadas pela Convenção de Genebra de 1949, o Protocolo Adicional I, dentre outros assuntos, expõe que “Os membros das Forças Armadas de uma Parte em conflito (exceto o pessoal sanitário e religioso citado no artigo 33 da III Convenção) *são combatentes*, isto é, *têm o direito de participar diretamente das hostilidades*” (CICV, 2017, p. 34, grifo nosso). Dessa forma, todos os membros das Forças Armadas são considerados possíveis combatentes desde que atendidas as condições a seguir elencadas em lei:

“Art 44 – Combatentes e prisioneiros de guerra:

[...]

3. Para que a proteção da população civil contra os efeitos das hostilidades seja reforçada, os combatentes devem se distinguir da população civil quando tomarem parte em um ataque ou em uma operação militar preparatória para um ataque. No entanto, levando em conta que há situações nos conflitos armados em que, devido à natureza das hostilidades, um combatente armado não pode se distinguir da população civil, ele conservará o estatuto de combatente desde que, em tais situações, **use as suas armas abertamente**:
a) durante cada ação militar;
b) enquanto estiver à vista do adversário, ao tomar parte em uma evolução militar que precede o lançamento do ataque em que deve participar.” (CICV, 2017, p. 34, grifo nosso)

Cabe citar que a primeira convenção estabeleceu previamente a proteção ao pessoal sanitário e religioso em virtude da especificidade das atividades desempenhadas nos conflitos, a saber:

Artigo 24 - O pessoal do serviço de saúde destinado exclusivamente à busca, ao recolhimento, ao transporte ou ao tratamento dos feridos e enfermos ou à prevenção de enfermidades, e o pessoal exclusivamente destinado à administração das unidades e dos estabelecimentos sanitários, assim como os capelães adidos às forças armadas, serão respeitados e protegidos em todas as circunstâncias. (CICV, 2016, p. 46)

Tem-se, portanto, nesse acordo internacional do qual o Brasil faz parte, uma generalização do que seria o combatente, desde que este use armas abertamente durante as ações militares e durante as evoluções que precedem os ataques em que deva participar. Deve-se, contudo, considerar o contexto histórico no qual o texto apresentado se insere, bem como as possibilidades de interpretação que podem ser atribuídas dentro do cenário atual.

É possível, ainda, apesar dessa ampliação das possibilidades de quem seria “o combatente”, perceber uma congruência entre o que foi apresentado como a definição de combate trazida pelo Glossário das Forças Armadas e a de combatente pela Convenção de Genebra: ambos remetem à existência de hostilidade e ações ofensivas. Assim, ao se trazer a perspectiva anterior de combatente para o escopo de ação hostil que poderia ser empregada pela FAB, considerando as especificidades e recursos atuais dessa força, não é possível pensar em combate dissociando-o do uso da arma aérea como fator gerador de hostilidade.

Douhet (1988) apresentou ao mundo novas formas de pensar a guerra, a partir do uso do avião como plataforma decisiva nos combates, uma vez que agregava uma nova dimensão e novas possibilidades estratégicas. Para o autor, o emprego massivo dos ataques aéreos levaria a população inimiga ao pânico e à desistência do combate. Entretanto, desde o surgimento de suas teorias, as possibilidades e abrangências das forças aéreas mudaram significativamente, graças aos inúmeros avanços tecnológicos que culminaram nas alterações no perfil da guerra contemporânea.

Nesse contexto, ao se analisarem as características necessárias para um combatente da FAB dos tempos atuais, poder-se-ia pensar em uma grande capacidade técnica para gerenciar as tecnologias – até remotamente – capaz de empregar o vetor aéreo com vistas a atingir os objetivos políticos e estratégicos definidos. Com isso, ao se pensar em combatente na FAB, segue-se de modo a materializá-lo como aquele que conduz as ações hostis (os oficiais aviadores), por meio dos vetores aéreos, os quais podem ser conduzidos presencial ou remotamente.

Assim, o combatente da FAB, no caso descrito o/a piloto, ao “conduzir” o vetor aéreo para levar hostilidade ao inimigo, difere daqueles envolvidos em outras perspectivas de guerras.

Sob a perspectiva da gestão dos recursos humanos, poder-se-ia, ainda, passar para um contexto ampliado, e pensar o combatente como aquele que mantém a capacidade operativa e de pronta resposta de uma Força. Com o objetivo de analisar o constante aprimoramento da capacidade responsiva e operacional da Força Aérea, essa perspectiva ampliada do combatente permitiria considerar uma abrangência de políticas de gênero para a Defesa a essa parcela responsável pelas ações operacionais da FAB.

Dessa forma, dentre as inúmeras atuações dos combatentes e daqueles militares operacionais na Força Aérea, como citado anteriormente, destaca-se um contingente percentual de mais de 18%³⁸ de mulheres. As combatentes, de acordo com o debatido anteriormente, ainda são cerca de 2% dos oficiais aviadores³⁹. Entretanto, na visão ampliada, observa-se uma participação bem maior de mulheres, dentre as diversas ações inerentes à Força inseridas na tríade “Controlar, Defender e Integrar”⁴⁰.

Trazidas essas considerações e reflexões acerca do combatente, cabe considerar o processo envolvido na formação desse militar. Assim, para se atingir o “estágio final” de formação no qual este esteja pronto para a operação, capacitado tecnicamente e capaz de levar hostilidade conforme as determinações dos escalões superiores, este militar passa por diversas etapas, que vão além de aspectos técnicos. Aquele que foi selecionado para desempenhar tais funções será “forjado” de diversas formas. Além dos aspectos técnicos e daqueles específicos para a atividade bélica, pontuam-se os que vão além dos currículos acadêmicos, uma vez que este militar precisa “tornar-se” combatente.

38

Dados de 2019 do MD.

39

Dados de 2020, do sistema “tico-tico”, considerando aqueles que já concluíram o CFOAv.

40

Grito de guerra da FAB, utilizado por sintetizar as missões atribuídas ao COMAER.

Ao abordar o *ethos* do combatente (*warrior ethos*) nas Forças Armadas americanas, Coker (2007) argumenta que esse *ethos* representa “um conjunto complexo de valores que abrangem moralidade, confiança e integridade. O desafio de cada unidade é traduzir esses valores em comportamentos” (p.133, tradução nossa), enfatizando ainda a importância de tais valores e comportamentos nos campos de batalha.

Assim, esse processo sutil de constituição da identidade do combatente da FAB contém um conjunto de significados e características específicas para a “construção” desse militar, o chamado *ethos* militar.

Buscou-se conjugar a perspectiva social de concepção do *ethos*, como mencionada por Kerbrat-Orechionni (2010), ao enfoque dado por Maingueneau (2008, p. 64), sobre a possibilidade de a noção de *ethos* ajudar a “refletir o processo mais geral da adesão dos sujeitos a determinado posicionamento”⁴¹.

Nesse sentido e tomando por base os breves aspectos apresentados sobre o *ethos*, é possível retornar ao termo *ethos* militar, que aparece como representativo das categorias consideradas relevantes para a comunidade em que se está inserido. A identidade social militar – entendida como o “espírito militar” – é abordada no presente estudo como o processo pelo qual passa o militar de forma a interiorizar os valores, as atitudes e os comportamentos julgados apropriados à vida na caserna (ANTUNES, 2017). A autora argumenta que diversos são os aspectos que podem refletir na composição do *ethos* das mais diversas categorias, sejam elas profissionais ou não. Um desses aspectos, por exemplo, seria o esgarçamento das relações na modernidade, uma vez que “[...] as sociedades pós-modernas estão passando por um processo de mobilidade da identidade, com a consequente (re)significação das relações identitárias, por conta, entre outras razões, da globalização” (ANTUNES, 2017, p. 5).

41

Cabe considerar ainda que, embora relacionados ao *ethos*, o *pathos* e o *logos* não serão detalhados nesse trabalho. Essa tríade compõe os diversos ângulos pelos quais podem ser analisados os discursos. Embora ajam de maneira sinérgica, cada um desses aspectos pode ser abordado separadamente, segundo as especificidades do escopo abordado. Neste caso, por serem efetuadas algumas reflexões acerca dos aspectos culturais e da possível mudança na construção da imagem de si de uma Força Armada a partir da inserção de mulheres como combatentes, o *ethos* supre as necessidades trazidas para o estudo.

Nesse contexto, é possível pensar que o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Aviadores é um fator plausível de análise acerca de uma mudança na identidade e de um reflexo na composição do *ethos* militar. Assim, como um conceito híbrido, social/discursivo, como debatido por Antunes e Pauliukonis (2018), é possível abordá-lo por meio da análise do processo interativo de influência do eu sobre o outro. A seguir, serão apresentados desdobramentos com foco no ambiente castrense.

6 *ETHOS* MILITAR E O DISCURSO

O termo *ethos*, juntamente com o *pathos* e o *logos*, nos remete à teoria aristotélica sobre a Retórica. Enquanto provas retóricas, relacionam-se de forma interdependente, podendo gerar várias modalidades de adesão em um gênero discursivo específico (GALINARI, 2012). O *ethos*, especificamente, atuaria como um elemento de persuasão enquanto o orador pronuncia seu discurso, de tal maneira que o faça merecedor de credibilidade. (VITALE, 2010).

Ao se pensar o discurso e a compreensão do fenômeno retórico-argumentativo da influência, cabe considerar, porém, “que não teríamos *ethos*, e nem mesmo *pathos*, diante da inexistência do *logos*” (GALINARI, 2012, p.62). Dessa forma, e a fim de observar a interdependência entre esses elementos, considera-se que

Em suma, é sempre a partir de um dado *logos* ou discurso (tanto oral quanto escrito), que o orador constrói o seu *ethos* ou, um pouco diferentemente, depara-se com a sua própria imagem construída por outrem. Pode-se afirmar, assim, que tanto o *ethos* quanto o *pathos* são desdobramentos semântico-retóricos do *logos*, ou seja, dois níveis de sentido profundos de sua estrutura em contexto, capazes de provocar a adesão em função das estratégias e suscetibilidades de influência das partes envolvidas na comunicação. (GALINARI, 2012, p.62)

Assim, a Análise do Discurso, a que se propõe neste trabalho, embora seja focada no *ethos*, não se desvincula do *logos*, haja vista esse íntimo relacionamento entre os elementos na análise discursiva. Apesar de ser um conceito amplo e debatido por autores sob diversas perspectivas, o presente trabalho abordará os aspectos sociais e discursivos do conceito e como estes se relacionam com o assunto proposto.

Para Maingueneau (2018), o conceito de *ethos* não permite a análise com a mesma eficácia para todos os tipos de textos e, por isso, o autor atribui a ele três dimensões, as quais se tornam mais ou menos marcantes conforme o texto considerado:

1. a dimensão “categorial” recobre coisas muito diversas. Ela pode tratar de papéis discursivos ou de status extradiscursivos. Os papéis discursivos são aqueles ligados à atividade de palavra: animador, contador, pregador... Os status extradiscursivos podem ser de natureza muito variada: pai de família, funcionário, médico, camponês, americano, solteiro etc.;
2. a dimensão “experencial” do *ethos* recobre as características sócio-psicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e de mundo ético: bom senso e lentidão do camponês, dinâmica do jovem empreendedor...;
3. a dimensão “ideológica” refere-se a posicionamentos dentro de um campo: feminista, de esquerda, conservador ou anticlerical... dentro do campo

político, romântico ou naturalista... dentro do campo literário etc.
(MAINGUENEAU, 2018, p. 322)

Cabe ressaltar, ainda, que, segundo o autor, essas dimensões interagem fortemente, tendo cada dimensão afinidade direta com as outras. Nesse sentido, e ao se pensar o militar como detentor de características, aspectos discursivos e extradiscursivos próprios, poder-se-ia pensá-lo conforme as três dimensões.

Outros autores, entretanto, referem-se ao termo *ethos* como aspectos culturais específicos de um determinado grupo. Nessa perspectiva o termo encontra relação com o conceito de *habitus* de Bourdieu (2007). Para esse autor, muitas orientações sobre “escolhas” e “vocação” têm origem em um “[...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que [...] tende a produzir práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 201-202). Essas práticas abarcariam as ações dos indivíduos relativas ao estado de coisas vigente. A relação entre a estrutura e a conjuntura aparece na atualização do *habitus* (MICELI, 2007).

Como, segundo uma visão social, a noção de *ethos* se refere aos valores e hábitos consagrados por um determinado grupo (AMOSSY, 2011b), procura-se explorar o *ethos* como um modo de narrativa cultural (BAUMLIN; MEYER, 2018). Esse conceito guarda estreita relação com as qualidades que formariam a base da conduta do ser humano. A partir de uma concepção corporificada de *ethos* (MAINGUENEAU, 2008; 2011), pode-se argumentar que “qualquer ‘mapa’ ou modelo de *ethos* adequado incluirá uma versão do eu e de sua relação com a cultura e a linguagem” (BAUMLIN; MEYER, 2018, p. 4).

Complementarmente, Charaudeau (2013, p. 153) traz que “[...] o *ethos* é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado”.

Como outra possibilidade de abordagem do *ethos*, além da construção da imagem de si, Galinari (2012) propõe uma extensão das análises discursivas destinadas a elucidar “não apenas às imagens de si das instâncias de produção dos discursos abordados, mas também às imagens de seres/coisas ou instituições tematizados por esses mesmos discursos” (p.66). Dessa forma, o *ethos* não se resumiria apenas às construções das “imagens de si”, ampliando-se também ao que poderíamos chamar de “imagens de outrem”.

Nessa perspectiva, o autor postula que, ao se passar à observação dos *ethé*⁴² de outrem presentes nos discursos, a estes seriam estendidos os estudos acerca das representações sócio discursivas. Assim, ao propor um entendimento geral acerca do *ethos* (no contexto argumentativo), Galinari (2012) o apresenta dentro de diversas possibilidades, podendo ser entendido como uma construção de imagem (de si ou outrem), uma figuração ou personagem discursiva, uma distinção e caráter, de comportamento, de costumes etc.

Nesse sentido, ao se abordar o *ethos* sob sua perspectiva cultural, este pode ser entendido a partir das práticas em determinado grupo. Assim,

Símbolos, heróis e rituais juntos podem ser rotulados de "práticas". Assim sendo eles visíveis para um observador externo; seu significado cultural, no entanto, é não necessariamente visível e reside na forma como essas práticas são interpretadas pelos seus membros (HOFSTEDE, 2011, p.387)

Assim, as “práticas” presentes no ambiente castrense compõem o *ethos* militar como algo presente nesse meio e que, segundo o foco desse estudo, abrangem seus aspectos culturais, indo além das características discursivas já debatidas anteriormente.

Feitas essas breves considerações culturais sobre o *ethos*, é possível pensar que o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Aviadores possa ser um fator plausível de análise acerca de uma possível mobilidade na identidade e, assim, refletir na composição do *ethos* militar.

Como citado anteriormente, por ser um aspecto híbrido social/discursivo, considera-se que o *ethos* encontra-se fortemente relacionado com o discurso. Estas ideias se encontram imbricadas, uma vez que

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si (AMOSSY, 2011b, p. 9).

Além de serem o “meio” pelo qual ocorre a construção de uma imagem de si e o processo de influência sobre o outro, os estudos sobre a relação entre *ethos* e discurso permitem várias perspectivas de análise. O presente trabalho, além do aspecto social do *ethos* militar, utilizará aspectos que consideram o viés da enunciação e a instância do locutor em sua configuração discursiva, ou seja, pela imagem do *ethos* em si (ou *ethos* discursivo) e do *ethos* de outrem (GALINARI, 2012). Dessa forma, e reforçando o conceito híbrido de *ethos*, será trazida a ideia de que a língua serve para colocar os indivíduos em interação, a fim de que possam falar sobre o mundo e recriá-lo, discursivamente (ANTUNES; PAULIUKONIS, 2018).

Em virtude do termo *ethos* estar “imbricado” no discurso, vale abordar como este pode ser analisado. Embora as teorias de Análise do Discurso propriamente ditas (que tomam o discurso como seu objeto próprio) tenham tido seu início nos anos 60 do século XX, o estudo do que interessa a ela - o da língua funcionando para a produção de sentidos e que permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto - já se apresentava de forma não sistemática em diferentes épocas e segundo diferentes perspectivas (ORLANDI, 2009).

Orlandi (2009) argumenta que, diferentemente das teorias de análise de conteúdo - as quais procuram extrair sentidos dos textos - a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão a ser respondida não é “o quê”, mas o “como”.

Ao se considerar a Análise do Discurso em si, consideramos que esta não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Esta vertente teórica tem o objetivo de produzir um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como possuidor de uma materialidade simbólica própria significativa, uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.

Como parte do processo de influência, o qual considera “que toda troca verbal repousa sobre um jogo de influências mútuas e sobre a tentativa, mais ou menos consciente e reconhecida, de usar a fala para agir sobre o outro” (AMOSSY, 2011a, p.129), temos a argumentação, articulada pelo *logos* - entendido como fala e razão. Amossy assinala ainda que “a argumentação está, pois, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista

peçoal” (p. 131). Esse posicionamento é salientado por Amossy (2007, p. 121) ao afirmar que “a argumentação será sempre parte integrante do discurso em situação. Ela deve por isso ser levada em conta pela AD, a quem compete tanto explorar sua inscrição na materialidade languageira quanto sua ancoragem social e institucional”.

Para o desenvolvimento do presente estudo, serão utilizados alguns conceitos da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (2009, 2013), da linha francesa de Análise do Discurso⁴³, a fim de nortear os aspectos que serão analisados a partir da estruturação do *corpus* da pesquisa. Em sua teoria, Charaudeau assume que a linguagem é multidimensional: uma dimensão relacionada à estruturação do mundo a partir de operações semântico-cognitivas; uma dimensão social e psicossocial relacionada ao valor de troca dos signos e ao valor da influência dos fatos da linguagem; e uma dimensão semiótica relacionada à construção do sentido e à construção das formas.

Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de *semiolingüística*. *Semio-*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *lingüística* para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmatico-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens. (CHARAUDEAU, 2007, p.11)

Considerando-se essa possibilidade multidimensional para o discurso, e que para sua análise deve ser considerado o universo lingüístico e situacional envolvido, cabe considerar os conceitos básicos relativos a essa teoria. A linguagem como enunciação, os sujeitos do discurso e a situação social, o contrato de comunicação e a *mise-en-scène*⁴⁴ relacionada (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012) são os elementos fundamentais para a compreensão do ato languageiro.

⁴³

Entre as diversas teorias de análise do discurso, optou-se pela linha francesa, com a teoria semiolingüística no contexto abordado, uma vez que essa linha considera o sujeito como parte do processo de produção, não sendo alheio ao processo de produção de sentidos.

⁴⁴

Do francês, encenação.

Ao comentarem a Teoria de Charaudeau, Pauliukonis e Gouvêa (2012) afirmam que a enunciação se fundamenta nas bases comunicacional e interativa, segundo as quais o sentido é resultado de operações enunciativo-discursivas de entidades subjetivas no discurso, a partir de uma situação social bem determinada. Em sua história, a enunciação nos remete à Filosofia, que se tornou recorrente em estudos linguístico-enunciativos, e central nas discussões sobre a relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo.

A semiolinguística filia-se a esse escopo e considera todo ato de linguagem como resultante da combinação de dois componentes – o verbal e o situacional – e privilegia a construção dos sentidos pelo sujeito enunciador em seu discurso, num jogo de estratégias que se constitui pelo emprego de restrições e de manobras. A constituição da imagem de si aparece como uma dessas estratégias⁴⁵, e pode ser feita considerando-se que

[...] A constituição dessa imagem pode ser visualizada por meio de um duplo recorte: o da *enunciação ampliada* – em que se faz o exame do contexto, incluindo os *protagonistas* e *parceiros* e as circunstâncias de produção do ato comunicativo – e o da *enunciação restrita* – com o enfoque de procedimentos linguísticos que se constituem como marcas sinalizadoras (pistas) na construção de uma imagem ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada. (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012, p. 55-56).

Nessa linha de raciocínio das autoras, ao se observar o espaço enunciativo de forma mais ampla, torna-se relevante considerar dois princípios que fundamentam os atos comunicativos: o princípio da alteridade e o princípio da identidade.

Conforme a teoria Semiolinguística de Charaudeau (2007), o princípio da alteridade considera que todo ato de linguagem é decorrente de uma troca entre dois parceiros (presentes ou não), os quais devem se reconhecer como semelhantes e como diferentes, uma vez que cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/produtor do ato de comunicação e de sujeito receptor desse ato de comunicação. Cada um dos parceiros do ato languageiro está envolvido num processo recíproco – não necessariamente simétrico – de reconhecimento do outro e de

45

Convém apontar que a utilização das estratégias pelos parceiros da situação comunicativa pode ocorrer de maneira inconsciente, como parte da capacidade linguística do falante.

diferenciação. Para Charaudeau (2007), cada participante é legitimado e legitima o outro por meio de uma espécie de olhar avaliativo.

O princípio da identidade, de maneira oposta ao da alteridade, se concentra no indivíduo, sendo responsável por reflexões como: quem sou realmente? Que imagem projeto de mim para o outro? Para a construção dessa complexa identidade, se articulam dados psicossociais atribuídos pelos outros e dados construídos pelo próprio indivíduo (o que se pretende ser). Nesse contexto, os aspectos identitários tornam-se de grande relevância na interação comunicativa, pois é preciso que os envolvidos tenham algum conhecimento de mundo compartilhado entre os participantes, sem o qual haverá maior dificuldade de a interação ter sucesso. (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012).

Por se tratar de algo complexo, o ato comunicativo possui diversas variáveis associadas: “a identidade dos parceiros de troca comunicativa, a finalidade do ato (objetivo) da situação em que se encontram os parceiros e as circunstâncias materiais da comunicação” (CHARAUDEAU, 2010, p. 2) as quais devem ser consideradas diante da análise dos discursos.

Ao se considerar os princípios de alteridade e identidade citados anteriormente, pressupõe-se a existência de sujeitos no ato de linguagem. Esses sujeitos são primariamente chamados de EU sujeito produtor da linguagem e TU sujeito interlocutor desse ato. Cabe considerar que, num contexto analítico, o Tu interlocutor não consiste apenas em um receptor da mensagem, “mas um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso e, portanto, sobre o EU” (CHARAUDEAU, 2009, p.44).

Assim, cabe pontuar que os sujeitos do ato comunicativo, enquanto EU e TU, diferem ao se considerar o não-dito e o apresentado. Esse tu-interpretante⁴⁶ não corresponde ao mesmo tu-destinatário ao qual se dirige o EU. Ao fazer a interpretação, o tu-interpretante pode refletir o EU como uma imagem diferente daquela que o EU acreditava passar (ou ter). Esse EU percebido (ou construído) pelo tu-interpretante é definido por Charaudeau (2009) como Eu-enunciador.

Sobre o assunto, o autor explica que, no ato comunicativo:

46

Neste trabalho, assumimos como sinônimos os termos “destinatário”, “interpretante”, “enunciatório” e “receptor”; assim como “emissor”, “locutor” e “enunciador”.

[...] por meio de signos verbais e não verbais, um Eu tem por objetivo significar o mundo para um tu. Desse processo, participam, pelo menos, quatro sujeitos – dois situacionais (eu-comunicante e tu-interpretante, Euc/Tui) e dois discursivos (eu-enunciador e tu-destinatário, Eue/Tud). Os sujeitos situacionais atuam no mundo externo ao discursivo – no mundo do FAZER, são seres de “carne e osso”, parceiros, que têm a iniciativa do ato de comunicação. Já os sujeitos discursivos, atuantes no mundo das palavras – mundo do DIZER, são seres abstratos, protagonistas, que põem em cena o projeto de fala do eu-comunicante. (REBELLO; MONNERAT, 2020, p.396)

Rebello e Monnerat, em recente artigo, argumentam ainda que, com o objetivo de significar o mundo para o outro, o eu-comunicante⁴⁷ parte de um processo de semiotização do mundo, ao transformar o mundo real (bruto), em um mundo interpretado (processo de transformação), considerando os seus propósitos, para um tu-interpretante (processo de transação) (REBELLO; MONNERAT, 2020).

As autoras apontam que, no processo de transformação, o eu-comunicante se utiliza de escolhas de categorias linguísticas (substantivos, adjetivos, verbos, conectores...), para nomear, qualificar, relacionar e assim por diante, de modo que sirvam de instrumento para a produção de significado e, portanto, já interpretado, para um tu-interpretante (REBELLO; MONNERAT, 2020).

Ao teorizar sobre o processo de transação, Charaudeau (2007; 2010) aponta que o nível discursivo corresponde ao “lugar” de intervenção do eu-comunicante, e que este se utiliza de estratégias em sua argumentação, tais como as de legitimidade, de credibilidade e de captação.

A legitimidade é definida como uma conquista atribuída antecipadamente pela situação de comunicação. As estratégias de credibilidade são mobilizadas quando o sujeito locutor intenta que seu discurso seja digno de crédito. A partir dessas estratégias, pode ser construída, para o outro, uma imagem de si, um *ethos*, de pessoa séria, ponderada, que prova aquilo que diz, que relata fatos, etc. Assim, o sujeito evidencia a todos o poder de persuasão de que é capaz.

As estratégias de captação seriam mobilizadas quando o sujeito, não estando em posição de autoridade perante o seu interlocutor, procura assegurar o interesse

47

Assim como apontado anteriormente, embora saibamos que os termos “enunciador” e “locutor” não correspondem a um sujeito único do ato comunicativo, estes termos poderão ser empregados como sinônimos na análise de dados em referência à pessoa que argumentou.

do interlocutor por aquilo que diz, com o compartilhamento de sua opinião ou a adesão aos seus próprios sentimentos (CHARAUDEAU, 2010).

De forma complementar ao assunto, ao discorrer sobre essas estratégias, Rebello e Monnerat (2020) citam que a legitimidade – ao considerar o princípio de alteridade e reconhecer o outro – traz um eu-comunicante, no papel de um eu-enunciador, que interage com um tu-interpretante, idealizado previamente no tu-destinatário. Ao abordarem a credibilidade, citam ainda que o eu-comunicante age de forma a elaborar um discurso que leve em consideração saberes comuns acerca do que se fala perante os sujeitos envolvidos no ato de comunicação. Quanto à captação, explicam que os sujeitos, ligados pelo ato de comunicação, procuram influenciar uns aos outros, com investimento em sedução e persuasão do tu-destinatário.

Essa interação entre estes sujeitos é orientada por regras, o chamado contrato comunicativo, que se caracteriza pelo conjunto de condições pelas (e nas) quais se realiza o ato de comunicação. Segundo Charaudeau (2009), o contrato considera, ainda, as restrições linguísticas e as estratégias de captação do outro estabelecidas pelas condições de produção e de recepção do ato languageiro.

A noção de contrato, como debatido por Pauliukonis e Gouvêa (2012) remete ao pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem relações de convivência e cumplicidade quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, lançando mão de estratégias que permitiriam colocar em cena suas intenções (o que pode ser feito de forma consciente ou não). Para as autoras, o contrato de comunicação

[...] permite aos parceiros se reconhecerem um ao outro por meio de traços identitários e reúne as condições necessárias para a realização do ato de comunicação: o objetivo do ato – que os sobredetermina, o objeto temático de troca e as coerções materiais determinadas pelas circunstâncias. Dessa forma, o ato compõe-se de um espaço de restrições, isto é, de regras que não podem ser infringidas pelos parceiros, sob pena de não haver a comunicação, e de um espaço de manobras que compreende os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para atingir seus objetivos. (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012, p. 57).

O contrato comunicativo, então, seria um elemento “normatizador” para o ato comunicativo, dada a disposição num cenário. Assim, o conceito de *mise-en-scène*, que foi alçado do contexto teatral na teoria de Charaudeau, assume a linguagem como uma encenação na qual participam vários parceiros. Esse “jogo de cena” implica a

existência de dois sujeitos, os quais “atuam” em relação de intersubjetividade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Quando passa à etapa de colocar em cena o seu texto (ou discurso), o eu-comunicante o faz a partir de uma identidade discursiva que, diferentemente da social – convencionalizada e estabilizada nas práticas sociais – é criada para que o eu-enunciador ponha em prática seu projeto de fala. Por isso, temos a metáfora de que o ato de linguagem é uma *mise-en-scène*, ou uma encenação, em que seres situacionais (eu-comunicante e tu-interpretante) atribuem a outros sujeitos (eu-enunciador e tu-destinatário) determinados papéis discursivos.

O discurso é tido como resultado de um processo complexo e parte de uma “encenação”. Nesse processo, deve-se considerar que

O espaço de restrições, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2005, p.16)

Os aspectos anteriormente apresentados neste capítulo serão utilizados para a análise dos dados no presente estudo. Para o delineamento e estruturação do *corpus* em questão, apresentar-se-á seguir a metodologia proposta para o desenvolvimento deste estudo.

7 METODOLOGIA

Diante dos aspectos anteriormente apresentados, e com o intuito de estruturar o presente estudo, torna-se necessário identificar e definir qual o objetivo geral da pesquisa, bem como compreender o caminho metodológico que será percorrido a fim de alcançá-lo. Inicialmente, deve-se considerar que se trata de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Portanto, os aspectos subjetivos serão considerados (BAUER; GASKELL, 2002) durante todo o processo de desenho metodológico e da análise dos dados.

Antes de passar aos objetivos do estudo, porém, cabem algumas considerações acerca do *ethos* militar da aviação. O presente estudo não busca definir um *ethos* militar que recubra toda a aviação da FAB. Seguindo a linha proposta por Hofstede (2011), o *ethos* está ligado a uma abordagem cultural. Como não se trata de algo necessariamente visível, mas reside na forma pela qual as práticas são interpretadas pelos grupos, seria preciso uma pesquisa mais ampla de modo que os resultados aqui expostos pudessem ser estendidos a toda a aviação da FAB.

Assim, não se aplicaria uma observação analítica como “antes e depois” de tal aspecto, considerando-se o ingresso de mulheres no quadro de aviadores. Portanto, por se tratar de um aspecto que permeia o grupo, mutável e que, além de uma “prática”, se faz presente nos discursos, buscar-se-á analisar a forma como foi percebido esse processo de integração de mulheres no grupo e como foram percebidas pelo grupo possíveis modificações.

Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho é analisar as possíveis modificações e ressignificações percebidas no *ethos* militar da aviação na FAB, a partir do ingresso de mulheres em seu quadro de Oficiais. Esse estudo será feito por meio da análise dos discursos dos oficiais aviadores que observaram o processo de inserção desse segmento no ambiente operacional.

Nesse contexto, cabe destacar que o estudo vem observar uma “fotografia” de algo mais amplo, parte de um processo que se iniciou a partir da primeira turma com oficiais aviadoras e que, nas diversas esferas do grupo dos aviadores, segue ocorrendo. Assim, são propostos como objetivos específicos na presente pesquisa:

- a) Analisar os discursos sobre a preparação das Unidades Aéreas para a chegada das aviadoras;

- b) Analisar os discursos sobre a aceitação das aviadoras pelo grupo e a sua integração ao grupo dos aviadores em atividades operacionais, eventos sociais etc.; e
- c) Analisar os discursos sobre possíveis ressignificações nos aspectos culturais, relacionais e nas tradições da aviação militar.

Para nortear o presente trabalho, e considerando-se que o ingresso de mulheres no QOAv possa ter sido um fator contribuinte no processo de mobilidade da identidade do grupo, com a consequente (re)significação das relações identitárias entre eles (ANTUNES, 2017, p. 5), será considerada a seguinte hipótese: “houve modificação no *ethos* militar da aviação da Força Aérea Brasileira a partir do ingresso de mulheres em seu quadro de oficiais”.

Nesse contexto, e em função da condição da pesquisadora enquanto “parte” integrante do objeto de estudo, cabe pontuar que ocorrerão eventualmente marcações linguísticas de primeira pessoa, as quais se fazem presentes como uma evidenciação das escolhas e percepções desta investigadora durante o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, com o objetivo de pontuar os aspectos trazidos durante os GF escolhidos pela pesquisadora por relacionarem-se diretamente com as temáticas de gênero e *ethos* militar, propomos a observação de quatro categorias de análise. Essas categorias não abarcam todas as possibilidades de estudo do *ethos* militar. O *corpus* obtido na coleta de dados permite sua investigação em diversas perspectivas de análise.

As categorias que serão descritas a seguir foram delimitadas em um número de quatro como um recorte realizado pela pesquisadora dentro do escopo abordado. São elas: marcações gendradas; maternidade e operacionalidade; família militar; e ressignificações.

Marcações gendradas – essa categoria examina como foram percebidos os comportamentos das aviadoras quando chegaram às Unidades Aéreas (na função de combatente, para desempenho de funções operacionais após a formação na AFA), sob o aspecto das marcações de gênero. Nessa categoria cabe ainda abordar os aspectos relativos às condutas das aviadoras. Investiga-se se essas condutas poderiam ser enquadradas como algo voluntário, único e binário. Procura-se analisar se essas atitudes representariam tradicionalmente um “papel de gênero”, ou seja, como e se ocorreriam estereótipos associados a tal condição. Dessa forma, busca-se

observar se as marcações de gênero seriam dicotômicas e influenciariam essas marcações “gendradas” (LAURETIS, 2019), a partir das percepções sobre as aviadoras no ambiente operacional.

Nessa categoria, será observado se as características comumente atribuídas às mulheres, foram percebidas pelos aviadores no ambiente operacional, bem como se teriam influenciado na imagem de si dos aviadores.

Maternidade e operacionalidade – durante os GF, este tópico foi citado pelos participantes de forma recorrente, apesar de este assunto não ter sido questionado diretamente aos participantes. Essa categoria foi proposta para a análise pois, de forma geral, e conforme as argumentações dos participantes, a maternidade representaria um “marco” na vida operacional das aviadoras. A análise deste tópico busca ampliar a percepção acerca da (in)compatibilidade entre uma escolha profissional (militar combatente) e outra escolha (ou não) de cunho pessoal (maternidade) feita pelas aviadoras, no que tange aos possíveis impactos na esfera pública de atuação da piloto militar.

Sobre esse aspecto, busca-se observar o modo pelo qual a maternidade seria percebida. Como o “destino natural de toda mulher”, de acordo com a problematização trazida por Badinter (1985), ou se há algum distanciamento dessa percepção no ambiente operacional. Essa “devoção” requerida da mãe costuma se prolongar além da gravidez e da licença maternidade. Os discursos relacionados às etapas subsequentes, como os cuidados dispensados às crianças, serão tratados na categoria a seguir.

Família militar – serão observadas as percepções sobre a família como fator relevante para o desempenho da atividade militar de combatente. A análise foca inicialmente na esfera privada e nos possíveis desdobramentos dos cuidados familiares após o nascimento dos filhos, dadas as especificidades da profissão. Também será analisado como o aspecto profissional (esfera pública) dessas militares se integra ao papel social atribuído à mulher na família (esfera privada).

Nesse tópico, serão observados como os discursos são trazidos sobre o papel das pilotos e de suas famílias bem como os possíveis suportes (ou falta deles) para o desempenho da atividade operacional na aviação.

Ressignificações – nessa categoria são propostas observações quanto a possíveis novas percepções sobre o ambiente profissional. Percepções essas que

podem ter ocorrido em função da chegada de mulheres, ou que porventura tenham sido agregadas ou, ainda, percepções que foram ressignificadas pelo grupo. A relação entre os pares, ou deles perante as aviadoras e a forma como a inclusão da mulher no ambiente operacional ocorreu também serão observados. Procura-se, finalmente, verificar se essas possíveis ressignificações estariam relacionadas ao *ethos* desse grupo.

Para a contextualização e compreensão do objeto de estudo, torna-se relevante observar que o ciclo profissional das primeiras Oficiais Aviadoras ainda se encontra em curso (cerca de 18 de 35 anos de carreira são exigidos atualmente). Dessa forma, não é possível abarcar todas as fases da carreira dessas militares.

Numa visão geral da metodologia, os dados que formam o *corpus* desse trabalho foram obtidos por meio de Grupos Focais, numerados de 1 a 4, segundo a ordem cronológica de realização. Os diálogos foram gravados e transcritos na íntegra, e podem ser obtidos mediante solicitação à pesquisadora. Para a análise dos dados, foram extraídos os principais excertos⁴⁸ de cada categoria e observados sob a luz da Análise do Discurso.

Quanto aos resultados, estes serão trazidos no capítulo análise de dados, para que sejam apresentados ao passo que são analisados, com vistas a manutenção da sequência no raciocínio apresentado. Cabe reiterar que, nas transcrições originais, aparecem diversas citações das temáticas que não foram analisadas diretamente, como excerto, dentro de cada categoria proposta. Porém, elas serão debatidas, numa visão geral, dentro de cada categoria.

A partir das argumentações e dos diálogos estabelecidos nos Grupos Focais, foi observado o processo de integração de mulheres no quadro de Oficiais Aviadores sob a ótica da construção do *ethos* da corporação pelos oficiais aviadores no momento da chegada da primeira turma de mulheres combatentes. Assim, será observada a construção da imagem de si (considerando o sujeito coletivo aviadores) bem como a construção da imagem de outrem (aviadoras) e que se relacionam com as possíveis modificações ocorridas no *ethos* militar da aviação, por meio do exame de excertos

48

Dessa forma, não será estabelecido um tamanho mínimo ou máximo para os trechos que serão trazidos. O foco será voltado para o necessário para a produção de sentido.

que apresentem as perspectivas abordadas. A seguir, será feita uma discussão dos resultados.

O tratamento dado ao *corpus* neste estudo não abrange todas as possibilidades de abordagem dos dados. A metodologia seguida visa responder as demandas do escopo adotado nesse estudo. Portanto, não esgotam as possibilidades de interpretação.

A fim de permitir a verificação da hipótese proposta, será feito a seguir o detalhamento do método utilizado para viabilizar a coleta dos dados de modo compatível com o *corpus* proposto, bem como o detalhamento e as justificativas quanto aos recortes e às escolhas da pesquisa para que houvesse uma coleta de dados apropriada e suficiente.

7.1 Desenho metodológico

Com o intuito de analisar o ingresso de mulheres na aviação de forma efetiva, foi feito um recorte das considerações sobre o ingresso das aviadoras, pelo olhar de oficiais aviadores que tenham participado da chegada das aviadoras em Unidades Aéreas operacionais (ou Esquadrões de Voo). Não foram considerados nesse recorte aqueles que participaram exclusivamente do período de ingresso na AFA⁴⁹, uma vez que observar somente este ambiente e o período de formação inicial poderia restringir as percepções sobre o assunto.

Assim, do universo de oficiais aviadores da FAB, foram selecionados aqueles que se encontravam em Unidades Aéreas, quando se deu a chegada das primeiras aviadoras em seus respectivos Esquadrões. Tal escolha deve-se ao lugar de fala⁵⁰ destes Oficiais, enquanto observadores do processo de integração das oficiais aviadoras no ambiente operacional. Todos eles possuem a mesma formação

⁴⁹

A dinâmica de atividade aérea, bem como de relacionamentos sociais do grupo é diferente da dinâmica presente nas Unidades Aéreas, haja vista que, no primeiro, enquanto cadetes, o foco na avaliação da atividade Aérea é muito mais forte do que em um Esquadrão de voo.

⁵⁰

O termo “lugar de fala” pode ser associado a diversas origens e correntes teóricas. Ribeiro (2017) assume que o termo constitui um tipo de autorização ou propriedade social para argumentar sobre o outro.

acadêmica e militar, vivenciaram a unidade operacional num período anterior à chegada de uma piloto, e dessa forma, teriam “propriedade” para abordar assuntos ligados a possíveis diferenças no *ethos* militar da aviação. Dessa forma, o recorte abrange oficiais com postos a partir de major (formatura na AFA anterior à 2006).

Para o desenvolvimento do estudo, vislumbrou-se que um grupo significativo dos Oficiais pertencentes ao recorte proposto se encontrava no Curso de Comando e Estado Maior (CEEM), em fase presencial do curso no *campus* da Universidade da Força Aérea (UNIFA), e com isso, constituiriam uma condição oportuna (militares reunidos fisicamente no mesmo local e com rotina coincidente) para a coleta dos dados.

Dessa forma, foi solicitada autorização para o desenvolvimento do presente estudo com Oficiais-alunos do perfil especificado, pertencentes do CEEM 2020 – fase presencial. ao senhor Comandante da Escola de Comando e Estado Maior (ECEMAR) por meio do Ofício 59/PROPGP/29150 de 12 de novembro de 2019, do Vice-Reitor Acadêmico da UNIFA. Como resposta, foi recebido o Ofício 756/ECEMAR/30446 de 06 de dezembro de 2019 do Comandante da ECEMAR, autorizando a pesquisa com os Oficiais Alunos voluntários.

Ao se considerar que a coleta de dados foi realizada dentro da Organização militar (UNIFA), em intervalos dentro da rotina e devidamente coordenados previamente com a coordenação do curso, não houve comprometimento às atividades acadêmicas dos militares envolvidos.

Para que o assunto fosse desenvolvido da melhor maneira, bem como fosse proporcionado um ambiente favorável para uma melhor fluência das percepções, optou-se por utilizar como método Grupos Focais (GF). Esse método foi escolhido uma vez que se objetivava realizar uma exploração acerca de como o grupo pensa sobre o assunto proposto (GODIM, 2003). Esse método permitiu uma interação entre seus integrantes, favorecendo a fluidez do assunto e, com isso, buscou-se um aprofundamento nas contribuições além da “resposta politicamente correta”.

Sobre os participantes, estes oficiais atualmente estão entre os postos de Major e Tenente Coronel, os quais se encontravam nas Unidade Aéreas com o posto de 1º Tenente e Capitão quando se deu a chegada das aviadoras. Outro aspecto a ser citado é que os integrantes do grupo a ser observado realizaram o curso de formação na AFA com a presença de cadetes do sexo feminino no Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt) na mesma turma (ingressaram a partir de 1996 na AFA).

Tal condição durante a AFA pode ser considerada como um fator de influência na percepção dos aviadores se comparados àqueles que não conviveram com mulheres durante a formação. O grupo escolhido acompanhou (de maneira horizontal) todo o processo de entrada das intendentess durante o curso e pode vir a perceber de forma mais ampla a formação na AFA, além do fato de esses aviadores estarem mais acostumados com a presença de colegas mulheres no ambiente de trabalho.

Para fins de aplicação do método proposto, este trabalho foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil – responsável por gerenciar a Comissão Nacional de ética em Pesquisa no país – com protocolo de envio CAAE: 28892719.6.0000.5250. Após apreciação, a pesquisa obteve o parecer de aprovado para o desenvolvimento.

Para que houvesse a formalização do consentimento do participante voluntário na pesquisa, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme descrito no apêndice A. Nele foram descritos os aspectos relativos ao grupo focal, os contatos para o caso de dúvidas, bem como a responsabilidade da pesquisadora pelo anonimato e a autorização para gravação do áudio das conversas.

O grupo focal consiste na interação entre participantes e pesquisador, que tem por objetivo colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos propostos (LERVOLINO; PELICIONI, 2001). Apesar de ser utilizado em diversas pesquisas, esse método ainda sofre críticas pela comunidade acadêmica quanto à validade de seus resultados. Esse é um dos maiores desafios metodológicos dessa técnica (GODIM, 2003), uma vez que este método era adotado inicialmente na área de marketing para fins comerciais.

Apesar das críticas e dos questionamentos, tal método vem ganhando espaço e validade em estudos de diversas áreas, em especial das ciências sociais. Os principais aspectos observados para a validade referem-se ao controle e à limitação do grupo focal. Por se tratar de um debate em grupo, pode-se utilizar um roteiro para o GF a fim de que se tenha um controle e uma organização dos assuntos que serão tratados (DUARTE, 2002).

Segundo Cruz Neto et al (2002), podem ser feitos GF com o mesmo grupo em que são trazidos assuntos com novas perspectivas a cada reunião ou ainda GF com integrantes diferentes seguindo-se o mesmo roteiro. Na presente pesquisa optou-se pelo segundo método.

Sua utilização foi oportuna, uma vez que esta técnica permite a exploração mais detalhada acerca das crenças, dos posicionamentos do grupo sobre determinado assunto. Além disso, contribui para que seus integrantes compreendam as opiniões coletivas e estabeleçam suas próprias opiniões (GODIM, 2003).

Quanto ao número de participantes, Godim (2003) propõe que o grupo varie de 4 a 10 participantes, com um período de 1 a 2 horas para a realização. Com a finalidade de adaptar essa pesquisa à rotina do oficial aluno do CCEM, e permitir sua viabilidade dentro do planejamento da ECEMAR, foi solicitado 1 (um) tempo de aula de 45 minutos, e um grupo sugerido de 5 (cinco) integrantes com o perfil especificado anteriormente.

Os GF foram realizados utilizando-se como indicador para o término a saturação das alternativas de resposta dentro das áreas sugeridas para observação. Para fins de saturação na coleta dos dados, o tema foi considerado como mapeado quando os grupos não foram capazes de produzir novidades nas suas discussões (GODIM, 2003). Assim, foi planejada a realização de quatro Grupos Focais, suficientes para a constituição do *corpus*, conforme será exposto no capítulo de Análise de dados.

No apêndice B foi descrito o roteiro utilizado para o desenvolvimento dos GF. As proposições foram divididas em questões-chave relacionadas aos objetivos específicos do estudo. As perguntas propostas em cada questão-chave buscaram estimular as conversas acerca de cada objetivo específico, incentivando cada grupo a explorar os assuntos. Essas perguntas serviram de apoio para mediação do grupo a fim de garantir a fluidez das conversas sobre aspectos propostos. Nos grupos em que os assuntos eram trazidos naturalmente, as questões não foram utilizadas.

O grupo focal foi conduzido pela pesquisadora⁵¹ na função de mediadora, e, para fins de monitoramento e controle do tempo, foi considerado como parâmetro o tempo de 10 minutos para cada questão-chave, para que fossem percorridas as quatro questões-chaves e, assim, houvesse a oportunidade de serem obtidos os dados pertinentes no tempo disponível para a realização do GF. Os grupos contaram,

51

Esta pesquisadora é militar da FAB, que ingressou em 2003 na Força e é integrante da primeira turma de Oficiais aviadoras. No ano de 2020, encontra-se no posto de Major.

ainda, com 1 (uma) observadora das atividades, que se alternaram entre a orientadora e a coorientadora desse estudo.

Como o desenvolvimento dos Grupos Focais ocorreu durante o expediente acadêmico, em horários fornecidos pelo setor de planejamento da ECEMAR e no mesmo prédio em que ocorrem as demais atividades do Curso de Comando e Estado-Maior, não houve custos aos integrantes para a participação nos GF. Da mesma forma, não houve impacto acadêmico ou administrativo para os envolvidos, face às coordenações que foram realizadas para a efetivação dos GF. Mesmo em se tratando de uma instituição militar, marcada pela hierarquia, os participantes foram convidados a participar de forma voluntária.

A seguir, serão apresentados alguns aspectos quanto ao desenvolvimento deste estudo. De forma intrínseca ao desenho metodológico adotado, associado às partes integrantes do seu desenvolvimento, esses elementos se apresentam como limites para o método.

7.2 Limites do método

Os GF são um método utilizado para que sejam obtidas informações sobre determinado assunto, nos aspectos considerados adequados ao que se pretende. Entretanto, o método utilizado apresenta algumas limitações. No caso em estudo, restrições relativas à hierarquia militar e a questões de gênero poderiam interferir na condução dos grupos.

Primeiramente, esta pesquisadora, dentro da estrutura hierárquica das Forças Armadas, encontra-se em nível inferior (no jargão militar, é “mais moderna”) que todos os entrevistados. Tal situação traria uma predisposição do grupo a um estranhamento, uma vez que a pesquisadora estaria “imputando” uma tarefa (relativa à participação no GF) a oficiais de patamar superior, apesar de todos serem voluntários quanto à participação.

Apesar de o certame burocrático ter ocorrido segundo a estrutura regimental e ter sido autorizado pelo Comandante da ECEMAR, foi esperada uma resistência à participação (mesmo que implícita), em virtude da posição hierárquica da pesquisadora. A separação temporal de formação estimada entre os participantes e a pesquisadora é de pelo menos 4 anos. Apesar de não ser tão grande, representa um lapso hierárquico significativo, uma vez que estes militares e a pesquisadora não

foram contemporâneos no período de formação na AFA. Embora a hierarquia esteja sempre presente nos eventos militares, não foi percebida interferência significativa dessa diferença hierárquica durante a realização dos grupos.

O segundo aspecto limitante a ser considerado refere-se aos objetivos de a pesquisa relacionarem-se ao assunto “aviadoras” ou ainda à temática “gênero”. A partir da proposição ao grupo, houve uma expectativa pelo surgimento de busca por respostas “padrão” para esta pesquisadora, que representa diretamente o assunto por sua condição de aviadora. A simples presença de duas mulheres (uma observadora e a mediadora) no ambiente dos Grupos Focais já poderia ser considerado um fator limitante do método, uma vez que, além da busca por resposta padrão, esse aspecto poderia inibir o desenvolvimento de opiniões ou discordâncias explícitas dentro da proposta do estudo.

Apesar das informações que foram passadas aos participantes quanto ao papel da aviadora exclusivo como pesquisadora durante o GF, era esperada certa dificuldade na dissociação da figura da pesquisadora (como mulher e aviadora) na produção inicial de debates sem que houvesse a tendência de os participantes buscarem uma “resposta correta”. Este aspecto pôde ser observado em diversos momentos dos grupos focais, oscilando entre uma maior ou menor incidência, dentro de cada grupo.

Levando-se em consideração a fase da carreira em que os entrevistados se encontram, percebeu-se que a primeira barreira foi administrada de forma simples, como uma contribuição científica, frente à segunda limitação. Apesar de as expectativas quanto às limitações do método proposto, a questão da hierarquia transcorreu de forma branda durante os grupos, limitando-se às características normais da caserna. Um aspecto que não havia sido considerado inicialmente, mas que durante as reuniões foi comentado, refere-se à participação de uma observadora (professora e civil) que teria gerado uma preocupação para o uso de termos e jargões específicos dos aviadores, resultando numa intenção em explicar os significados quando estes eram utilizados.

8 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados por meio dos Grupos Focais, e para que seja possível estabelecer esta análise, torna-se relevante considerar que a linguagem não é um meio neutro de reflexão ou utilizado somente para descrever o mundo (BAUER; GASKELL, 2002), dessa forma, os assuntos que serão trazidos e colocados pelos participantes dos GF devem ser observados considerando-se os aspectos trazidos explicitamente nos textos e falas, além da forma como é dita ou silenciada.

Para Cruz Neto et al (2002) o primeiro “macromomento” do GF ocorre na realização do grupo em si e o segundo é composto pela transcrição e digitação das falas produzidas. Assim, como realização deste segundo momento, foi realizada a transcrição dos dados obtidos nos quatro grupos focais, representados pela identificação GF1, GF2, GF3 e GF4, numeração esta que corresponde à ordem cronológica de realização

Cabe ainda observar que as interações realizadas nos GF foram suficientes para a composição deste *corpus* a partir de sua saturação. No GF3 e GF4 foi possível perceber uma repetição nas argumentações trazidas pelos participantes, talvez por terem tido a oportunidade de obter informações ou em virtude de interação com os demais militares que já haviam participado dos primeiros Grupos Focais.

Assim, ao se considerar que a saturação de um determinado tema ocorre a partir do momento em que os grupos não são capazes de produzir novidades nas suas discussões (GODIM, 2003), a realização dos quatro GF foi considerada suficiente para a composição do *corpus* deste estudo, segundo a abordagem proposta.

Seguindo a linha de raciocínio para a construção da análise, cabe ressaltar que, para este trabalho, optou-se por uma visão de *ethos* enquanto construção discursiva coletiva, não interessando, portanto, o sujeito empírico e individual de cada Oficial aviador participante dos grupos focais. O foco está na observação da construção da imagem de si do sujeito (coletivo) e da imagem de outrem (aviadoras) inscritos nos discursos produzidos por meio desta ferramenta metodológica.

Cabe ainda apontar que, ao definir sobre a não observação do sujeito empírico de cada integrante dos GF, não se descartaram suas identidades psicológicas e sociais, uma vez que esses sujeitos do discurso fazem parte do processo de produção

e interpretação do ato de linguagem ora analisado, estando condicionados pela situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2010).

Assim sendo, não se torna possível a observação do *ethos* de um sujeito coletivo (aviadores) ou de outrem sem considerar os aspectos relativos aos sujeitos individuais que o constroem. Como foco do presente estudo, então, serão observados os processos para a construção da imagem de si dos aviadores e da imagem das aviadoras a partir da percepção dos oficiais aviadores.

Antes de prosseguir nos demais apontamentos acerca da análise, cabe citar que a coleta de dados ocorreu conforme proposto no desenho metodológico e em dois dias diferentes. Em cada dia, foram realizados dois grupos focais, numa sala reservada, nas dependências da ECEMAR sendo que primeiro grupo contou com seis participantes, o segundo com 4 e os demais com 5 participantes cada;

A fim de estruturar esse processo de análise, torna-se necessário, entretanto, tecer algumas considerações sobre o desenvolvimento da pesquisa quanto à perspectiva da condição da pesquisadora. Sua posição, enquanto representante do assunto debatido (ingresso das aviadoras) e militar do mesmo quadro e círculo hierárquico (oficial superior, do QOAv) dos entrevistados, acrescenta aspectos específicos que serão abordados a seguir.

8.1 Atores e lugares

Como abordado no capítulo 6, o cenário comunicativo é composto por diversas regras e condições que tornam esse ato peculiar e inserido em um contexto específico. Dessa forma, ao serem propostas argumentações sobre como os entrevistados perceberam o ingresso das aviadoras nas atividades operacionais, foi possível observar que o contexto ao qual os GF se inseriam, foi impactado pela condição anteriormente citada da pesquisadora.

Nesse contexto, cabe ainda considerar o lugar de fala desses Oficiais entrevistados. Como abordado anteriormente, a perspectiva dos entrevistados lhes confere um lugar específico dentre os diversos lugares de fala possíveis, como argumentado por Ribeiro (2017), ao abordar a fala sobre o outro. Embora não tenham vivenciado esse processo de integração enquanto parte direta (no caso as aviadoras) os oficiais entrevistados contribuíram com suas percepções sobre as mudanças que porventura ocorreram por terem vivenciado enquanto observadores da recepção das

aviadoras no ambiente operacional. Para o estudo em pauta, esse lugar de fala apresenta significativa relevância uma vez que nos permite observar a proposta deste estudo.

Quanto ao desenvolvimento propriamente dito, considerando que esta pesquisadora é mulher, oficial aviadora e representante de um estudo sob a proposta de abordagem temática de gênero, torna-se necessário considerar que tais aspectos podem ter contribuído para acrescentar uma imagem investigativa ou ainda de cunho opinativo, no momento de interações. Nesse sentido, torna-se plausível considerar tais aspectos como constituintes do processo de coleta de dados.

Entretanto, abordar esse impacto bem como compreendê-lo no contexto da coleta de dados pode permitir observações específicas a partir dessa perspectiva peculiar, o que não constituiria, *a priori*, um aspecto de conotação negativa ou que desqualificaria a metodologia apresentada. Para tal, as considerações a seguir pautam-se na análise sobre o quanto o fato de a pesquisadora ter sido formada na primeira turma de aviadoras da FAB, poderia impactar nas respostas dos entrevistados, segundo as proposições citadas anteriormente.

Primeiramente, cabe uma observação quanto aos sujeitos do ato comunicativo, uma vez que no caso apresentado deve ser considerada a sobreposição de lugares e os contratos comunicativos envolvidos. Essa correlação ocorre, pois, ao passo que a pesquisadora faz parte do tema abordado, esta também faz parte do grupo enquanto militar. Assim, poder-se-ia pensar em dois contratos comunicativos diferentes, porém entrelaçados, sendo um referente ao grupo focal e como este se estruturou e outro contrato comunicativo relativo à pesquisa propriamente.

Dessa forma, serão trazidos os aspectos do momento pesquisadora-pesquisado, e posteriormente a análise específica da relação entre pesquisados (participantes do GF) e como eles viram o ingresso de mulheres na aviação militar da FAB. Cabe, porém, citar que esses contratos ora pensados separadamente, encontram-se unidos em virtude do entrelaçamento dos aspectos apresentados sobre a pessoa da pesquisadora (aviadora) e o papel que esta desempenhou na condução dos grupos.

Nesse sentido, a fim de iniciar o detalhamento quanto ao contexto dos GF, torna-se relevante citar que a pesquisadora é conhecida no ambiente profissional pela maioria dos participantes, porém a situação que lhes foi apresentada constituiu um cenário diferente do corriqueiro. Segundo a perspectiva do entrevistado, o tu-

destinatário (pesquisadora idealizada segundo as percepções do militar) desse ato comunicativo relacionava-se a um “papel” regularmente desempenhado pela pesquisadora.

Em virtude disso, a forma de apresentação do eu-comunicante (como o entrevistado desejava se mostrar diante da situação que se encontrava) levou em consideração os aspectos citados anteriormente, os quais constituem o “pano de fundo” para o processo de transação estabelecido diante do assunto proposto (ingresso das aviadoras nas atividades operacionais). Assim, pode-se considerar que esse processo transacional acarretou uma forma específica de apresentação e abordagem do assunto, sendo ainda considerados outros aspectos, tais como os propósitos do eu-comunicante para o tu-interpretante (REBELLO; MONNERAT, 2020).

Ressalta-se que houve a presença da observadora na *mise-en-scène*, professora do Programa de Pós-graduação da UNIFA⁵², a qual participou com a proposta de não argumentar ou interferir nos diálogos, e assim, teria contribuído para um aspecto de maior formalidade ao evento. O local em que foram realizados os GF, dentro de uma Organização Militar (com todos fardados), complementam este cenário.

A presença de uma observadora nos GF, por ser um elemento externo ao grupo de aviadores, pode ser considerada ainda como a parte crítica para a análise de dados, uma vez que foi capaz de perceber a condução dos GF como um outro ponto de vista além da pesquisadora. Essa percepção externa aos entrevistados e pesquisadora (todos aviadores) contribuiu como um elemento de minimização da interferência da pesquisadora no tratamento e análise dos dados e assim contribuiu para a manutenção do distanciamento entre a pesquisadora e seu objeto de pesquisa, reforçando um olhar “de fora” sobre os resultados obtidos e seu processo de análise.

Nesse contexto, cabe ainda citar os aspectos referentes ao eu-comunicante (cada participante do GF). Conforme o recorte proposto e descrito na metodologia, os entrevistados são Oficiais Superiores da FAB, realizando Curso de Comando e Estado Maior, ou seja, em um estágio avançado e por isso, mais maduros da carreira. Nesse

52

Participação alternada da orientadora ou coorientadora deste estudo.

contexto, torna-se plausível considerar o peso dos valores éticos institucionais para a construção desse eu-enunciador diante do tu-destinatário descrito.

Inicialmente, uma mulher (pesquisadora e mediadora do GF) abordando a temática de “gênero”, e nesta configuração de cena, na qual o tu-destinatário encontra-se diante de um grupo exclusivamente constituído por homens, poder-se-ia ter à ideia de oposição masculino/feminino ou, ainda, gerar receio no eu-enunciador quanto ao julgamento das opiniões apresentadas. Esse contexto pode justificar, ainda, uma espécie de barreira às abordagens “polêmicas” como preconceito, oposição pessoal ao ingresso etc., o que nos leva a considerar algum distanciamento entre o eu-comunicante e o eu-enunciador durante os Grupos Focais, na busca por passarem a “resposta correta”, ou mais adequada, ao tu-destinatário (pesquisadora).

O local em que foram realizados os GF representa ainda um significado específico no *mise-en-scène* descrito o qual trouxe naquele momento, com os participantes fardados, a presença - mesmo que simbólica - da Instituição Força Aérea para o ato comunicativo. Esta marcação do local, aliada aos aspectos do estrito acatamento das ordens, presente no *ethos* militar, poderia vir a restringir as opiniões individuais e assim, constituir um fator marcante para a construção do eu-enunciador, uma vez que a decisão de inclusão de mulheres no QOAv foi materializada na época, pelo Comandante da Força Aérea, a partir da autorização do processo seletivo específico.

Pode-se então observar que os discursos produzidos nos grupos focais, assim como em todos os demais atos languageiros, são resultantes da combinação dos componentes verbal e situacional, e, ao se considerar uma análise da imagem que o eu-enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, estes devem levar em conta o emprego de restrições e de manobras nesse processo de construção (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012).

Assim, cabe considerar que este emprego de restrições compreende as condições mínimas às quais são necessárias para atender um ato de linguagem válido, e ainda que há o estabelecimento de um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* (CHARAUDEAU, 2005).

Sob a perspectiva dos contratos comunicativos presentes no Grupo Focal ora analisado, foi possível observar uma organização natural dentro dos GF, nos quais houve um sequenciamento das falas, ou ainda de solicitação de permissão para falar

(mesmo que sutil, por gestos ou olhares) feita ao militar mais antigo do grupo pelos militares mais modernos (apesar da mediadora de ter deixado aberta a possibilidade quanto à flexibilidade e aleatoriedade de argumentação). Assim, a dinâmica dentro dos grupos deu-se de forma naturalmente cadenciada pelo mais antigo ou numa “sequência” estabelecida ou autorizada por este.

Como debatido por Pauliukonis e Gouvêa (2012), o contrato comunicativo nos remete ao pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem relações de convivência e cumplicidade quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, lançando mão de estratégias que permitiriam colocar em cena suas intenções e ainda, permitiria que estes parceiros se reconheçam uns aos outros, por meio de traços identitários.

Nesse escopo, ao se observar o contrato comunicativo referente ao GF e a relação pesquisadora-pesquisado, temos o trecho abaixo no qual é possível perceber as características de convivência e cumplicidade pressupostos neste cenário descrito. Os seres sociais (mediadora e entrevistados) são pertencentes a um mesmo corpo social (oficiais aviadores). No início o GF, quando os integrantes expunham suas primeiras opiniões de como teria sido esse primeiro contato sobre a chegada das aviadoras nas Unidades Aéreas, o terceiro participante do Grupo Focal 1 (GF1P3) citou:

[...] Pra te dar um exemplo né... aqui a mediadora e a observadora... quem está me filtrando⁵³ mais é a observadora e não a mediadora... não por ser mulher, mas por ser civil, por não entender a nossa cultura, que você (mediadora) entende, [...]

No excerto é possível observar que o Oficial entrevistado se mostrou “incomodado” ao falar em virtude da presença da observadora, a qual não pertencia ao mesmo corpo social (não ser militar, aviador), que acarretou uma descontinuidade na cumplicidade para o uso dos elementos em sua comunicação (por exemplo jargões e termos específicos da aviação).

A construção do contrato comunicativo passa ainda pelos princípios da alteridade e da identidade, os quais, quando se observa o espaço enunciativo, são

53

O participante utilizou o termo “filtrar” com um sentido de bloquear, restringir.

considerados elementos fundamentais (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012). Quanto ao princípio da alteridade, o qual nos remete à ideia de que a interação comunicativa pressupõe a existência do “outro” (CHARAUDEAU, 2007), observa-se que as construções e abordagens trazidas nos grupos focais foram decorrentes dessa troca entre os parceiros comunicativos, que, a partir da percepção da outra parte - mesmo que idealizada pelo enunciador – estruturou esse ato comunicativo.

Quanto ao princípio da identidade, e como parte do contexto, para o reconhecimento como semelhantes, inicialmente pode-se citar a afinidade profissional (militares) e, como marcação de diferença, a hierarquia entre estes. Mesmo que todos sejam oficiais aviadores, sempre haverá uma precedência (escalonamento) que os diferencia entre si.

Cabe ainda considerar os diversos fatores que se articulavam, como os dados psicossociais atribuídos pelos outros e os dados construídos pelo próprio indivíduo (o que se pretendia ser) durante o GF, além de um conhecimento (mesmo que geral) do mundo partilhado pelos envolvidos, e que, sem isso, haveria maior dificuldade de a interação ter sucesso (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012).

Dessa forma, a partir das descrições citadas, foi possível descrever o cenário, a forma como se deu o ato comunicativo proposto, bem como os principais fatores que o influenciaram. Uma vez que foram apresentadas essas breves considerações sobre os atores e lugares do Grupo Focal, será apresentada a análise do *corpus*.

8.2 Análise do Discurso nos Grupos Focais

A partir das considerações trazidas anteriormente, sobre a temática proposta e que se faziam presentes nos grupos focais, é possível tratar, a partir de agora, do contrato comunicativo correspondente à situação na qual os Oficiais alunos do CCEM, sob a formalística de apresentarem suas percepções acerca da inserção de mulheres no QOAv, apontaram as possíveis mudanças em função disso. Cabe ressaltar que essa imbricação de dois contratos comunicativos não os considera como etapas excludentes. Eles são complementares nesta análise.

Nesse íterim, e como abordado na metodologia, as categorias de análise propostas - marcações gendradas, maternidade e operacionalidade, família militar e ressignificações - foram pontuadas pela pesquisadora por seu destaque no *corpus* bem como pela afinidade dentro da temática de gênero e *ethos* militar. Assim, como

também já citado anteriormente, serão apontados os principais excertos dentro de cada categoria de análise - os quais não foram únicos dentre as transcrições, tampouco esgotam as possibilidades de análises dentro do *corpus* obtido.

Na busca pela observação do *ethos*, ou seja, da imagem de si produzida por esse sujeito (coletivo) - representado pelos aviadores entrevistados – ou ainda da imagem de outrem (relativo às aviadoras), discorrer-se-á sobre as estratégias que foram utilizadas nos GF, tendo a Análise dos Discursos⁵⁴ como instrumento para a realização da análise. Como aspecto de observação, torna-se relevante tratar do nível discursivo, o qual corresponde ao “lugar” de intervenção do eu-enunciador. Este se utiliza de estratégias em sua argumentação, tais como: legitimidade (relação com o outro), credibilidade (pertinência do assunto tratado) e captação (influência sobre o outro), a fim de produzir o sentido desejado (CHARAUDEAU, 2005) no ato comunicativo.

Sobre a legitimidade, cabe apontar que está relacionada ao fato que suas falas são respaldadas pela condição em que se encaixam no desenvolvimento do ato comunicativo. Quando se posicionaram a respeito da chegada das aviadoras nas Unidades Aéreas, e assim estabeleceram o processo transacional diante do assunto, eles buscaram organizar suas falas de acordo com aquilo que acreditavam que seria “aceito” como fala pelo grupo.

Para exemplificar esta estratégia, pode-se citar uma situação hipotética da falta dela. Se um piloto da aviação de caça, imerso nas tradições e na realidade operacional dessa aviação, trouxesse argumentos sobre o convívio operacional (entendido como aspectos da rotina da Unidade Aérea) com as aviadoras da aviação de transporte, que apresenta aspectos diferentes da aviação de caça, de maneira geral, este aspecto não seria aceito pelo grupo como uma fala coerente, ou ainda válida.

Como estipulado na coleta dos dados, coube considerar que os Oficiais participantes se encontravam nas Unidades Aéreas quando chegaram as primeiras aviadoras, sendo esta condição o elemento que estabeleceu, num primeiro momento, a legitimidade para tal. Num segundo momento, deve-se considerar a busca constante

54

Utiliza-se o termo “Análise dos Discursos” pois, nos estudos linguísticos, os discursos produzidos abarcam em si significados que vão além da fala, e sua análise (dentre as diversas correntes teóricas existentes) permite a observação dos sentidos produzidos.

por legitimidade entre os integrantes de cada GF, pois eles devem se reconhecer e serem reconhecidos pelos demais sujeitos do ato linguageiro, como aceitos pelo grupo por suas falas. Uma vez validada pelos seus pares, a legitimidade é uma conquista que deve ser renovada durante todo o decorrer da situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2010).

Na estratégia de credibilidade, o locutor age de forma a elaborar um discurso que leve em consideração saberes comuns acerca do que se fala perante os sujeitos envolvidos no ato de comunicação (REBELLO; MONNERAT, 2020). Entre os aspectos abordados nos GF, foram destacados aqueles considerados relevantes por cada interlocutor, de modo que os interactantes do ato comunicativo acreditassem naquilo que era falado.

Sobre a estratégia de captação, como trazido por Charaudeau (2010), esta seria mobilizada quando o sujeito, não estando em posição direta de autoridade perante o seu interlocutor (pois, caso contrário, ele estabeleceria uma forma de captação baseada em hierarquia ou submissão), procura assegurar o interesse do interlocutor por aquilo que diz, por meio do compartilhamento de sua opinião ou pela adesão aos seus próprios sentimentos. Nesta estratégia, os sujeitos ligados pelo ato de comunicação procuram influenciar uns aos outros, investindo em sedução e persuasão do tu-destinatário (REBELLO; MONNERAT, 2020).

Ao abordar a estratégia de captação, torna-se pertinente citar que a perspectiva de Charaudeau (2010) quanto à inexistência da posição de autoridade na fala, permitiria uma “oportunidade” perante a hierarquia tradicional da caserna. Entretanto, as argumentações no GF se deram em um ambiente brando quanto a estas marcações institucionais, contribuindo para a fluência desta estratégia no grupo.

Diante disso, é possível perceber o entrelaçamento e a continuidade entre as estratégias anteriormente apresentadas, as quais constam do processo de transação e dependem da finalidade comunicativa do enunciador (PAULIUKONIS; GOUVÊA, 2012). Assim, e após as breves considerações apresentadas sobre a Análise do Discurso nos grupos focais, serão observadas cada uma das categorias, a partir dos excertos extraídos da transcrição dos grupos focais.

8.2.1 Marcações gendradas

Inicialmente, para a abordagem do primeiro tópico – os papéis de gênero – como argumentado anteriormente, recorreremos a Butler (1993) que, em sua teoria, cita que a performatividade de gênero resultaria da reiteração de normas e regras sociais anteriores ao sujeito e que, sendo constantemente repetidas, acabam por serem materializadas na sociedade e nos corpos.

Nesse escopo, cabe observar se os comportamentos adotados pelas primeiras aviadoras, ao chegarem às Unidades Aéreas, se encaixariam nas normas reguladoras do sexo. Esses paradigmas são tidos como performativos no sentido de reiterarem práticas já normatizadas na sociedade e materializadas nos corpos (BUTLER, 1993). Além disso, deve-se considerar a “exigência” social dessas práticas mediante as quais se produzem as marcações “gendradas” (LAURETIS, 2019), ou seja, embora Butler (1993) problematize como cada categoria de gênero é construída, alguns espaços e/ou condutas esperados na sociedade acabam por criar marcações que acabam por reiterar estereótipos do senso comum, podendo ser visualizadas como “gendradas”.

Assim, haveria atitudes, comportamentos e discursos que seriam “esperados” de homens e não de mulheres (ou vice-versa), conforme as normas sociais relacionadas ao sexo (homem/mulher), a partir da construção dos estereótipos.

Dessa forma, cabe retomar a capacidade de repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas, de individuação e marginalização, além da produção de efeitos de verdade nos discursos. Enquanto processo de reconstrução de dados em um determinado modelo cultural, o estereótipo toma uma representação específica partilhada por uma comunidade ou grupo (FERREIRA; VALENTE, 2015). A seguir, este trabalho apresenta os recortes extraídos da transcrição que permitem observar o uso das estratégias discursivas, observado sob a perspectiva das marcações gendradas.

Ao tecerem suas considerações iniciais sobre como teria sido esse primeiro contato sobre a chegada das aviadoras nas Unidades Aéreas, o terceiro participante do primeiro grupo focal (GF1P3⁵⁵), citou:

(1)⁵⁶ “[...] A Maria⁵⁷, a Maria a gente fazia uma piada com ela né, que antigamente as mulheres cozinhavam igual às mães, agora elas bebem igual aos pais. E o pai dela é viking porque ela bebe pra caramba [...]”

Nesse trecho, nota-se o uso da estratégia de captação por meio da identificação (identidade do grupo), pois GF1P3 aponta a aviadora como “um de nós” por “beber como um homem” apesar de pontuar quanto à mudança nas condutas associadas ao gênero em função das conquistas sociais das mulheres com o passar do tempo. Como exemplo, o uso “normal” do álcool, que, em um perfil estereotipado, não seria uma conduta esperada de mulheres. Butler (1993) esclarece que as normas reguladoras do sexo – o que seria associado a um sexo ou outro – são performativas no sentido de reiterarem práticas já normatizadas e que, sendo constantemente repetidas, encontram-se materializadas nos grupos sociais.

O uso de um exemplo jocoso pode também ser entendido como uma estratégia de captação, já que é utilizada com o intuito de trazer para si o interlocutor, valendo-se disso como ferramenta de persuasão e sedução.

Na construção da imagem de si, o locutor se coloca como alguém que percebe as mudanças na sociedade frente às conquistas das mulheres, porém com certo grau de surpresa.

Na sequência de sua fala anterior, GF1P3 cita:

(2) “[...] A Ana inclusive. Tinha uma ascendência muito grande sobre os mais modernos... então era capitão, era capitão mesmo, como o capitão brabão, ela era capitona brabona (sic) né [...]”

No excerto acima, o enunciador aposta na construção de um *ethos* de concordância e ênfase positiva quanto ao ingresso de mulheres, uma vez que destaca os atributos citados anteriormente como características valorizadas, por não serem algo “presumível” ao referir-se a uma mulher (previamente dentro dos estereótipos).

atribuída letra “N” (exemplo: GF2PN, participante não identificado dentro da ordem de fala do segundo grupo focal)

⁵⁶

Os excertos serão numerados caso haja necessidade de retomá-los durante a análise.

⁵⁷

Todos os nomes associados durante esta análise **são fictícios** e foram substituídos intencionalmente, a fim de preservar o anonimato dos entrevistados e dos citados.

O uso desses argumentos inseridos no contexto castrense – em especial dos futuros líderes (como é o caso dos combatentes) – denotaria uma condição de desempenho profissional compatível ao esperado de qualquer outro militar na mesma condição, no que tange às respectivas funções exercidas.

No segundo grupo focal, no início das argumentações sobre os primeiros contatos no ambiente operacional, o participante GF2P4 comenta:

(3) “[...] A Lia também foi encarada como um piloto normal, as preocupações fisiológicas eram parecidas com a da Fabi. A da Gabi⁵⁸ eu vou falar depois [...] A Gabi, foi voar no esquadrão que eu voava, também foi assim, a gente buscou dados sobre o desempenho em voo dela, dados de atividade física, se mantinha bem [...]”

Nesse trecho, o locutor argumenta quanto às diferenças fisiológicas, as quais, apesar das preocupações, permitiram que a piloto sob o codinome Lia também fosse encarada como “um piloto normal”. O uso desse qualificativo aponta para uma visão do participante a partir do seu conceito de “normal”, evidenciando-o como um marcador de pressuposição quanto à condição da mulher piloto no grupo. Com isso, poder-se-ia propor que, embora a construção do discurso tenha enfatizado o posicionamento de que não haveria diferenciação, a militar foi considerada (na prática) como um elemento “diferente”.

Sobre a outra piloto, Gabi, houve ainda uma busca quanto aos dados de atividade física, além dos dados de desempenho operacional, possivelmente para saber se, em seu histórico, a piloto teria dados compatíveis com a atividade na aviação de caça. Percebe-se uma construção da imagem de si de forma cautelosa, ou seja, que se preocupava com aspectos fisiológicos, além de buscar informações sobre a piloto a fim de verificar uma possível (in)compatibilidade para o desempenho da função.

Ainda no GF2, ao argumentarem entre si sobre a forma que as pilotos eram tratadas, dois participantes, cuja identificação não foi possível estabelecer nas

58

Houve diferenciação quanto às pilotos citadas pois as duas primeiras (Lia e Fabi) pertenciam a um determinado Esquadrão e a Gabi a outro, com um tipo de aeronave diferente.

transcrições, interagem e comentam a questão do preconceito à mulher na atividade aérea durante a formação:

(4) “[...] Depois de formado eu concordo com o que você falou, mas a minha percepção durante a formação é que na AFA, como cadete, para as aviadoras era mais difícil que para os aviadores.

- Para as mulheres era mais difícil que para os homens?

- Porque tinha alguns lá que tinham declaradamente, tinham preconceito, achavam que aquilo ali não era lugar de mulher.

- Pô cara, mas... [pausa] eu vou te falar o seguinte... tinha um pessoal que quando voava com mulher era deficiente na certa. Eu era comandante de esquadrilha e tudo mais. Tem preconceito, como tem preconceito... Aliás, eu não sei se preconceito é a palavra. Mas tem o halo⁵⁹, como tem com diversas outras modalidades de... diversas outras categorias. Por exemplo: tinha um lá que era filho de um oficial da Força Aérea que não era muito bem quisto. E ele foi assim... quem teve convivência com ele e que não gostava, de vez em quando ia lá, dava uma perseguidinha. Mas nada que o meio, o meio, o todo, o comandante de esquadrilha tendo a visão daquilo, não conseguisse interferir no processo e impedir que aquilo acontecesse.

- Então eu acho que no pacote, elas também entram na vala comum como outros que tinham algum tipo de quizumba, perseguiçãozinha boba do corpo de cadetes, de DE, de qualquer coisa, então os homens também tem as suas picuinhas, perseguições [...]”

Ao abordarem sobre um possível preconceito ocorrido durante a formação das aviadoras, os participantes, ao debaterem sobre a ocorrência ou não de algo do tipo relacionado ao sexo, apontam para algum tipo de diferenciação no tratamento, uma vez que alguns achavam que “aquilo ali não era lugar de mulher”, ou ainda que “entravam na vala comum como outros que tinham algum tipo de quizumba”.

Como estratégia de captação do interlocutor que se opôs, na interação entre si, o outro participante então busca credibilidade em sua fala, ao trazer sua experiência como comandante de esquadrilha na AFA, a qual teria permitido um acompanhamento de perto do assunto proposto e uma possível mitigação de efeitos negativos do “halo”.

Nesse sentido, é possível observar como a visão dicotômica quanto ao sexo, no ambiente ainda de formação, marcou o momento apontado pelos participantes. Os “novos papéis” teriam causado ainda estranheza por parte de alguns, que achavam

59

No meio militar, o halo pode ser positivo ou negativo, que viria a ser uma predisposição a ajudar ou dificultar a rotina de um determinado militar, perseguição.

que “aquilo ali não era lugar de mulher”. Embora não fizesse parte do escopo proposto no estudo (ambiente operacional, após formadas na AFA) por abordar um debate sobre participantes debatendo uma possível resistência do meio, optou-se por trazê-lo para a análise pois esse tipo de percepção pode ter ocorrido além dos anos iniciais de formação na Academia.

Dando continuidade às primeiras considerações acerca da chegada das aviadoras, GF4P4 complementa:

(5) [...] A parte de competência, mesmo nível tanto masculino quanto feminino, tanto é que teve mulheres com notas muito maiores que dos homens, então teve mulher que foi para a primeira linha, até mais que a maioria dos homens. A gente verificou que a competência das mulheres tem desde a mais competente até um pouco menos. Mas eles são bem distribuídos, então essa questão de diferenciação se é homem ou mulher ela não existiu, então na competência a gente viu que era tudo igual. Uma questão evidente que eu lembrei agora, é a questão que a força faz um pouco de diferença, a força feminina, né. O bandeirante e tem um treinamento que se chama monomotor, esse treinamento você não pode usar compensador pra fazer a compensação, você tira um dos motores e você tem que utilizar a força física pra poder compensar, tem que usar a perna e o braço. Nessa parte de compensação a questão física feminina realmente ela estava um pouco... ela é um pouco diferenciada... então a gente percebia um pouco mais de dificuldade nessa parte físico- motora, mais relacionada com a força [...]

Nesse trecho, o locutor cita a competência de homens e mulheres no desempenho das funções, estabelecendo parâmetros de comparação e, como estratégia de credibilidade ao seu argumento, cita que “teve mulheres com notas muito maiores que dos homens” e ainda que “teve mulher que foi para a primeira linha, até mais que a maioria dos homens”. Assim, o discurso segue no sentido de desvincular a capacidade (ou competência) para o desempenho da atividade operacional ao sexo.

A seguir, o enunciador complementa sua fala trazendo a diferença física entre homens e mulheres, no caso a força necessária em determinados treinamentos, como um aspecto tido como negativo. Cabe destacar que, durante a citação “nessa parte de compensação a questão física feminina realmente ela estava um pouco... ela é um pouco diferenciada... então a gente percebia um pouco mais de dificuldade”, o locutor não utiliza o termo “abaixo do esperado” ou ainda “deficiente”, ao invés disso, utiliza as expressões “um pouco diferenciada” e “um pouco mais de dificuldade”, mas não verbaliza se isso interferiu positiva ou negativamente no desempenho. É possível perceber um silenciamento, deixando o lado negativo subentendido.

Assim, essa forma de argumentação durante a construção dos sentidos possíveis nos remete às restrições e estratégias existentes no ato de linguagem, as quais resultam em escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *mise-en-scène* (CHARAUDEAU, 2005). Nesse contexto, podemos conjecturar se haveria uma possível interferência no discurso produzido, talvez resultante da presença da pesquisadora e/ou observadora (uma piloto militar e/ou Professora).

Assim, ao se observar o *corpus* completo, no que tange às percepções acerca das marcações gendradas, foi possível perceber que a apresentação da diferença de gêneros se dá, de maneira geral, de forma dicotômica, com forte ligação às marcações de gênero atrelados aos estereótipos. Entretanto, apesar dessa tendência a associações binárias quanto ao gênero, ocorrem reiteradas argumentações no sentido de desvincular do corpo coletivo das mulheres algumas características, atreladas aos estereótipos, e tidas como específicas delas (delicadeza, fragilidade, cuidados estéticos) e vinculá-las ao indivíduo, como características particulares.

Dessa forma, na construção da imagem de si, houve uma tendência à associação da capacidade profissional para a atividade como piloto militar à dedicação e às personalidades individuais. Quanto à construção da imagem das aviadoras, foram citadas adaptações para operar equipamentos das aeronaves, o que teria acarretado certo grau de surpresa face à compleição física. No que tange às marcações gendradas por parte das aviadoras, não foram citados exemplos de reiterações nesse sentido. Ao que se pode observar, houve a predominância dos gendramentos para as características masculinas durante esse processo de integração das aviadoras no ambiente operacional.

Assim, ao se observar o *ethos* militar do grupo, é possível citar que as percepções pontuadas quanto às marcações do sexo foram percebidas por todos, observadas e não teriam impactado no gendramento vigente.

Feita essa análise da primeira categoria proposta, serão apresentados os aspectos relativos à segunda categoria: maternidade e operacionalidade, sob a mesma formalística em que foi apresentada a categoria anterior.

8.2.2 Maternidade e operacionalidade

Nessa categoria se busca observar como a condição de maternidade, sob o contexto operacional da aviação, foi percebido pelos integrantes do QOAv, bem como a maneira pela qual essa situação poderia gerar impactos no *ethos* militar da aviação. Assim, ao se considerar um ambiente que requer disponibilidade integral, como o militar, e a percepção social da maternidade, enquanto *constructo* que idealiza e modela papéis sobre a mulher sobre essa posição, tais perspectivas poderiam, face às questões problematizadas e argumentadas por Badinter (1985), se tornarem um aspecto de debates nesse contexto operacional.

Cabe ainda considerar que tal categoria foi proposta para a análise em virtude da abordagem reiterada em todos os GF, e será apresentada por meio dos principais trechos que foram trazidos pelos participantes. A seguir, temos o trecho no qual o participante GF1P1, em suas argumentações iniciais de como teria sido esse primeiro contato sobre a chegada das aviadoras nas Unidades Aéreas, citou:

(6) “[...] Da parte que eu via das meninas... Há uma dedicação muito grande, né. E aí esse grande questionamento materno, de quando viria a ser mãe e tal, isso tudo foi postergado, obviamente [...]”

Nesse excerto, é possível observar a associação direta da maternidade à mulher. Essa percepção encontra dissensão no debate proposto por Badinter (1985), que intenta desconstruir a maternidade em seu estereótipo, bem como a ideia da maternidade como algo inscrito desde toda a eternidade na natureza da mulher. A autora argumenta que o que hoje consideramos como papel “natural” da mulher em relação ao sentimento materno, seria oriundo de uma série de posições ao longo do tempo que associaram a figura materna intrinsecamente ao sacrifício e a dedicação pessoal absoluta, à beira da santidade. Ou seja, qualquer posição que destoe desse imaginário socialmente construído causaria estranhamento. Dessa forma, o tratamento de “obviedade” quanto à postergação da maternidade pelo locutor, naquele momento, apontaria para uma necessidade de foco e dedicação exclusivas à atividade operacional, sem “espaço” para a maternidade. Com isso, a paternidade é observada com um sentido passivo, cabendo somente à mulher os cuidados e a dedicação ao rebento, naturalizando a atribuição e o desempenho da mulher. Ao ser proposto pela mediadora que os participantes contribuíssem com comentários sobre a questão das

tripulações maiores, da convivência em viagens e manobras, um participante, – sem identificação (GF1PN) –, argumenta:

(7) “[...] E a gente teve que negociar porque, porque ela é tripulante, o marido é tripulante, então algumas regras foram adotadas. Por exemplo: um não pode voar com o outro porque se um morrer, morre os dois juntos. Então não pode morrer junto. Ah, mas é a realidade... é voo, é risco.

Então, não pode voar os dois juntos, então... viagem, o que acontece. Isso aí, eu como Comandante faria com qualquer um, com qualquer um, inclusive homem. Mas é que quem está nessa situação é a mulher. Tem o pai e tem a mãe.

Voltando, nenhum tripulante a gente trata diferente, tá então ah, o Diego não vai viajar... não vai viajar o caramba! Mas é que eu tô fazendo faculdade... Ou você é ou não é. Pede pra ir embora então. Então não existe tratamento diferenciado.

Especificamente nesse caso, acabou de ter filho, o marido é tripulante, ela é instrutora, ela já serviu seis anos, já fez tudo que tinha que fazer. Ela poderia tranquilamente sair do voo, só que assim o esquadrão teria uma instrutora a mais, então nós fizemos um contrato ali, e o que, ela só voa em sede, não pode voar com o marido, não tira alerta, então é um tratamento diferenciado, posso estar errado e até estou falando aqui, inclusive me critiquem. É tratamento diferenciado para um militar que está numa situação diferenciada [...]”

Neste trecho foi possível observar certa preocupação com a segurança familiar, uma vez que o casal citado é tripulante. Uma marcação relevante para a legitimidade da fala evidencia-se na posição considerada pelo enunciador de encontrar-se na condição de Comandante e, assim, como responsável pelas ações adotadas na Unidade Aérea. Além disso, verifica-se, nessa mesma situação, a marcação de credibilidade pela fala de que ele aplicaria tal postura diante de qualquer subordinado, “inclusive homem”.

Cabe ainda destacar que, de acordo com o trazido no trecho, a viagem (numa conotação de ausência da sede) seria característica intrínseca do tripulante operacional, sendo incompatível essa desvinculação a partir do uso da expressão “ou você é ou não é”. Nesse contexto, entretanto, o enunciador, apesar de não concordar com um tratamento diferenciado, considera, diante das características específicas do caso da tripulante, reconsiderar as condições mediante um “contrato” ou um “acordo de cavalheiros”.

Além da maternidade, são trazidos ainda aspectos quanto aos cuidados à criança, apresentados dentro dos papéis “naturalizados” socialmente (BIROLI, 2018), uma vez que são associados a uma atribuição praticamente exclusiva da mulher.

Esses desdobramentos, bem como uma possível observação quanto ao papel do pai ou cônjuge, serão abordados na categoria família militar.

A seguir, no GF2, enquanto os participantes aludiam às possíveis diferenças entre homens e mulheres no desempenho das funções operacionais, GF2PN argumenta:

(8) “[...] a Bianca mesmo fala tranquilamente, eu quero esperar cumprir todo o meu processo lá no esquadrão primeiro, para poder estar simplesmente disponível para o esquadrão. Então ela planejou a vida dela pra cumprir essa etapa da vida operacional e esperar o melhor momento pra ter filho, se ela tivesse, essa história seria diferente [...]”

Nesse trecho, como estratégia de credibilidade para fundamentar o argumento quanto a uma possível incompatibilidade entre a carreira operacional e a maternidade, o enunciador cita o caso de uma militar que teria optado por “esperar o melhor momento pra ter filho” e enfatiza ainda que “se ela tivesse, essa história (operacional) seria diferente”. Na construção da imagem de si, é possível apontar um reforço, quanto à maternidade, da ideia de exclusividade entre as funções a serem desempenhadas pela mulher, percebidas praticamente como excludentes entre si as funções operacional e maternal.

Com a mesma tendência, no GF3, ao passarem para as considerações finais acerca do processo de integração das aviadoras na FAB e como seria percebido esse “saldo” para a FAB, um participante argumentou:

(9) “[...] Agora vamos colocar uma situação de colocar uma mulher na primeira linha da aviação de caça, aí ela vai fazer o curso dela, vai voar sessenta, setenta horas num ano, aí ela vai e resolve ter filho. Ela vai ter filho e nunca mais ela vai voar, nunca mais ela vai voar. Então essas horas que pra gente são caras, a gente tem pouca hora para dar pra treinamento, vão ser gastas com um... um... militar ou a militar que depois aquilo ali não vai servir mais, entendeu? Então não é por desempenho, não é por isso. É por causa do cenário, eu vejo assim e por causa da estatística que a gente tem até hoje que das quatro, nenhuma continua [...]”

No excerto acima, o locutor vale-se de argumentações quanto à gestão dos recursos que são trazidos como escassos apontando assim uma justificativa para que não fossem gastos com um (ou uma) piloto que não iria voar “nunca mais” após “resolver ter filho”. Assim, é possível apontar o uso de uma estratégia argumentativa baseada em fatos observados pelo militar na condição de piloto, de modo a passar

credibilidade à sua fala, sob a justificativa de uma otimização de recursos a partir da posição adotada pelo locutor.

Assim, o *ethos* militar apresentado aponta para aspectos gerenciais (o caso citado foi da aviação de caça) diante de possíveis riscos ao se investir em uma mulher que poderia estar associada a um maior risco de perdas do recurso disponibilizado, dada a possibilidade de a aviadora engravidar durante essa formação.

Assim, quanto à abordagem da temática nos grupos focais, foi possível observar grande participação e interação entre os participantes no sentido de reforçar a opinião coletiva compartilhada pelo grupo. De maneira geral, observa-se a construção da imagem das aviadoras de si acerca da maternidade como algo de significativa relevância na carreira da piloto militar, podendo ainda, ser tratado como um marco nela.

A percepção do sacerdócio à maternidade, que foi problematizada por Badinter (1985), foi observada nas argumentações de todos os grupos focais e estes apontaram ainda para uma mudança nas prioridades dessas militares (percebidas como se fossem mandatórias), o que reitera a percepção de exclusão entre a carreira e a maternidade, uma vez que cada área já exigiria total dedicação da mulher. Podemos destacar ainda um silenciamento quanto a figura do homem nesse processo, como dito anteriormente. Essa perspectiva será abordada com mais detalhamento na próxima categoria de análise, a família militar.

Da análise do *corpus* então, foi possível observar o uso das estratégias de argumentação, como de legitimidade e credibilidade nas quais os enunciadores valeram-se de meios para “ancorar” e justificar suas posições de argumentação. Observou-se ainda uma possível interferência da presença da pesquisadora e da mediadora na produção dos discursos, percebida na escolha dos termos a serem utilizados na apresentação de posições de discordância quanto ao investimento que poderia ser gasto com “um militar... um... uma militar e que depois aquilo ali não serviria mais”.

Em relação à construção do *ethos* militar, a interferência de aspectos aventados como característicos da mulher, como a maternidade dentro do ambiente operacional, ganhou destaque, tornando-se um aspecto de preocupação, sendo percebida como um elemento crucial para o planejamento e a gestão dos recursos. Em todas as argumentações sobre o assunto maternidade no ambiente operacional, esta foi apontada como um destino da mulher e que estaria inscrito desde toda a eternidade

em sua natureza, seguindo a mesma problemática abordada por Badinter (1985). Assim, as construções da imagem de outrem (aviadoras mães ou hipoteticamente mães na Unidade aérea) apontavam essa visão materna estereotipada.

Nesse sentido, a percepção quanto ao desempenho profissional das aviadoras teria se desenvolvido de maneira semelhante aos demais pilotos até o momento que engravidassem e se tornassem mães. Assim, o *ethos* militar da aviação passou a perceber um aspecto que estabeleceria um marco na carreira operacional da piloto e, como imagem de outrem, estas teriam suas prioridades alteradas, acarretando até o fim da atividade aérea.

Dessa forma, a maternidade foi apresentada como algo restritivo operacionalmente ou ainda incompatível com este tipo de atividade, recaindo, novamente, os discursos no corpo da mulher, circunscrevendo-as a um “destino certo”.

8.2.3 Família militar

A terceira categoria de análise proposta, diferentemente das demais, que foram marcadas pelas citações e pela presença nos discursos produzidos, pode ser percebida também a partir das ausências e dos silenciamentos. Nesse sentido, cabe reiterar que as abordagens superficiais ou ainda aquelas com baixo desenvolvimento do assunto também constituem aspectos relevantes dentro da análise dos discursos. Assim, busca-se observar, dentro das construções do *ethos* militar da aviação, como são percebidas as relações familiares, a partir do ingresso das aviadoras.

No GF2, ao se referirem sobre as possíveis ausências do lar de uma aviadora, um participante (GF2PN) comparou o contexto operacional à sua realidade familiar:

(10) “[...] Eu acho que é mais da mulher em relação ao seu filho do que outra coisa. Por exemplo, eu vou lá, tenho minha filha. Ela vai precisar passar quinze dias fora, claro, vou ter dificuldade, vai ser... minha mulher vai trazer minha sogra, pra ficar com a minha filha e vai passar os quinze dias fora. Hoje ela é militar também. Ela é tenente temporária. Se ela precisar fazer um curso agora de quinze dias fora, ela vai passar os seus quinze dias fora e eu vou dar meu jeito de ficar com a menina. Mas eu acho que tem casos em que a filha não consegue ficar sem a presença da mãe ou a mãe não consegue ficar sem a presença da criança. Não consegue seguir. Eu acho que é muito mais isso, a família não tá adaptada à falta da mãe, pra criança. Porque o pai é muito mais fácil de ser sacado. A mãe não, pelo menos eu acho que é o que a mãe pensa. É o que eu tô te falando, se minha mulher passar quinze dias fora, eu tenho uma menina de quatro anos, eu vou ficar com ela

tranquilamente. Tranquilamente não, vai sofrer, mas eu vou ficar. Eu dou conta, minha sogra estando lá ou não estando lá, entendeu? [...]

Nessa argumentação, o participante, ao buscar alicerçar sua fala em uma capacidade de tutela maior da esposa e das outras mulheres da família do que de aspectos mais amplos, ancorando-se no seu caso particular, acaba transmitindo a ideia oposta quanto à ausência da mãe no ambiente doméstico por um período considerável (15 dias). Um aspecto de excepcionalidade da ausência da mãe pode ser percebido e que o processo não será tranquilo pois “vai sofrer, mas eu vou ficar. Eu dou conta, minha sogra estando lá ou não estando lá”. Nota-se que, se, por um lado, a ausência da mãe é uma excepcionalidade, por outro lado, é a presença (por quinze dias) da figura paterna que aparece como excepcional no aspecto do cuidado integral da criança.

Nesse sentido, embora se busque argumentar quanto aos possíveis aspectos individuais da mulher, os quais seriam uma espécie de “barreira” para o desempenho de suas atividades profissionais longe do lar, em especial quanto aos cuidados com os filhos, o locutor acabou por reforçar o caráter atípico dessa situação, reiterando assim, os papéis naturalizados socialmente para a mulher (BIROLI, 2018).

No GF3, ao propor aos participantes que argumentassem sobre alguma questão após o ingresso das aviadoras que tivesse impactado na escala de voo, um participante argumentou:

(11) “[...] Tive no sentido de já ter filho, então isso gerava pra gente uma dificuldade maior, né. Principalmente a questão dela, com a criança pequena, aí fica doente então são coisas que a família, nessa fase da vida, ela já demanda mais. Então a gente teve algumas situações que a gente teve que sentar, reorganizar, e traçar alternativas ali [...] mas criou conflito com os demais porque em algum momento a gente teve que ... chegou ao meu... teve que chegar ao comandante para que o comandante achasse uma situação principalmente com relação a escala. Um desconflito de escala que foi causado por uma questão de filho, né. Então assim... esse aspecto da maternidade, ela pode... causou, causou, um certo desconforto e gerou conflito dentro do esquadrão, mas que acabou que foi acertado, foi ajeitado. Mas é um caso, que eu diria tem um valor muito pesado a questão do equilíbrio aí família... muito mais talvez que nos homens. Porque a mulher ela... ainda hoje... ela que abarca muito mais essa situação com os filhos, doença e tudo mais. Ela estava sendo cobrada para ter uma postura meio que dos homens né, em que a mulher fica em casa e resolve essa situação, né. Aí eu tive que intervir pra dar uma equacionada.”

Diante do fato trazido por esse participante, é possível perceber a associação exclusiva da mulher aos cuidados com os filhos e de como isso teria gerado conflitos no grupo, haja vista as diferenças na percepção acerca do assunto. Apesar de ser mãe e permanecer voado, foi esperado por seus pares que a militar tivesse uma postura de homem (subentendida como manter suas atribuições profissionais de qualquer maneira, pois há um “suporte” em casa, a esposa).

Assim, na construção da imagem das aviadoras, o enunciador aponta que há uma diferença entre seus tripulantes em virtude do cuidado à criança pequena, porém atribui à mulher “essa situação com os filhos, doença e tudo mais”. Pode-se especular que essa problemática do grupo ocorreu apenas quando foi inserida a mulher no contexto.

O aspecto família militar não apareceu nas argumentações do GF4, talvez porque a temática maternidade tenha sido abordada de forma superficial, citada apenas como um período em que a militar seria afastada da atividade aérea. Não se pode afirmar ainda se os integrantes desse grupo tiveram alguma vivência sobre esse aspecto em suas Unidades Aéreas.

Assim, no que tange às argumentações quanto ao papel do cônjuge na condição dos cuidados familiares e de crianças, este foi apresentado de forma branda, ou ainda silenciada nos grupos focais, de modo a associar a mulher ao cumprimento dessas atribuições, dentro dos papéis relacionados à divisão sexual do trabalho. Retomando-se o trazido no excerto (10),

(10) “[...] Eu acho que é mais da mulher em relação ao seu filho do que outra coisa. Por exemplo, [...]minha mulher vai trazer minha sogra, pra ficar com a minha filha e vai passar os quinze dias fora. Hoje ela é militar também. Ela é tenente temporária. [...] Mas eu acho que tem casos em que a filha não consegue ficar sem a presença da mãe ou a mãe não consegue ficar sem a presença da criança. [...] a família não tá adaptada à falta da mãe, pra criança. Porque o pai é muito mais fácil de ser sacado. [...] se minha mulher passar quinze dias fora, eu tenho uma menina de quatro anos, eu vou ficar com ela tranquilamente. Tranquilamente não, vai sofrer, mas eu vou ficar. Eu dou conta, minha sogra estando lá ou não estando lá, entendeu? [...] “

Observa-se que o enunciador cita um possível afastamento de sua esposa (que é oficial temporária da FAB) e os cuidados com a filha como “algo contornável”, porém acaba por reiterar a excepcionalidade da situação, voltando o foco para as atribuições da mulher na esfera privada. Acrescente-se a isso que o participante acredita ser esta

também a visão das pilotos, como se pode perceber no trecho “Porque o pai é muito mais fácil de ser sacado. A mãe não, pelo menos eu acho que é o que a mãe pensa.”

Assim, na construção de sentidos sobre o *ethos* militar, as funções que seriam percebidas, dentro de uma visão mais tradicional da divisão do trabalho, como marcadamente relacionadas às mulheres, como o cuidado com as crianças, a família foi apresentada como algo conflitante com o desempenho da função de combatente. Em continuidade, a maternidade se apresenta como algo que poderia comprometer o desempenho operacional. Contudo, o grau de comprometimento dos cônjuges, ao se tratar de família iniciada com um envolvimento maior entre os parceiros (como no casamento) não seria o mesmo daquele atribuído a partir da maternidade como debatida anteriormente, ao evidenciarmos que a sociedade seria estruturada a partir de posições “naturalizadas”.

Nas argumentações trazidas acerca do assunto, não foi possível observar a interdependência citada por Goldstein (2009). Embora seja sabido que uma boa estrutura familiar constituiria um elemento de suporte à carreira operacional, foram observadas poucas argumentações nesse sentido, como a descrita no excerto 10, em que o piloto afirma ser “capaz” de tomar conta da filha de quatro anos, sozinho ou com a ajuda da sogra. Entretanto, permanece a ideia de excepcionalidade da situação paterna de cuidado. Assim, apesar do silenciamento quanto a essa perspectiva, cabe a reflexão quanto à posição de interseção da mulher nas esferas social, do trabalho e da família, as quais, como citado pela autora, tendem a interpenetrar-se no mundo militar.

Nesse sentido, como parte desse *ethos* militar, o estreitamento entre família e carreira, já apontado em estudos com foco na carreira do homem, pode adquirir novos significados ao se considerar a mulher combatente ou ainda no desempenho de atividades operacionais. Outro aspecto que deve ainda ser considerado é quanto aos diversos arranjos familiares possíveis, os quais podem assimilar as atribuições normalmente associadas às mulheres.

Além disso, mesmo após a realização da coleta de dados, foi possível observar que a pandemia de Covid-19⁶⁰ apontou algumas fragilidades quanto ao arranjo familiar

ao se pensar no cuidado de crianças enquanto os pais desempenham sua atividade profissional, uma vez que as creches comerciais e os idosos (geralmente os avós) não puderam mais ser considerados como apoio à família militar, visto o fechamento dos estabelecimentos comerciais e as pessoas de mais idade serem mais suscetíveis a infecções causadas pelo vírus. No caso das mulheres militares – “naturalmente” associadas, como todas as mulheres, aos cuidados com os filhos – e em especial daquelas no desempenho de atividades operacionais, é lembrado que devem prosseguir em suas atividades independentemente de aspectos pessoais, atuando principalmente em situações de crise.

Nesse sentido, cabe-nos problematizar quanto à necessidade de implementações de políticas de gênero, em especial no âmbito da Defesa, a fim de fornecer meios que abarquem as militares combatentes ou aquelas inseridas no contexto operacional, com vistas ao aprimoramento da atividade militar, ao se considerar as especificidades dessa parcela de seu efetivo. Países como EUA⁶¹ e Japão⁶² promoveram o funcionamento de creches 24h e com funcionamento 7 dias por semana de modo que esses estabelecimentos atendessem as demandas específicas da família militar diante ao serviço.

Foram, ainda, feitas breves considerações quanto à família militar e a um possível deslocamento de sua configuração em virtude da condição da mulher não apenas como elemento de apoio (esposa e cuidadora) mas relacionando-a à atividade operacional, em interseção nesse ambiente. Assim, passaremos à observação das possíveis ressignificações que foram observadas no contexto profissional, as quais apresentariam significativo potencial de interferência sobre o *ethos* militar da aviação.

8.2.4 Ressignificações

Cabe destacar que a escrita do texto da dissertação ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

⁶¹

Dentre as diversas vertentes de apoio à família militar, o *Child and Youth Programs* (USA, 2019), inclui o “military child care”, que gerencia creches no formato 24/7 a fim de atender a dinâmica do serviço. Ver: <https://public.militarychildcare.csd.disa.mil/mccu/ui/#/>

⁶²

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120703_video_japao_creche_is

Ao se tratar das percepções do que poderia ter se modificado no ambiente ou nas relações do grupo em estudo, esta categoria constitui um aspecto relevante para a análise pois, dentre as quatro categorias propostas, essa mostraria uma relação direta com o conceito de *ethos* militar, sendo “eixo” de todo o estudo. Assim, observar os aspectos que foram apontados pelos enunciadores, tais elementos ancoram-se no lugar de fala desses militares enquanto observadores capazes de apontar de que forma se deram tais ressignificações nas relações e no ambiente.

Abordaremos os principais trechos trazidos nos grupos focais para, após isso, passarmos às considerações gerais sobre as ressignificações observadas no *corpus* do estudo. Nessa linha, ao pontuarem quanto aos aspectos que teriam se modificado, GF1P5 aponta dois aspectos:

(12) “[...] Mas, o que eu senti, os instrutores, houve uma mudança de cultura, a gente começou a pensar mais no nosso peso de mão⁶³. A gente para não dizer que estava sendo injusto, a gente começou a comparar o peso de mão com todo mundo. A gente começou a comparar. Estou cobrando só de um ou eu estou cobrando do outro igual. Eu tô diferente? Eu acho os instrutores no geral, quando a gente estava nessa unidade, começou a ter uma preocupação maior de como é que está o meu peso de mão. Coisa que a gente não pensava e ia acontecendo naturalmente, e o pessoal passou a se preocupar mais, justamente para não cair na injustiça. Como eu falei, alguns acabaram cometendo, mas pelo menos essa preocupação existia. O pessoal comparava como estava voando com um, como estava voando com outro e eu achei que foi positivo. [...] Um aspecto interessante eu senti com relação a cultura, eu se alguém já abordou isso, não foi nem com relação ao esquadrão, mas às esposas. A chegada da aviadora pra muitas delas foi uma ameaça, porque elas estavam mal acostumadas. É claro que tinha mulher antes, mas elas estavam mais distantes, então a chegada de uma mulher que conhecia todas as gírias, que era aviadora também, que era a mesma profissão, que era independente, que participava de tudo, de todas as conversas, participava das viagens, das missões, então isso aí gerou em muitas esposas uma inquietação, gerou uma inquietação, mas que não foi nada grave, que causasse transtorno [...]”

Primeiramente, o locutor aponta para uma preocupação quanto à justiça na avaliação da atividade aérea, despertada a partir da chegada da mulher na Unidade. O profissionalismo durante a avaliação teria ganhado nova perspectiva uma vez que houve a percepção de um possível tratamento diferenciado diante da mulher na

63

Termo que se refere ao nível de cobrança aplicado na avaliação da instrução em voo.

execução da atividade operacional, a qual foi ainda apontada como aspecto positivo pelo enunciador.

O outro ponto citado pelo mesmo participante foi quanto à percepção, por parte das esposas, da aviadora como uma ameaça ao casamento. A perspectiva abordada enfatiza a proximidade delas com os maridos no ambiente operacional pois, embora já houvesse mulher na FAB antes das aviadoras, a piloto seria um elemento conhecedor de características mais intrínsecas do grupo.

Nesse sentido, durante a construção do *ethos*, é possível apontar uma preocupação em se avaliar os aviadores de forma justa a partir da chegada da mulher, bem como o gerenciamento da presença dessa integrante “mais próxima” no ambiente operacional face às percepções das esposas.

Já no GF2, no debate sobre esses possíveis aspectos que foram ressignificados, um participante que não foi identificado (GF2PN) cita:

(13) “[...] É diferente, mas é detalhe assim, que é zero à esquerda é só simplesmente um grupo de homens conversando e um grupo que tem mulheres também conversando. Existem diferenças, existem. Falam mais besteira, tem mais liberdade num grupo que só tem homens, mas assim, muito pequena a diferença, então a dinâmica acontece bem de qualquer forma. Existem diferenças, existem. Mas não muda muito, até a própria qualidade do grupo não muda, o desempenho (profissionalmente). Agora essa parte social, pode ter uma mudançazinha. [...] Não... a questão é, vai contar uma história cheia de detalhes, e quando tem uma menina perto dele, ele não fala aquela história.

Essa percepção normalmente é quando tem um pessoal mais antigo que não teve tanto contato com mulher. Tem turmas que não tinham nem mulher intendente na AFA ainda, né ? Esse pessoal fica um pouco mais receoso de falar determinadas coisas ali quando tem mulher, fala de uma maneira, quando não tem fala de outra. Mas o pessoal mais novo, que já passou na academia, é indiferente se tem homem ou mulher, falam da mesma maneira [...]”

No trecho acima, o locutor busca minimizar a relevância das ressignificações ocorridas no meio, fazendo uso da expressão “detalhe assim, que é zero à esquerda”, porém aponta inicialmente modificações na forma de conversar, e uma indicação na restrição à liberdade, se fosse num grupo só de homens. O enunciador cita ainda que o desempenho do grupo (profissionalmente) não passaria por mudança, porém, no aspecto social, teriam ocorrido ajustes na forma de falar ao se considerar a presença de mulheres no mesmo ambiente. Ou seja, observa-se, durante o decorrer da fala, a alternância de posicionamento quanto à existência, ou não, de alterações no grupo.

O locutor inicia minimizando a relevância das ressignificações (“zero à esquerda”), em seguida declara a existência de diferenças (“Existem diferenças, existem”), retorna ao movimento anterior de minimização, até supressão (“não muda muito, [...] grupo não muda”), para, a seguir, demonstrar que essa mudança estaria localizada fora do âmbito profissional (essa parte social pode ter uma mudançazinha”). Note-se o uso do diminutivo “mudançazinha”, que denota um valor de irrelevância às mudanças que, porventura, tenham ocorrido.

Em sua argumentação, o locutor considera ainda que essa percepção seria mais evidente entre os aviadores mais antigos e que, por conta disso, não tiveram contato com outras cadetes durante o período de formação. Tal oportunidade foi entendida como uma forma de se acostumar com a presença desde a formação, o que resultaria numa tendência menor à mudança comportamental.

Assim, podem ser apontadas ressignificações sociais, principalmente quanto ao linguajar utilizado ao se considerar a presença da piloto no ambiente. Essa ressignificação foi trazida ainda como algo não homogêneo dentro do grupo dos aviadores, sendo sua representação mais intensa e marcada em militares de maior antiguidade e com menor impacto em militares “mais novos”.

De forma convergente ao trazido anteriormente, e reiterando ainda o trazido pelo GF1P5 no trecho (12), no grupo focal 3 foi possível observar argumentações que apontavam para ressignificações quando ao linguajar bem como quanto à isonomia na cobrança empregada, nesse sentido, o participante GF3P3 complementa:

(14) “[...] Mas o esquadrão realmente, é... em média, o pessoal tende a segurar um pouco mais o linguajar, o trato, no começo, mas é coisa discreta também, não percebi uma mudança muito gritante. Alguns excessos que a gente comete entre homens, que é natural, de linguagem você acaba segurando um pouquinho, depois, como a mulher chegou, ela também se adaptou, depois a gente volta a ser mais natural, né no trato. Mas eu percebia que quando a gente tinha que cobrar, todo mundo tomava cuidado com isso, pessoal... a gente tem que se cobrar igual. Primeiro pra valorizar, porque como é a pioneira, né, vocês da primeira turma, enfrentam alguma resistência, podem, inconscientemente também serem aliviadas por outro lado, podem sofrer pressões até mais do outro lado, a gente não sabe. Pessoal, a gente tem que aplicar a isonomia, ficar isento. Pra todos os efeitos, pra ajudar as meninas e pra na hora que balancear, olha, a gente aplicou o mesmo peso para todos. [...]”

Nesse trecho o locutor enfatiza ainda o papel da mulher nesse processo, a qual também se adaptaria, contribuindo para um tratamento que “voltaria a ser mais

natural”, apontando para a criação de uma espécie de vínculo que permitiria um “relaxamento”. Temos ainda a retomada da construção da imagem de si preocupada com a isonomia da cobrança dos pilotos, quer sejam homens ou mulheres.

Ainda nessa perspectiva da ressignificação social, durante quarto grupo focal foi comentado por um participante (GF4PN):

(15) “[...] Naturalmente antes da chegada dessas primeiras mulheres na unidade, o ambiente que é formado só por homens ele tem uma forma... uma comunicação diferente, costumes um pouco mais... eu posso falar um pouco mais jogado, o homem é um pouco mais jogado, mais desleixado. Então antes da chegada dessas mulheres realmente houve uma conversa né, no esquadrão, e falou ó, estão chegando aí, no meu caso no esquadrão V, ainda em 2007, mas já sabíamos que iríamos receber mulheres. Então houve um briefing do comandante que era bastante preocupado com isso com relação ao que se falar, a própria sala dos pilotos, que era um lugar pra ficar um pouco mais à vontade. A vontade eu digo assim, de falar as coisas, de se expressar... então foi tida uma conversa. Falou assim, ó agora realmente a gente tá... tá mudando. Não se pode mais falar o que quer, da forma que quer, pelo fato de serem mulheres, o respeito sempre foi colocado como ponto inicial, apesar das meninas quando elas chegaram, elas se inteiraram bem ao grupo. A gente sabe que aquele... o pisar em ovos como a gente fala do início existiu, mas depois isso acaba conhecendo e você acaba conversando de uma forma um pouco mais natural, mas teve isso no começo, teve um briefing, algo nesse sentido para que o pessoal não, não extrapolasse, não causasse um desconforto para com as mulheres que estavam chegando lá num ambiente totalmente, até aquele momento 100% masculino [...]”

Nesse sentido, e como um reforço dos aspectos apontados no excerto (14), o enunciador cita os aspectos comportamentais quanto à forma de falar e de se portar na sala dos pilotos que até então “era um lugar pra ficar um pouco mais à vontade”. Entretanto, tais percepções no esquadrão citado foram pontuadas sob a forma de uma conversa do comandante com o grupo, chamada “briefing” no ambiente militar, com o intuito de ressaltar os aspectos que deveriam ser observados por todos.

Assim, ao observar o excerto, é possível apontar a percepção clara da ressignificação comportamental pelo grupo, que teria ganhado um tom formal a partir dos apontamentos realizados pelo comandante com os demais pilotos. Na construção da imagem de si, o sujeito coletivo (aviadores) percebe o ambiente “até aquele momento 100% masculino” que tem base no respeito como elemento norteador desse processo de integração.

Ainda nas argumentações sobre as possíveis modificações no ambiente, outro participante que não foi possível identificar (GF4PN), complementa sobre o relacionamento com as mulheres:

(16) “[...] Até porque a gente brinca: tá com o filtro ativado aí? Vocês têm o filtro, né? Ativa o filtro, sabe o que escuta, tem coisa que é ouvido de mercador, sai por aqui, entra por aqui... então... elas também se adaptaram ao meio. Obviamente né, como eu falei, teve aquela... o pessoal da uma segurada na onda, mas... também a outra parte também vai se acostumando com aquele meio de falar besteira, obviamente nada a princípio direcionado, mas sempre escapa uma besteira né? Então a gente falava que o filtro era um filtro bom, um filtro ativado, que só pegava o que interessava mesmo e o resto elas acostumaram bem a deixar passar. Pelo menos era a impressão que a gente tinha né. [...]”

Ao prosseguirem sobre as ressignificações comportamentais, o enunciador argumenta quanto à capacidade de adaptação das pilotos. Assim, na construção da imagem de outrem (aviadoras) o enunciador pontua a capacidade delas de selecionar, dentre os assuntos tratados no ambiente, o que seria considerado “besteira”. Nesse trecho é possível observar como as relações entre homens e mulheres pilotos se ajustaram no ambiente, passada a percepção inicial de mudança.

Assim, ao se tratar de forma ampla quanto às ressignificações percebidas pelo grupo, foi possível observar argumentações nos quatro grupos focais no sentido de apontar para a preocupação quanto ao comportamento comum entre os homens e esse “ajuste” quanto ao que seria dito e a forma como seria dito (principalmente nos momentos descontraídos e informais). Nesse sentido, pode-se apontar que essas modificações no comportamento dos demais pilotos quanto ao vocabulário e postura, como forma de demonstração de respeito à figura da mulher, face às normas de educação e convenções sociais de comportamento.

Houve ainda sinalizações em todos os GF quanto ao nível de cobrança durante o desempenho das atividades operacionais, de forma a manter o mesmo “peso de mão” perante ambos os sexos. Assim, na construção da imagem de si perante o ingresso das aviadoras, pode-se citar a busca pela demonstração de um nível de profissionalismo tal que não permitisse leniência ou excessos em avaliações que ocorrem no voo.

De maneira geral, os participantes perceberam que houve uma mudança no ambiente e que por isso, seria necessário adaptar alguns aspectos nesse ambiente (que apesar do convívio com médicas de esquadrão e graduadas) foi apontado como totalmente masculino. Entretanto, esses ajustes foram apresentados de forma suave, como pequenos ajustes, e que não teria acarretado transtornos significativos ao grupo. No GF1 inclusive, essa busca por um ambiente mais profissional foi colocada

como um aspecto positivo, já que um ambiente composto apenas por homens poderia ser mais permissivo, sob a possibilidade de impactar no foco da instrução aérea já em um esquadrão operacional.

Houve argumentações ainda no sentido de transferir essa mudança comportamental à(s) piloto(s) como sendo um reflexo da postura dela diante dos colegas, como se tivesse ocorrido em dois momentos. Num primeiro momento teria tido uma barreira marcada com preocupações evidentes do grupo, gerando inclusive mudanças de comportamento interna. Com o tempo, porém, tais modificações tenderiam a se abrandar, facilitando a aproximação e que resultaria em um tratamento menos formal com as aviadoras. Como foi citado no excerto (16), o critério de absorção ou de minimização de possíveis incômodos das pilotos perante as “besteiras” ditas, aponta para a percepção das ressignificações comportamentais ao se considerar a construção de vínculos entre si, resultando em confiança entre as partes que teriam contribuído nesse processo, cada um à sua forma para tal.

A construção da imagem de si quanto às possíveis ressignificações deu-se no sentido de argumentar inicialmente que não teriam ocorrido mudanças em si, porém, ao discorrerem sobre o assunto, tais ressignificações foram trazidas de forma branda, como ajustes comportamentais simples, com foco no linguajar utilizado.

Assim, como a última categoria de análise proposta, foi possível perceber de acordo com as argumentações dos participantes que a forma de agir do grupo, seus modos de pensar foram impactados naquele momento da inserção de mulheres no ambiente operacional tendo passado por adaptações e ajustes diante do que se entendia como aceitável, (re)considerando comportamentos de um ambiente composto exclusivamente por homens para posturas e esperadas para o trato com mulheres.

Quanto às tradições que fazem parte do *ethos* militar, não houve argumentações que apontassem mudanças ou adaptações em virtude da chegada da mulher, o que poderia ser atribuído à perenidade desses aspectos no ambiente da aviação militar. Desse modo, podemos pontuar que o *ethos* militar, enquanto construção de sua própria imagem e modo de agir do grupo dos aviadores inseridos nesse contexto, passou por ressignificações ao se considerar a presença de mulheres no ambiente operacional.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho deste estudo se iniciou com a motivação da pesquisadora que, enquanto oficial aviadora componente da primeira turma a ingressar na Força Aérea, questionava-se sobre a forma como ocorreu tal processo de integração das mulheres nas Unidades Aéreas. Os questionamentos iniciais levavam em conta que a área de atuação dessas militares as diferenciava das demais militares, pois saíram do âmbito administrativo para atuarem como combatentes.

Assim, para que fosse possível estabelecer o caminho que seria percorrido, foi feita a revisão bibliográfica do assunto gênero nas Forças Armadas, com foco na mulher militar, observando-se os aspectos culturais envolvidos. Assim, percebeu-se que o termo *ethos* aparecia ao se buscar sobre aspectos culturais no meio castrense. Por se tratar de um termo híbrido, que apresenta características sociais e discursivas, pensou-se em desenvolver esta pesquisa valendo-se dessa característica, ao definir como escopo a observação do *ethos* militar na aviação da FAB, a partir do ingresso de mulheres neste quadro.

Antes de desenvolver o percurso propriamente de estudo, foi preciso conhecer sobre as perspectivas de gênero que fazem parte do cenário no estudo das mulheres militares. Compreender as conquistas feministas dentro do escopo social, bem como trazer algumas considerações sobre como o termo sexo-gênero é percebido nas sociedades, possibilita reflexões acerca da busca de equidade de gênero.

Foram trazidas breves considerações sobre a maternidade, uma vez que sua percepção tem mudado na sociedade por questionamentos ligados à lógica de se indagar se ela (a maternidade) seria uma regra da natureza da mulher e condicionada ao amor materno intrínseco. Passou-se a um breve histórico da mulher militar, a qual acompanhava as tropas desde longa data e, ainda, combatiam por seus países, sob trajes de homens, conforme registros históricos das Guerras.

Notou-se também que as grandes Guerras permitiram o acesso de mulheres às atividades militares de saúde, logística e administração, dada a grande demanda exigida, porém não houve mudanças significativas no período pós-guerras.

Nessa baila, o trabalho de pesquisa trouxe uma contextualização quanto à presença das militares no Brasil, e quais possibilidades de atuação foram implementadas. Foi dada especial atenção às militares na FAB, por meio da apresentação de um panorama da participação de mulheres nesta Força.

Em seguida, argumentou-se acerca das políticas de gênero no Brasil. A jornada trilhada até a materialização quanto à possibilidade de ingresso no QOAv de mulheres não ocorreu em virtude de uma decisão isolada. Um conjunto de aspectos políticos, nacionais e internacionais, conjugados às mudanças no cenário dos conflitos contemporâneos e das evoluções tecnológicas, fizeram parte desse processo de abertura.

No contexto internacional, destacou-se o papel da Organização das Nações Unidas, a partir da criação da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”. Nela, buscou-se uma ressignificação do papel da mulher nos conflitos armados, como elemento de promoção e consolidação da paz. Neste capítulo foram ainda abordadas as mudanças no perfil das guerras contemporâneas e como isso impactaria no “novo soldado”, que tenderia a se desvincular de características como força e virilidade, geralmente associadas ao masculino.

Passou-se então a argumentar sobre quais aspectos estariam relacionados com a condição de combatente, em especial na Força Aérea Brasileira, a partir das legislações e definições existentes. Esse capítulo tornou-se relevante pois estabeleceu bases para a compreensão da condição das aviadoras. Para tal, coube considerar que o processo de se tornar combatente integra um movimento sutil, de “construção” desse militar, imerso em diversas características identitárias, que podem ser entendidas por meio do *ethos* militar.

Seguiu-se para uma explanação sobre o *ethos* militar e sua relação com o discurso. Neste capítulo foram apresentados os aspectos da Análise do Discurso de linha francesa que foram utilizados para a fundamentação e o subsídio à análise dos dados.

A metodologia para este estudo baseou-se na estruturação da coleta de dados por meio de Grupos Focais. Esses grupos contaram com a participação de Oficiais Aviadores que se encontravam nas Unidades Aéreas quando da chegada das primeiras aviadoras. Como militares detentores de um lugar de fala compatível com a proposta de pesquisa, considerou-se que poderiam apontar como e quais teriam sido as modificações culturais ocorridas. A escolha dos Grupos Focais deve-se ao fato de que esta ferramenta permite um maior aprofundamento no assunto proposto bem como um melhor envolvimento entre os participantes do que uma entrevista individual.

Para tal, como oportunidade e conveniência, sugeriu-se que tais grupos fossem realizados com oficiais alunos do CCEM. Foram realizados quatro grupos focais em dois dias diferentes e foi atingida a saturação dentro da temática proposta.

Na análise, foi necessário apontar aspectos sobre a condição da pesquisadora enquanto mulher e integrante da primeira turma de aviadoras da FAB, bem como os possíveis impactos disso nos atores e lugares do ato comunicativo realizado. Foram trazidos excertos dos grupos focais de forma a analisar, a construção da imagem de si dos aviadores (sujeito coletivo). As seguintes categorias de análise foram definidas para a análise: marcações gendradas; maternidade e operacionalidade; família militar e ressignificações.

Pela análise dos discursos realizada, foi possível perceber que os sujeitos (aviadores) argumentaram sobre as diferenças fisiológicas e hormonais entre homens e mulheres, e que houve um processo de adaptação pelas aviadoras. Tais adaptações geraram até certa surpresa positiva quanto ao desempenho operacional, que teria ocorrido de maneira compatível ao esperado de qualquer outro militar na mesma função.

Pode-se citar, por exemplo, que os discursos produzidos apontam uma apresentação de gêneros ainda de forma dicotômica, com forte ligação às marcações de gênero atreladas aos estereótipos. Entretanto, é possível pontuar a reiteração de argumentações no sentido de desvincular algumas das características tidas como associadas às mulheres (delicadeza, cuidados estéticos) como algo relacionado diretamente às aviadoras.

Quanto à maternidade, de maneira geral, a percepção dos participantes aponta para o entendimento de que o desenrolar da carreira operacional das aviadoras teria se dado da mesma forma que os demais militares até o momento em que seriam mães. A maternidade foi apresentada como algo restritivo operacionalmente ou ainda incompatível com este tipo de atividade, podendo estabelecer um “marco” na carreira da aviadora. Dessa forma recaem, novamente, os discursos no corpo da mulher, circunscrevendo-as a um “destino certo”, reiterando a problematização trazida por Badinter (1985), quanto à percepção da dedicação unívoca da mulher à maternidade.

Sobre a família militar, foram observados aspectos no sentido de reforçar as atribuições da mulher no cuidado dos filhos, de forma a reiterar para ela a divisão sexual do trabalho com foco na esfera doméstica. Houve um silenciamento quanto ao papel do pai ou cônjuge com os filhos, o que viria a reiterar o relacionamento dessas

tarefas à mãe/ mulher. O estreitamento da família militar com o ambiente profissional, trazido por Goldstein (2009) quanto ao caso do militar, em nosso estudo foi pontuado principalmente quanto às consequências da existência dessa família (ou ainda o “peso” que ela representaria) na carreira da aviadora e em seu desempenho operacional.

Outro aspecto relevante percebido sobre o papel da mulher, naturalizado socialmente como cuidadora, em confluência com a questão operacional, aponta para algumas fragilidades quanto aos arranjos familiares, ao se pensar no cuidado de crianças enquanto os pais (ou ainda a inexistência de uma das partes) desempenham sua atividade profissional. No caso dos militares (principalmente aqueles em atividades operacionais), a pandemia de Covid-19 evidenciou que os atuais modelos de creches comerciais e a assistência dos avós não podem ser considerados como apoio à família militar, visto o fechamento dos estabelecimentos comerciais e à maior susceptibilidade ao vírus (até o momento reconhecida) das pessoas de mais idade.

Nesse cenário, cabe ainda uma reflexão quanto à necessidade de implementação de políticas de gênero, em especial no âmbito da Defesa. Essa implementação teria a finalidade de fornecer meios que abarquem as militares combatentes ou aquelas inseridas no contexto operacional, com vistas ao aprimoramento da atividade militar. Assim, as especificidades dessa parcela de seu efetivo poderiam ser consideradas dentro do escopo dessas políticas. Um exemplo disso pode ser efetivado, por exemplo, por meio da implantação de creches que funcionem 24h e 7 dias por semana, como já acontece em outros países, de modo que esse serviço atenda às demandas específicas da família militar diante da atividade desenvolvida.

Quanto às ressignificações que ocorreram no ambiente operacional, as construções seguiram no sentido de minimizar as possíveis mudanças. Porém, elas convergiram em todos os grupos focais, apontando para modificações no comportamento dos demais pilotos quanto ao vocabulário e à postura, como forma de demonstração de respeito à figura da mulher no ambiente.

Ainda no contexto das ressignificações, foi apontada uma preocupação quanto à isonomia no tratamento, em especial na cobrança quanto ao desempenho em voo. Foi apontada, nesse sentido, uma preocupação quanto à leniência ou ao excesso de cobrança, relacionados ao fato de o piloto em questão ser mulher.

Ainda de modo a atender os objetivos específicos da pesquisa, foi possível analisar que os discursos sobre a preparação das Unidades Aéreas para a chegada das aviadoras apontavam para uma preocupação quanto à estrutura (banheiros, alojamentos), e para a demonstração de que a condução do processo ocorreu de forma natural. Porém, entre os participantes do grupo e de modo informal, houve questionamentos quanto às possíveis dificuldades. Dificuldades essas quanto a diferenças fisiológicas, a posturas diante de situações de gerenciamento de tripulações e ainda expectativa quanto ao desempenho. Esse último quesito tendo gerado, inclusive, uma surpresa positiva no grupo por não haver diferença entre os pilotos.

Quanto à análise sobre a aceitação e a integração das aviadoras ao grupo dos aviadores em atividades operacionais, eventos sociais e afins, os discursos trouxeram que, inicialmente, houve uma preocupação com a forma de falar, com o trato. Segundo os informantes, isso ocorreria uma vez que haveria uma mulher no ambiente. Entretanto, nos quatro Grupos Focais, foi apontado o esmaecimento desse comportamento, como se a militar fizesse uso de um “filtro” de modo a desconsiderar comentários específicos do ambiente masculino.

Sobre as possíveis ressignificações nos aspectos culturais, relacionais e nas tradições da aviação, os aviadores passaram a dar ênfase e a se reavaliarem quanto ao nível de profissionalismo e de cobrança pelo fato da chegada da mulher. O receio de ser menos rigoroso, ou exagerar por qualquer motivo, agregou ao grupo esse senso de justiça independente do sexo.

Quanto às relações no grupo, foi citada uma atuação do comandante em determinada Unidade Aérea. Essa atuação procurou gerenciar uma discordância do grupo sobre a escala de voo, em virtude das diferentes percepções das atribuições da mulher, enquanto agente das esferas pública e privada, e o efetivo cumprimento de sua escala de voo. Essa divergência teria ocorrido por questionamentos quanto a possíveis diferenças no tratamento (entre os sexos) diante das atribuições operacionais dos pilotos. Quanto às tradições da aviação, não foram observadas argumentações quanto às mudanças ou adaptações em função da incorporação de mulheres.

Assim, atingidos os objetivos específicos, é possível então passar para o objetivo geral da pesquisa. O objetivo foi analisar as possíveis modificações e incorporações percebidas no *ethos* militar da aviação na FAB, a partir do ingresso de

mulheres em seu quadro de Oficiais. A análise concentrou-se nos discursos dos oficiais aviadores que observaram esse processo de inserção no ambiente operacional.

Nesse sentido, em virtude do *ethos* militar se tratar de um conceito híbrido, social/discursivo, fortemente relacionado aos discursos, as construções da imagem de si sobre o assunto apontam para a percepção de incorporações ao meio. Ao se considerar características relacionadas aos estereótipos de gênero, a percepção da maternidade foi pontuada como um marco na carreira operacional da piloto. Essa percepção foi reforçada pelo silenciamento quanto ao papel do pai e da família militar nesse processo de criação dos filhos.

Dessa forma, ao se retomar a hipótese proposta, de que “houve modificação no *ethos* militar da aviação da Força Aérea Brasileira a partir do ingresso de mulheres em seu quadro de oficiais”, pode-se observar que as percepções trazidas nos grupos focais apontam para a aceitação dessa hipótese, conforme os apontamentos de modificações observadas e anteriormente citadas.

Cabe destacar que o presente trabalho não pretende encerrar o assunto abordado. A perspectiva observada da entrada de mulheres na aviação da FAB quanto ao *ethos* militar foi trazida a partir da percepção de observadores, os quais, em um outro momento, ou sob outra *mise-en-scène*, poderiam apresentar suas percepções de outra forma.

Outra possibilidade de análise seria traçar um comparativo entre os discursos desses observadores e aquele produzidos pelas militares sobre o processo de chegada nas Unidades Aéreas. Nessa perspectiva, e com lugares de fala diferentes, poderiam surgir novos questionamentos e produtos quanto à análise do *ethos* militar na aviação.

Quanto às reverberações desse estudo, dentro do ambiente interno das Forças Armadas, acredita-se que se faz relevante uma vez que as análises ora propostas, bem como os aspectos apontados por meio dos discursos, poderão servir de subsídio na gestão de pessoal ou ainda para subsidiar a proposição de políticas de gênero na Defesa.

Nesse aspecto, as políticas de gênero viriam considerar as especificidades da carreira militar e englobar o contexto operacional. As militares da área de Controle de Tráfego Aéreo, que ultrapassam 45% do efetivo da especialidade, são outra parcela

do contingente da FAB, que aponta para a necessidade de tais políticas com vistas à manutenção da capacidade aeroespacial da Força.

A seguir, como parte do desenvolvimento deste estudo, torna-se necessário detalhar as propostas de desdobramentos práticos da pesquisa, sob a definição de Mestrado Profissional. Assim, durante o desenvolvimento do termo “combatente”, percebeu-se uma possibilidade de complementação desse conceito para inclusão no glossário das Forças Armadas e, de forma mais ampla e detalhada, no Dicionário de Segurança e Defesa ou similar, a fim de permitir uma reflexão sobre esse militar.

Outra demanda observada foi quanto à abordagem do assunto gênero nos cursos da FAB. Pouco se fala diante das peculiaridades do tema que pode ter dado passos curtos nos mais de 39 anos do ingresso da mulher na Força Aérea. Sugere-se então tratar o assunto na esfera dos instrutores militares (cujo foco volta-se para as escolas e academias militares) no Curso de Preparação de Instrutores de Doutrina Militar e na esfera dos Comandantes de Unidades Aéreas e demais Organizações da Forças no Estágio de Comando da FAB.

Nesse escopo, percebeu-se ainda a possibilidade de envio ao EMCFA, órgão de assessoramento direto ao MD, de uma proposta de ampliação de políticas de gênero na Defesa – sob a forma de um relatório – de modo que estas abarquem a figura da combatente, considerando dentre outros aspectos, os papéis sociais da mulher militar, para o desempenho pleno das atividades operacionais.

Por fim, foi possível observar que a Força Aérea Brasileira, enquanto instituição e representante do Estado, ganhou protagonismo como a Força Armada vanguardista no Brasil para a promoção da inclusão de mulheres em suas fileiras, também em funções de combate, sendo aquela que possui o maior contingente percentual de mulheres. Como resultado disso, em cerca de 20 anos poderá ter a primeira comandante mulher de uma Força Armada brasileira.

Os debates trazidos acerca do “novo papel” da mulher como combatente na FAB são reflexo dos espaços que vem sendo conquistados, frutos dos objetivos feministas de outrora. Nesse sentido, a busca pela equidade de gênero não se trata de algo esgotado e faz parte da jornada em busca da valorização das potencialidades e as afinidades individuais.

10 PRODUTO PROPOSTO

O desenvolvimento desse estudo permitiu, após os estudos e leituras, bem como por meio dos argumentos apresentados, pontuar possíveis lacunas ou ainda oportunidades de aprimoramento institucional e acadêmico na área. Assim, pontuaremos os aspectos observados e a forma como estes foram ou serão executados.

- a) Foi percebida uma lacuna conceitual quer seja no meio militar ou acadêmico quanto ao significado do termo combatente. O conflito contemporâneo bem como as mudanças no perfil do soldado, levantam diversas questões quanto ao que seria o combatente atual. Assim, percebeu-se uma demanda de uma definição conceitual do verbete “combatente” a ser proposto para inclusão no glossário das Forças Armadas e de forma mais ampla e detalhada, no Dicionário de Segurança e Defesa ou similar;
- b) A partir dos Grupos Focais foi possível perceber que, apesar de a mulher estar na FAB há 39 anos, o assunto não é tratado nos diversos círculos de formação. Dessa forma, e com o intuito de ampliar o debate e naturalização do tema, propõe-se a inclusão do assunto “Gênero e Forças Armadas” no Curso de Preparação de Instrutores de Doutrina Militar (CPIDM)⁶⁴ em aulas e por meio da complementação dos textos de apoio. Apesar da convivência com mulheres na FAB, a diferença de gerações de formação entre instrutores e instruídos, especialmente em áreas que contam com a participação recente de mulheres, poderia refletir percepções diferentes quanto aos aspectos sociais inerentes ao indivíduo e militar. Uma abordagem do assunto nesse curso facilitaria uma reflexão quanto a esses aspectos. Outra demanda se dá por outras Forças Armadas nacionais, por exemplo, o EB tem buscado aprimorar-se quanto à formação de mulheres em Academia militar uma vez que, nesta Força, o ciclo ainda está no início, com as cadetes ainda na AMAN. Apesar de a FAB possuir mulheres em Academias desde 1996, o assunto gênero ainda não é tratado no

64

Curso da FAB voltado para oficiais e graduados que desempenham atividades de instrução militar e tem por finalidade capacitar militares que atuam na formação doutrinária militar, para o desenvolvimento do perfil ético, moral, cívico e social dos alunos/cadetes (BRASIL, 2017a)

CPIDM. Importante ressaltar que o tema gênero é mais amplo que tratar apenas de mulheres nas Forças Armadas, entretanto poderia ser o princípio para uma reflexão maior acerca do assunto;

- c) Ainda na perspectiva de ampliar a abordagem do tema e por se tratar de um processo de maior prazo para implementação até que sejam atingidos todos os níveis de atuação, como forma complementar à proposta de mudança de perspectiva sobre a temática de gênero, propõe-se ainda a abordagem do tema maternidade e operacionalidade (ou profissão militar) no Estágio de Comando da FAB⁶⁵, para que estes possam refletir e debater acerca do assunto que provavelmente lidarão em seus comandos (as); e
- d) Por se tratar de um assunto que englobe as três Forças Armadas brasileiras, propõe-se o encaminhamento de um relatório, já redigido, via cadeia de Comando, para fins de assessoramento ao Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), órgão de assessoria permanente ao Ministro da Defesa. Neste documento são trazidas considerações sobre as combatentes e políticas de gênero para a Defesa, bem como visa contribuir para um reforço na promoção da igualdade de gênero nas Forças Armadas. Tais políticas contemplariam principalmente aspectos quanto à maternidade e sua relação com a operacionalidade, considerações acerca da família militar e quanto à importância de uma mudança na perspectiva sobre a temática de forma geral. Para tal serão apontadas ações já adotadas em países do cone Sul e outras forças armadas como EUA e Japão, as quais poderiam – adequadas à realidade nacional – ser incluídas como políticas de gênero no Brasil;
- e) A fim de fechar o ciclo de abordagem do assunto, uma vez que foi proposta a abordagem nos níveis político e estratégico (a partir do encaminhamento ao EMCFA), operacional (Comandantes), ao nível tático (militares) de maneira geral, caberia uma abordagem por meio de palestras ou ainda painéis na AFA e EPCAR, com o intuito de promover debates entre os combatentes em

65

O ECFAB tem por finalidade atualizar os oficiais-alunos nos preceitos da Administração Pública Federal, por meio de palestras, aulas e painéis, para o exercício dos cargos de gestor em organizações militares do Comando da Aeronáutica (BRASIL, 2017b).

formação, acerca da temática. Tais ações promoveriam ao longo do tempo, uma visão crítica e capaz de argumentar sobre o assunto desde a formação.

Cabe ainda considerar que todas as propostas de políticas de gênero e ainda de ampliação na abordagem sobre o tema, as quais apontam para uma “atenção” específica, não se tratando de privilégio ou exagero, mas de uma perspectiva voltada para o tema, haja vista que, como uma instituição marcada por tradições e uma cultura tradicionalmente pontuada por aspectos masculinos, seria natural considerar que ajustes ou ainda adequações sejam necessárias com o passar do tempo, principalmente com o incremento da participação de mulheres nas instituições militares desempenhando as mais diversas funções.

REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, M. A.; TOMAZI, M. M. Perspectivas retórico-discursivas para o estudo da patemização. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), [S.L.], v. 62, n. 1, p. 35-52, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1804-2>.
- AMOSSY, R. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, 2007, p. 121-146.
- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. EID&A - **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.1, p. 129-144, 2011a.
- AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011b. p.09-28.
- ANTUNES, C. S. Mulheres, *Ethos* e Forças Armadas: análise de uma relação. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498826852_ARQUIVO_MulheresEthoseForcasArmadas_Analiseumarelacao_ClaudiaSousaAntunes_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 23 mar 2019.
- ANTUNES, C. S.; PAULIUKONIS, M. A. L. Ethos: a construção da imagem de si. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 55, p.284-298, jul. 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/259/169>. Acesso em: 12 mar 2020.
- BADARÓ, Máximo. "One of the Guys": military women, paradoxical individuality, and the transformations of the argentine army. **American Anthropologist**, [S.L.], v. 117, n. 1, p. 86-99, 2 dez. 2014. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/aman.12163>
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Tradução de Waltensir Dutra.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagens e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMLIN, J. S.; MEYER C. A. **Positioning Ethos in/for the Twenty-First Century: An Introduction to Histories of Ethos**. *Humanities* 2018, 7(3), 78; <https://doi.org/10.3390/h7030078>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0787/7/3/78/htm>. Acesso em: 24 abr 2020

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino. **ICA 37-3- Cursos e estágios da DIRENS para 2018 e 2019**. Brasília, DF, 2017a.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino. **ICA 37-157- ECFAB Tabela de Cursos da DIRENS para 2018 e 2019**. Brasília, DF, 2017b.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas** (MD35-G-01), de 2015. 5. ed. [Brasília], 21 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012. **Requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Presença feminina é cada vez maior no meio militar**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/ministerio-da-defesa/2-uncategorised/12854-presenca-de-mulheres-e-cada-vez-maior>. Acesso em: 9 set. 2019a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança**. 2020. Disponível em: tamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14060-plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca. Acesso em: 07 nov. 2020.

BRASIL. ONU Mulheres. **Paz e Segurança**. 2019b. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BULL, H. Como a ordem é mantida na política mundial? *In*: BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002. p. 65-90.

BUTLER, J. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, [1993], 2011.

CAIRE, R. **A mulher militar**: das origens aos nossos dias. Tradução de Joubert de Oliveira Brizida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2002.

CAMPBELL, D. Women in Combat: The World War II Experience in the United States, Great Britain, Germany, and the Soviet Union. **The Journal Of Military History**, Virginia, p. 301-323, Abr. 1993. Disponível em: <http://americanhistoryprojects.com/downloads/ww2/combat.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Org.). **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 11-27.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Comeus F. (coord.). 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 42-47.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 32-47.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução Ângela M. S. Correa e Ida Lúcia Machado. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 43-63.

CHARAUDEAU, P. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa e PAULA, Luciane de (Org.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**, Uberlândia: Edufu, 2010. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>. Acesso em: 02 fev. 2020.

CICV, Comitê Internacional da Cruz Vermelha (Suíça). **Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949**. Genebra: CICV, 2016.

CICV, Comitê Internacional da Cruz Vermelha (Suíça). **Protocolos adicionais às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949**. Genebra CICV, 2017.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e Pesquisa Social qualitativa: o debate orientado como técnica investigativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** ABEP, 2002, p.26. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PESQUISA%20EM%20GEOGRAFIA/Grupos%20Focais%20e%20Pesquisa%20Social%20Qualitativa_o%20debate%20orientado%20como%20t%E9cnica%20de%20investiga%E7%E3o.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

DOUHET, G. **O domínio do ar**. Tradução Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica. Rio de Janeiro: Instituto Histórico da Aeronáutica, 1988.

DRUMOND, P; REBELO, T. (Brasil). Instituto Igarapé. **Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil**: uma revisão do Plano Nacional de Ação, Rio de Janeiro: Artigo Estratégico 31, 2018.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, março, 2002.

DUNCANSON, C.; WOODWARD, R. Regendering the military: theorizing women's military participation. **Security Dialogue**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 3-21, 8 dez. 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0967010615614137>

ECHEVARRIA, A. Fourth-generation war and other myths. **Strategic Studies Institute**, Carlisle, s.v., p. 1 – 20, 2005.

ESCOBAR, L. T. **Mulher, Forças Armadas e missões de paz na região Andina**. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Unesp, 2009. p. 51-80.

FERREIRA, D. M. M.; VALENTE, D. P. Estereótipo na construção da identidade feminina – Dilma Rousseff em seu primeiro mandato. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**., [S.L.], p. 291-308, dec. 2015. ISSN 2238-0701. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/43310>. Acesso em: 21 set. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/2238-0701.2015n10p291-308>.

FORÇAS TERRESTRES. **Graduações das Forças Armadas**. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2010/01/12/graduacoes-das-forcas-armadas/>. Acesso em: 10 set. 2019.

GALINARI, M. M. Sobre ethos e AD: tour teórico, críticas, terminologias. **Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 51-68, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-44502012000100003>.

GIANNINI, R. A.; FOLLY, M.; LIMA, M. F. (Brasil). Instituto Igarapé. **Situações extraordinárias**: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras, Rio de Janeiro: Artigo Estratégico 27, 2017.

GODIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 12, n. 24, p. 149-161, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

GOLDSTEIN, T. S. **Sufrimento feminino e ethos militar**: o olhar de uma psicologia sócioantropológica. In: ENABRAPSO, 15. 2009, Maceió. Anais [S.L.], 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XV. Acesso em: 12 nov. 2019.

HOFSTEDE, G. National cultures, organizational Cultures, and the role of management. In: **Values and ethics for the 21st Century**, p. 385-402, 2011.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA (INCAER). **Elas por Elas: A mulher militar na FAB**, n. 51, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_mulher_fab.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações internacionais**. Tradução de Bárbara Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KELLY, J. The Doubled Vision of Feminist Theory: a Postscript to the Women and Power conference. **Feminist Studies**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.216-227, 1979. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/3177556>. Acesso em: 20 fev. 2020.

KEOHANE, R. O., NYE, J. S. **Power and interdependence**. 4. ed. London: Longman, 2012.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. O ethos em todos os seus estados. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 117 – 135.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-153.

LERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev Esc Enf USP**, São Paulo, vol. 35, n. 2, p.115-21, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a03.pdf>. Acesso em 14 dez. 2019.

LIND, W. S. et al. The changing face of the war: into the fourth generation. **Marine Corps Gazette**, Virgínia (EUA), v. 10, n. 73, p. 22-26, out. 1989.

LOPES, M. dos S. **A prefixação na primeira fase do português arcaico**: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. 6. ed. Tradução Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.

MAINGUENEAU, D. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras de Hoje**, [S.L.], v. 53, n. 3, p. 321, 30 dez. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32914>.

MATHIAS, S. K. As mulheres chegam aos quartéis: gênero e Forças Armadas no Cone Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais->

simposios/pdf/2019-01/1548206573_2926be3083375827a6b9cff7d1d5d643.pdf.
Acesso em: 20 mar. 2020

MATHIAS, S. K.; ADÃO, M. C. Ser soldado, ser mulher. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 273-310, jul. 2008.

MATOS, M. I. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. *In*: PISCITELLI, Adriana et al (org.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2006. p. 281-294.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. *In*: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. vii – lxi.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**, Niterói, v. 7, n. 2, p. 257-269, fev. 2007. V. 7, n. 2, p. 257-269, 1. sem. 2007.

MONTEIRO, Capitão-de-mar-e-guerra L. N. C. S. Guerra de 4ª geração. **Revista Militar**, Portugal, n. 2591, p.1001-1014, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1288>. Acesso em: 09 set. 2019.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Boston: McGraw-Hill Higher Education, 2006.

MOSKOS, C. C.; WILLIAMS, J. A.; SEGAL, D. R. (Ed.). Armed Forces after the Cold War. *In*: MOSKOS, Charles C.; WILLIAMS, John Allen; SEGAL, David R. (Ed.). **The Postmodern Military: Armed Forces after the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2000. Cap. 1. p. 1-13.

MOTA-SANTOS, C; CARVALHO NETO, A.; OLIVEIRA, P.; ANDRADE, J. Reforçando a contribuição social de gênero: a servidora pública qualificada versus a executiva. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 101-123, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170156>.

OMBATI, M. Crossing Gender Boundaries or Challenging Masculinities? Female Combatants in the Kenya Defence Forces' (KDF) War against Al-Shabaab Militants. **Masculinities & Social Change**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 163, 21 jun. 2015. Hipatia Press. <http://dx.doi.org/10.17583/mcs.2015.1510>

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAINTER-MORLAND, M. Gender, Leadership and Organization. *In*: **Values and ethics for the 21st Century**, p. 441-467, 2011.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GOUVÊA, L. H. M. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 49-70, jan 2012.

REBELLO, I. S.; MONNERAT, R. S. M. “DESMORONANDO”: análise do ethos e do pathos em uma capa da Veja. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 50, p. 393-412, maio 2020.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, E. S.; ARAS, L. M. B. Resistência inventiva: as mulheres fumageiras. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e (org.). **Gênero, Mulheres e Feminismos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 115-139.

SCHWETHER, N. D.; PAGLIARI, G. C. Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], vol. 26, n. 65, p. 1-14, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317266501>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 48-78.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, A. C. T. C. Sob o véu da intervenção: discursos de gênero na guerra do Afeganistão. **Revista Estudos feministas**, Santa Catarina, vol. 25, n. 3, p. 1297-1312, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/39643/35171>. Acesso em: 15 fev. 2020.

TABER, N. A composite life history of a mother in the military: storying gendered experiences. **Women'S Studies International Forum**, [S.L.], v. 37, p. 16-25, mar. 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.wsif.2013.01.007>

TATAGIBA, A. P. Projetos profissionais e/ou maternidade: críticas a um dilema/sofrimento feminino (ainda) contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 37, p. 437-444, jul. 2011.

A TENENTE de Cargil. Direção: Sharan Sharma. Roteiro: Nikhil Mehrotra, Sharan Sharma, Distribuidor: Netflix, Ano: 2020. Título original: **Gunjan Saxena: The Kargil Girl**, 108 min. Índia

USA, Air Force. **CHILD AND YOUTH PROGRAMS**, Air Force Instruction 34-144, de 2019. Disponível em: https://static.e-publishing.af.mil/production/1/af_a1/publication/afi34-144/afi34-144.pdf. Acesso em 03 nov. 2020.

VISACRO, A. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

VITALE, M. A. La noción de ethos. De la Antigua Retórica al Análisis del Discurso. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS CLÁSSICOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 4., 2010, São Paulo. **Novas Tendências em Filologia Clássica**. São Paulo: Humanitas, 2011. p. 30-44.

VITALE, M. A. Legitimizing Leadership: argentine president Cristina Fernández de Kirchner's 2007 inaugural address. **Rhetoric Society Quarterly**, [S.L.], v. 45, n. 3, p. 250-263, 27 maio 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02773945.2015.1032856>.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. New York: McGraham Hill, 1979.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: "O *ethos* militar na Força Aérea Brasileira: o ingresso de mulheres na aviação"

Pesquisadora Responsável: Maj Av GISELE Cristina Coelho de Oliveira

Nome do participante: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Ident. Militar: _____

O Senhor está sendo convidado para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa "O *ethos* militar na Força Aérea Brasileira: o ingresso de mulheres na aviação", de responsabilidade da pesquisadora Gisele Cristina Coelho de Oliveira, sob Orientação da Prof^a. Dr^a. Claudia Maria de Sousa Antunes e Prof^a. Dr^a. Andrea Costa da Silva.

Leia por gentileza o que segue e pergunte sobre qualquer dúvida que houver. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence ao participante e a outra a pesquisadora responsável.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo analisar aspectos culturais, das relações sociais e de identidade presentes no grupo dos Aviadores da FAB e que podem ter sofrido modificações a partir do ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Aviadores.
2. A participação da pesquisadora, será como mediadora do grupo focal (GF) que será realizado com os senhores. Grupo focal trata-se de um debate em grupo sobre o assunto proposto. A estimativa de duração deste grupo é de 45 (quarenta e cinco) minutos o qual seguirá um roteiro específico. Haverá registro de áudio durante o grupo focal. A sala destinada para a realização dos GF poderá contar com a presença de 01 (um) observador dos debates, que não interferirá em todo o processo.
3. O presente projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil, sob o protocolo de nº 28892719.6.0000.5250, e obteve parecer APROVADO para o desenvolvimento desta pesquisa.
4. A participação de cada integrante neste projeto consiste em um único grupo de debates, o qual terá duração estimada de 45 minutos. Está ciente ainda de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

Rubrica da pesquisadora: _____, Rubrica do participante: _____

Página 1 de 2



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

5. O participante não terá qualquer despesa ao participar da pesquisa e poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.
6. Será realizada coordenação com o setor de planejamento acadêmico da Escola de Comando e Estado Maior para que não haja qualquer prejuízo acadêmico por falta à instrução ou qualquer outra atividade curricular, sendo de inteira responsabilidade da pesquisadora esta coordenação.
7. O nome do participante será mantido em sigilo, assegurando assim sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da participação.
8. O participante está ciente que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.
9. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com a Maj. Gisele, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (12) 2131-7672, e-mail: giselegcco@fab.mil.br, com as professoras Cláudia Maria Souza Antunes, e-mail: claudia.sousa@gmail.com, Andrea Costa da Silva, e-mail: acostadasilva@gmail.com, ou com a Coordenação do Curso de Pós Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea, telefone: (21) 2157-2442, e-mail: coordenacaoppgca@gmail.com.

Eu, _____, Identidade nº _____
 declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa
 acima descrito.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____.

 Assinatura do participante

 Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Rubrica da pesquisadora: _____, Rubrica do participante: _____.

Página 2 de 2

APÊNDICE B - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- Entrega dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes;
- Realização de briefing de como será conduzido o grupo (ênfasis em anonimato):
 - a) informar que todas as conversas serão gravadas;
 - b) enfatizar que meu papel é como pesquisadora, sem qualquer cunho opinativo ou questionador quanto às opiniões e relatos que venham a se desenvolver;
 - c) destacar que o objetivo do grupo focal é o de ampliar a compreensão a respeito do meu objeto de pesquisa, enquanto aluna do PPGCA;
 - d) informar que se trata de uma discussão informal, que a participação de todos bem como suas opiniões são bem-vindas e importantes para o desenvolvimento desta pesquisa;
 - e) solicitar que sejam evitadas discussões paralelas para que todos participem;
 - f) solicitar para que ninguém domine a discussão; e
 - g) questionar se existem dúvidas para o início do grupo focal.

- Iniciar o grupo (aquecimento):

- a) sugerir que participante comente sua aviação de origem e os Esquadrões que serviu;
- b) propor aos participantes que relatem em que momento tomaram conhecimento da possibilidade de ingresso de mulheres na aviação (em que fase se encontravam? (AFA? Unidades Aéreas?) Como recebeu a informação?

Questão- chave 1:

Percepção do processo inicial de integração das aviadoras (perspectiva como subordinado). Como os Comandantes e pares perceberam a chegada?

- a) Durante a formação das cadetes aviadoras, se lembram de ter alguma informação sobre sua formação? Qual?
- b) Houve algum tipo de preocupação ou adaptação na Unidade Aérea diante da possibilidade da chegada de aviadora?

- c) A unidade que recebeu oficial aviadora teve alguma proibição ou determinação superior quanto à comportamentos que deveriam ser alterados pela chegada delas?

Questão-chave 2

Identidade e diferença - Piloto militar ou mulheres pilotos?

- a) Acredita que o processo de formação e especialização foi similar ao dos demais pilotos (ambos os sexos)?
- b) No tratamento entre tripulantes/escala de voo percebeu algum tipo de tratamento operacional diferenciado?
- c) Nas missões e atividades operacionais, foram observadas as características esperadas de pilotos militares nas aviadoras?

Questão-chave 3

Aceitação pelo grupo – observação de aspectos de unicidade, espírito de corpo e pertencimento ao grupo

- a) Como ocorreu a integração/adaptação com os demais tripulantes e equipe de apoio?
- b) Em manobras, deslocamentos ou viagens houve algum problema relativo à questão de gênero (por contar com uma mulher na tripulação)?

Questão-chave 4

Percepção de mudanças no *ethos* militar na aviação a partir do ingresso das aviadoras

- a) Perceberam alguma modificação nas tradições do Esquadrão ou da Aviação pela presença de aviadoras? Quais os benefícios ou prejuízos essas modificações acarretaram?
- b) Atualmente, como percebe profissionalmente a atuação/presença das mulheres aviadoras na FAB para o cumprimento das atribuições de um oficial aviador?

Durante todo o grupo focal:

Monitorar o tempo decorrido do grupo focal, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento do assunto e abordagem dos assuntos propostos pelas questões-chave;

Finalização da atividade:

Encerrar o grupo focal, agradecendo mais uma vez a participação de todos e a contribuição para a pesquisa.

ANEXO A - POSTOS E GRADUAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

Quadro de Postos e Graduações das Forças Armadas

OFICIAIS GERAIS		ALMIRANTE		MARECHAL		MARECHAL-DO-AR
		ALMIRANTE-DE-ESQUADRA		GENERAL-DE-EXÉRCITO		TENENTE-BRIGADEIRO
		VICE-ALMIRANTE		GENERAL-DE-DIVISÃO		MAJOR-BRIGADEIRO
		CONTRA-ALMIRANTE		GENERAL-DE-BRIGADA		BRIGADEIRO
OFICIAIS SUPERIORES		CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA		CORONEL		CORONEL
		CAPITÃO-DE-FRAGATA		TENENTE-CORONEL		TENENTE-CORONEL
		CAPITÃO-DE-CORVETA		MAJOR		MAJOR
OF INT.		CAPITÃO-TENENTE		CAPITÃO		CAPITÃO
OFICIAIS SUBALTERNOS		PRIMEIRO-TENENTE		PRIMEIRO-TENENTE		PRIMEIRO-TENENTE
		SEGUNDO-TENENTE		SEGUNDO-TENENTE		SEGUNDO-TENENTE
		GUARDA-MARINHA		ASPIRANTE		ASPIRANTE
		SUBOFICIAL		SUBTENENTE		SUBOFICIAL
GRADUADOS		PRIMEIRO SARGENTO		PRIMEIRO SARGENTO		PRIMEIRO SARGENTO
		SEGUNDO SARGENTO		SEGUNDO SARGENTO		SEGUNDO SARGENTO
		TERCEIRO SARGENTO		TERCEIRO SARGENTO		TERCEIRO SARGENTO
		CABO		CABO		CABO
		MARINHEIRO		TAFEIRO-MOR		TAFEIRO-MOR
				TAFEIRO PRIMEIRA-CLASSE		TAFEIRO PRIMEIRA-CLASSE
				TAFEIRO SEGUNDA-CLASSE		TAFEIRO SEGUNDA-CLASSE

Fonte: Força Terrestre, 2019.

ANEXO B – TABELA DE EFETIVO FEMININO

MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL - SG SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO - SEPED DEPARTAMENTO DE PESSOAL - DEPEs DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO - DIREM													
TABELA DE EFETIVO FEMININO DAS FORÇAS ARMADAS POR SITUAÇÃO E POSTO/GRADUAÇÃO													
Mês de referência = Julho/19													
COD PG	SIGLA DO POSTO GRADUAÇÃO	CARREIRA				TEMPORÁRIO				Total Efetivo Feminino	Total Efetivo Masculino	Porcentagem Feminino por posto/grad *	Porcentagem Geral Feminino nas FFAA **
		MB	EB	FAB	Total Parcial	MB	EB	FAB	Total Parcial				
11	Alte Esq / Gen Ex / Ten Brig Ar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	0,00%	0,00%
12	V Alte / Gen Div / Maj Brig	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125	0,00%	0,00%
13	C Alte / Gen Bda / Brig	2	-	-	2	-	-	-	-	2	225	0,88%	0,00%
20	CMG / Cel	68	23	10	101	-	-	-	-	101	2.302	4,20%	0,03%
21	CF / Ten Cel	225	157	90	472	-	-	-	-	472	3.405	12,17%	0,13%
22	CC / Maj	393	325	166	884	-	-	-	-	884	4.982	15,07%	0,24%
30	CT / Cap	539	518	414	1.471	-	-	-	-	1.471	8.711	14,45%	0,40%
40	1º Ten	573	496	610	1.679	1.729	1.636	1.755	5.120	6.799	12.598	35,05%	1,87%
41	2º Ten	45	-	34	79	17	1.939	1.274	3.230	3.309	5.997	35,56%	0,91%
50	GM / Asp Of	145	-	14	159	36	732	128	896	1.055	2.788	27,45%	0,29%
51	Asp EN, Cad e Al IME (último ano)	10	6	23	39	-	-	-	-	39	766	4,84%	0,01%
53	Asp EN, Cad e Al IME (demais anos)	25	96	51	172	-	-	-	-	172	2.488	6,47%	0,05%
55	Al Órgão Form Of Res	2	-	-	2	181	-	8	189	191	2.796	6,39%	0,05%
56	Al CN, EsPCEx e EPCAr (último ano)	-	45	13	58	-	-	-	-	58	742	7,25%	0,02%
57	Al Es Form Sgt	2	313	412	727	-	-	-	-	727	2.379	23,41%	0,20%
58	Al CN, EsPCEx e EPCAr (demais anos)	-	-	38	38	-	-	-	-	38	681	5,29%	0,01%
59	Grumete	-	-	-	-	5	-	-	5	5	13	27,78%	0,00%
60	Aprendiz-Marinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	954	0,00%	0,00%
70	SO / S Ten	150	-	198	348	-	-	-	-	348	15.627	2,18%	0,10%
71	1º Sgt	240	18	770	1.028	-	-	-	-	1.028	16.071	6,01%	0,28%
72	2º Sgt	314	261	2.496	3.071	-	-	-	-	3.071	24.235	11,25%	0,84%
73	3º Sgt	1.376	651	2.512	4.539	332	4.113	1.076	5.521	10.060	32.999	23,36%	2,76%
74	Cb (engajado)	912	-	-	912	990	47	-	1.037	1.949	43.186	4,32%	0,53%
75	Cb (não engajado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,00%	0,00%
76	TM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127	0,00%	0,00%
80	T1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154	0,00%	0,00%
81	T2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,00%	0,00%
82	MN, SD e S1 (especializado)	-	-	-	-	8	-	-	8	8	6.534	0,12%	0,00%
83	MN, SD, S1 (não esp.) e S2 (engajado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.890	0,00%	0,00%
84	MN-RC, SD-RC e S2 (não engajado)	-	-	-	-	1	3	-	4	4	60.933	0,01%	0,00%
TOTAL POR FORÇA, SITUAÇÃO e GERAL=		5.021	2.909	7.851	15.781	3.299	8.470	4.241	16.010	31.791	332.750	8,72%

LEGENDA:	Forças	Totais gerais efetivo feminino	% Geral	% na Força
MB	MARINHA DO BRASILEIRA	8.320	2,28%	10,63%
EB	EXÉRCITO BRASILEIRO	11.379	3,12%	5,19%
FAB	FORÇA AÉREA BRASILEIRA	12.092	3,32%	18,04%

*	Porcentagem do efetivo feminino somente dentro do efetivo feminino.
**	Porcentagem do efetivo feminino obtida do efetivo total geral das FFAA (feminino+masculino)

Efetivo TOTAL das FA =	364.544
** % TOTAL ef. Feminino =	8,72%